

A necessária implicação das fontes na produção da verdade jornalística e na concreta realização da Justiça

Daniela Marisa Brioso Polónia

Daniela Polónia.
A necessária implicação das fontes na
produção da verdade jornalística e na
concreta realização da Justiça.
2015

**Dissertação de Mestrado em
Comunicação, *Media* e Justiça**

Abril de 2015

**A necessária implicação das fontes na produção
da verdade jornalística e na concreta realização da Justiça**

Daniela Marisa Brioso Polónia

**Dissertação de Mestrado em
Comunicação, *Media* e Justiça**

Abril de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Media e Justiça, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é necessariamente para o Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges – pela orientação, pelas palavras sábias, pelas críticas sempre construtivas. Sobretudo, pelo empenho e dedicação que me demonstrou ao longo da elaboração desta dissertação de mestrado; por me ter dado coragem para seguir em frente e por me ter mostrado que era possível.

Um agradecimento especial a todos aqueles que foram meus entrevistados, quer no campo da Justiça, quer no campo do jornalismo. Ao Carlos Anjos, ao professor Rui Pereira, ao Doutor Pedro do Carmo. Ao Eduardo Dâmaso, à Ana Luísa Nascimento e ao Paulo Santos – jornalistas com quem também tenho o prazer de trabalhar todos os dias. E à Cláudia Rosenbusch. Todos, sem exceção, contribuíram para o enriquecimento desta dissertação e para lhe dar um olhar profundo sobre a atualidade.

Aos meus pais por todo o apoio e incentivo, tão necessários. Sem eles talvez o primeiro passo não tivesse sido dado. Obrigada por terem confiado em mim.

Ao Diogo, por toda a compreensão nos momentos mais complicados e pelo estímulo constante.

À Cláudia, à Joana, à Margarida e à Vera pela preocupação.

Muito obrigada.

A NECESSÁRIA IMPLICAÇÃO DAS FONTES NA PRODUÇÃO DA VERDADE JORNALÍSTICA E NA CONCRETA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

DANIELA POLÓNIA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: fontes; jornalistas; jornalismo; jornalismo judiciário; justiça; verdade; segredo de justiça; comunicação;

Na fundamentada opinião de Javier del Moral¹, a fonte de informação é “uma pessoa, um grupo de pessoas, organizadas ou não, que foram testemunhas ou conhecem os factos que o jornalista vai converter em notícia, de maneira direta (informação verbal) ou mediante a entrega de documentos”. O autor refere ainda que estes dois tipos de fontes se complementam. Desta forma, são um elemento central no processo de investigação, quer ao nível do jornalismo, quer ao nível dos órgãos de polícia criminal. Ambas as instâncias, para desenvolverem um trabalho aprofundado, necessitam de ter por base diversas informações, sendo estas fornecidas pelas fontes. Quanto mais credíveis forem as fontes, mais credíveis são as informações.

A presente dissertação pretende averiguar qual o papel desenvolvido pelas fontes na investigação judiciária e na investigação jornalística. Tentaremos, ao longo deste estudo, perceber que diferenças existem entre aquelas que são as fontes da comunicação e aquelas que são as fontes da Justiça. Existirão semelhanças entre ambas? Podem os dois sistemas funcionar como fonte um do outro? É a estas perguntas que procurámos dar resposta. Queremos ainda identificar os cuidados necessários no relacionamento com as fontes de informação. E entender como é que

¹ Moral, Javier de. *Periodismo Especializado*, 2004. p.100

estas podem contribuir para a produção da verdade jornalística e para a concreta realização da Justiça.

Não deixaremos de parte um olhar abrangente sobre o relacionamento entre o sistema da Justiça e os Media. Uma relação que ao longo dos anos se tem revelado conflituosa, distante de uma comunicação possível, mas estritamente necessária ao funcionamento de uma sociedade democrática.

Para que esta dissertação estivesse à luz daquilo que acontece atualmente nas redações e nos tribunais, entrevistámos agentes da Justiça e dos Media, que nos apresentam a sua visão sobre as fontes, sobre o segredo de justiça e sobre o jornalismo judiciário.

Por fim e a título de ilustração, elaborámos um estudo de caso sobre a Tragédia do Meco, onde analisaremos dois dos principais jornais diários portugueses: o Correio da Manhã e o Público. O objetivo é verificar o tratamento jornalístico-judiciário que foi feito durante a primeira semana do acontecimento.

THE NECESSARY IMPLICATION OF THE SOURCES IN THE PRODUCTION OF JOURNALISTIC TRUTH AND IN THE CONCRETE REALIZATION OF JUSTICE

DANIELA POLÓNIA

ABSTRACT

KEYWORDS: sources; journalists; journalism; judiciary journalism; justice; truth; secrecy of justice; communication;

In the reasoned opinion of Javier del Moral¹, the source of information is “a person, a group of people, organized or not, who witnessed or know the facts that the journalist turns into news, in a direct way (verbal information) or by the delivery of documents”. The author also refers that both types of sources complement. In this way, they are essential in the process of investigating, to the journalism, such as to criminal police. In order that they can develop a deep work, both instances need to have several information, that is provided by sources. The more credible are the sources, the more credible is the information.

The aim of this thesis is to investigate the role of sources in the judiciary investigation and in the journalistic investigation. We will try, during this research, understand which differences there are between sources of communication and sources of Justice. Are there similarities? May both systems work as source of each other? To all these questions we sought an answer. Besides this, it is our aim to identify the cautions that are needed with the sources and disclose in which way they can contribute to the journalistic truth and to the concrete realization of justice.

We will analyze the relationship between Justice and media. During the years, this relationship has proved to be problematic, without a possible communication, but extremely necessary to a democratic society.

In order that this thesis could be related to what happens nowadays inside newsrooms and courts, we interviewed some professionals of Justice and also some journalists. They told us their perspective on sources, secrecy of justice and judiciary journalism.

At last but not least, we selected the media coverage of the *Tragédia do Meco* in *Correio da Manhã* and *Público* – two of the most recognized Portuguese diary newspapers – as a study of case. The aim is to verify the treatment journalistic-judiciary that was given during the first week of the issue.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA.....	2
CAPÍTULO I: A IMPORTÂNCIA DAS FONTES	5
I.1 NA INVESTIGAÇÃO JUDICIÁRIA	5
<i>Os Informadores.....</i>	<i>5</i>
<i>Os Agentes Encobertos</i>	<i>8</i>
<i>Cooperação entre entidades</i>	<i>10</i>
<i>O jornalismo e os jornalistas.....</i>	<i>11</i>
I.2 NA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA	15
<i>Tipos de fontes</i>	<i>16</i>
<i>As fontes oficiais</i>	<i>19</i>
<i>Fontes Pessoais</i>	<i>22</i>
<i>As rondas do jornal Correio da Manhã</i>	<i>25</i>
<i>Jornalistas e fontes no terreno.....</i>	<i>26</i>
I.3 CUIDADOS A TER COM AS FONTES	27
<i>Fontes não confirmadas ou mal interpretadas – O arrastão de Carcavelos</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO II: OS OBJETIVOS PERSEGUIDOS PELA INVESTIGAÇÃO JUDICIÁRIA E PELA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA	34
II.1 A JUSTIÇA NOS MEDIA	34
II.2 DOIS TEMPOS DIFERENTES.....	36
II.3 JORNALISMO JUDICIÁRIO	42
II.4 O SEGREDO DE JUSTIÇA.....	45
II.5 A COEXISTÊNCIA DOS OBJETIVOS.....	53

CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO – A TRAGÉDIA DO MECO	55
III.1 ANÁLISE QUANTITATIVA	61
III.2 ANÁLISE QUALITATIVA	66
16 de dezembro 2013.....	66
17 de dezembro de 2013.....	71
18 de dezembro de 2013.....	73
19 de dezembro de 2013.....	74
20 de dezembro de 2013.....	75
21 de dezembro de 2013.....	77
22 de dezembro de 2013.....	78
23 de dezembro de 2013.....	79
Principais diferenças	80
CAPÍTULO IV: A VERDADE JORNALÍSTICA E A CONCRETA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA ..	83
CONCLUSÃO	88
BIBLIOGRAFIA.....	90
ANEXOS	94
A. ENTREVISTA A EDUARDO DÂMASO	94
B. ENTREVISTA A ANA LUÍSA NASCIMENTO	98
C. ENTREVISTA A CLÁUDIA ROSENBUSCH	101
D. ENTREVISTA A PAULO SANTOS	104
E. ENTREVISTA A CARLOS ANJOS	108
F. ENTREVISTA A RUI PEREIRA	114
G. ENTREVISTA A PEDRO DO CARMO.....	118
H. JORNAL CORREIO DA MANHÃ.....	123
I. JORNAL PÚBLICO.....	156

INTRODUÇÃO

Na altura em que percebi e decidi que o meu futuro passaria por uma redação, que só o Jornalismo me poderia dar resposta àquilo a que se chama concretização pessoal, soube que estava a deixar para trás outro *pequeno-grande* sonho: o das barras do tribunal. Mas depressa me apercebi de que não teria de abdicar do Direito em prol do jornalismo, que ambos podiam coexistir – primeiro, através do mestrado em Comunicação, Media e Justiça; depois, no meu trabalho diário como jornalista em que é preciso investigar e dar a conhecer a realidade judiciária.

A verdade, é que, independentemente daquilo que se faça enquanto profissional e enquanto estudante, o jornalismo e a justiça coexistem sempre. São duas áreas que, de certa forma, se alimentam uma à outra. Nomeadamente, através das fontes – as dos jornalistas, as da justiça e ainda cada uma das duas áreas como fonte da outra.

Assim sendo, o primeiro objetivo prende-se com a descodificação da importância das fontes, quer no âmbito da justiça, quer no do jornalismo. Ou seja, é nossa pretensão caracterizar o papel que as fontes podem ou devem assumir durante a investigação judiciária e a investigação jornalística, que contributo delas se pode esperar para a produção de ambas as verdades e de que forma surgem nestes dois contextos.

Posteriormente, pretendo perceber de que forma e em que situações o jornalismo se torna numa fonte da investigação judiciária e como é que ajuda no desenrolar do processo. No sentido inverso, esta tese também tem o propósito de encontrar os meios pelos quais a investigação judiciária pode contribuir como fonte do jornalismo judiciário. Ou seja, como é que o jornalista alcança factos de um determinado processo judicial em curso e como é que este se transforma em assunto noticioso.

Posto isto, vai ser imperativo concluir em que é que se traduz a problemática coexistência dos objetivos perseguidos tanto pelo jornalismo, como pela investigação judiciária.

METODOLOGIA

Se a mais nobre função do jornalismo é a de informar², tal não é possível sem se fazer perguntas, conseqüentemente, o jornalista tem de entrevistar. A entrevista é uma ferramenta-chave no dia-a-dia do repórter. Uma vez que o Mestrado em Comunicação, Media e Justiça tem uma componente de Comunicação e Media e sendo eu jornalista, não poderia nunca descurar esta técnica. Por isso, é ela o ponto de partida para a elaboração desta dissertação, ou seja, o principal método utilizado para atingir os objetivos a que me proponho. Fui para o terreno recolher pontos de vista de quem lida diariamente com a investigação, quer na vertente judiciária, quer na vertente jornalística. Neste reflexão, teremos vários interlocutores.

Não faria sentido debater a investigação judiciária e a sua relação com os media sem ouvir quem está aos comandados da Polícia Judiciária ou nela desempenhou, num passado recente, funções de responsabilidade que o autorizam a falar, com profundo conhecimento de causa, da problemática, necessária e inevitável relação entre o campo da investigação criminal e o campo dos media. Pedro do Carmo é diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária desde 2008. É licenciado em Direito e já foi diretor adjunto da Diretoria de Coimbra da PJ. Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes Violentos, já foi inspetor-chefe da Polícia Judiciária. Foi também presidente da ASFIC/PJ - Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária. Devido à vasta experiência profissional e ao contacto *in loco* que tem com a realidade da investigação judiciária, achei que seria fundamental o seu testemunho. Rui Pereira foi Ministro da Administração Interna entre 2005 e 2011. É licenciado em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas, tendo exercido advocacia. Participou em reformas jurídicas que envolveram o Código Penal e o Código do Processo Penal. Entre 1997 e 2000, Rui Pereira foi diretor-geral do Serviço de

² “La visée d’information consiste à transmettre à l’autre, le citoyen, un savoir qu’il est censé ignorer. Mais pour que cet acte soit justifié, il faut que le savoir en question puisse être reconnu comme vrai.” (cf, Patrick Charaudeau (2000), “L’événement dans le contrat médiatique”, Dossiers L’Audiovisuel n° 91, p. 50.)

Informações e Segurança. Atualmente, é professor universitário, presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo. Deixa-nos o olhar autorizado de quem já teve a alta missão de assegurar a liberdade e a segurança das pessoas.

No campo jornalístico, é nosso interlocutor Eduardo Dâmaso, Diretor-Adjunto do Jornal Correio da Manhã desde 2007, onde tem sob tutela direta o grupo de investigação e os temas ligados à Justiça e ao crime. Integrou já a direção do Público e do Diário de Notícias. Foi também comentador de Política na TSF e na SIC Notícias. Pela proximidade que tem com a investigação e o jornalismo judiciário e pelo cargo que desempenha, achei que seria uma mais-valia ouvi-lo neste trabalho. Da mesma forma, recorri aos conhecimentos de Ana Luísa Nascimento, que já foi editora de fecho do mesmo jornal e que tem agora o estatuto de Grande Repórter, com responsabilidades da investigação e do acompanhamento institucional na área da Justiça.

Apesar de já termos como interlocutor um Diretor-Adjunto de um jornal, far-nos-ia falta também a perspectiva de quem coordena uma redação no dia-a-dia, tendo uma visão global sobre os assuntos. Por isso, um dos entrevistados é Paulo Santos, chefe de redação principal do Correio da Manhã. Tem competência e autonomia para lançar o jornal e definir a hierarquia de capa. Cláudia Rosenbusch também nos fala sobre Justiça e jornalismo, ela que é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e exerce funções na TVI, desde 2010, como jornalista na editoria de Sociedade, na área da Justiça. É jornalista há 17 anos.

Esta dissertação não é baseada apenas nas entrevistas por mim realizadas às pessoas acima referidas. Como não poderia deixar de ser, é também feita a revisão bibliográfica, tão exaustiva quanto nos foi possível, das obras que considerámos mais relevantes para sustentação teórica do tema em análise. São utilizadas referências bibliográficas que abordam a questão das fontes, assim como a do jornalismo e da investigação judiciária, cujo contributo achei indispensável para o assunto que aqui nos propomos analisar.

Terei também como recursos a legislação em vigor, como por exemplo o Estatuto do Jornalista, o Código Deontológico da Profissão, o Código Penal e o Código do Processo Penal. Tendo este curso uma componente de Direito, revela-se

estritamente necessário fazer o enquadramento jurídico da sempre tensional relação entre o universo judiciário e o direito de informar dos jornalistas.

Para o trabalho empírico e a título de ilustração, é feita a análise qualitativa e quantitativa dos conteúdos jornalísticos, a nível da imprensa escrita, em relação à primeira semana do acontecimento já designado como “Tragédia do Meco” – seis estudantes da Universidade Lusófona que perderam a vida, arrastados por uma onda na praia do Moinho de Baixo, na madrugada de 15 de dezembro de 2013. A análise terá por base dois jornais diários: o Correio da Manhã e o Público. A escolha deve-se ao facto de se dirigirem a diferentes públicos-alvo e terem por base distintas linhas editoriais.

CAPÍTULO I: A IMPORTÂNCIA DAS FONTES

I.1 Na investigação judiciária

“Uma polícia sem informação é uma polícia inativa”, é desta forma que Carlos Anjos, ex-inspetor da Polícia Judiciária, define a relevância das fontes no universo judiciário. Segundo Rui Pereira, antigo ministro da Administração Interna, as fontes podem ser encontradas de diversas formas – “A internet dá um manancial de informação inesgotável, em matéria de terrorismo, de recrutamento e de crimes sexuais contra crianças, por exemplo. Depois, há meios de recolha de prova intrusivos como as interseções telefónicas. E as fontes humanas continuam a ser centrais, através da prova testemunhal, das ações encobertas e de conhecimentos informais”, defende. As fontes humanas da investigação judiciária podem ser as testemunhas, os informadores, os agentes infiltrados e, até mesmo, os jornalistas.

No caso das primeiras, falamos de pessoas que observaram o crime ou daquelas que têm informações sobre os momentos antes e depois do crime. No entanto, há que ter em atenção que o testemunho pode ser condicionado por diversos fatores, como as condições físicas e emocionais da pessoa, as expectativas ou o conhecimento da pessoa que está a descrever.

Os Informadores

Já no que aos informadores diz respeito, pode tratar-se de pessoas que foram detidas e que, posteriormente, resolveram colaborar com as autoridades. Explica Carlos Anjos que “o arguido recorre sempre àquilo que é melhor para ele. Se for melhor para ele ter a possibilidade de ter uma pena mais reduzida, se colaborar com a justiça, então ele colabora com a justiça”. Exemplo disso é o caso de João Perna, arguido na “Operação Marquês” e antigo motorista de José Sócrates, cuja medida de coação passou de prisão preventiva para prisão domiciliária e, mais tarde, ficou em liberdade. O arguido dispôs-se a prestar novas declarações e a colaborar com a justiça,

quando em primeiro interrogatório judicial se tinha recusado a fazê-lo. Por outro lado, os informadores podem ainda estar ativos no mundo do crime, isto é, não serem detidos e fornecerem informações, o que acontece quando a polícia quer fazer detenções em maior escala. “Se eu andar a seguir uma rede de tráfico de droga, posso ver três ou quatro negócios e não atuar se estiver à espera de um negócio com mais quilos. Ou seja, permite atuar quando é melhor para a investigação. Por outro lado, também permite recorrer ao elo mais fraco da rede, que a partir de dado momento quase que passa a trabalhar como agente infiltrado”, explica o antigo inspetor.

Segundo a Europol, o informador tem, muitas vezes, um papel relevante na definição do rumo das atividades policiais, sublinhado que “a qualidade das informações recolhidas é diretamente proporcional à qualidade do informador”. Ainda assim e, independentemente do conteúdo das informações dadas, é regra da Polícia Judiciária nunca confiar na pessoa em questão – “acho que o informador é a arte mais desprezível que há no mundo do crime, é alguém que renega aquilo que andava a fazer. E, portanto, acho que é um traidor. E quem trai as pessoas com quem trabalha e depois se passa para o nosso lado, na primeira oportunidade, se nos puder trair, trai também. A primeira regra que aprendemos na escola da PJ é nunca confiar nos informadores. Há diversos casos na polícia em que os informadores se passaram para o lado da polícia e depois fugiram. O polícia nunca pode perder a natureza de que aquela pessoa é um criminoso, não estamos do mesmo lado, a polícia está a fazer um trabalho em prol da Justiça e ele está a fazer um trabalho para beneficiar a sua posição no processo e safar-se”, argumenta Carlos Anjos.

O professor Rui Pereira, por seu turno, alerta para o perigo de uma fonte “única e camaleónica, que veste roupagens diferenciadas” e, por isso, é taxativo a dizer que tem sempre de haver uma preocupação com o cruzamento de fontes e com a verificação das informações, acrescentando também que, “por natureza, os agentes são desconfiados e devem sê-lo. E devem ser como uma folha em branco, sem pré-compreensões ideológicas, manter um certo distanciamento”.

Se o informador é uma das principais fontes da investigação judiciária e, ao mesmo tempo, é alguém em quem não se pode confiar, então que cuidados há a ter na relação que com eles se mantém, de forma a não prejudicar o trabalho que está a

ser feito? É necessário fazer-lhes entender que a investigação é sempre conduzida pela polícia e nunca pelo informador. Não pode ser ele a marcar os locais e as datas dos encontros mas sim as autoridades. Esta “é também uma forma de fragilizar os criminosos, visto que não estão no espaço deles. É preciso escolher sítios em que haja pouca gente para não haver danos colaterais, caso haja complicações. E nunca devemos deixar o criminoso contactar a rede de bandidos sem estar devidamente acompanhado pela polícia”, explica Carlos Anjos. Ser informador é fazer jogo duplo – fornecer informações à polícia e continuar na rede criminosa – e, por isso, há que fazer manobras de diversão, de forma a que a polícia esteja sempre no centro dos acontecimentos. O antigo inspetor conta que, há cerca de dez anos, foi detido o líder da maior rede de tráfico de droga turca em Portugal e o homem, cidadão português, passou a colaborar com a polícia. A dada altura, a rede queria encontrar-se com ele, sozinho, “então, a PJ foi ao hospital para lhe engessar a perna e o braço para fingir que ele os tinha partido. Assim, um de nós podia ir como motorista dele, para no encontro justificar a presença de outra pessoa.”

Na troca de informações, antes do processo e em pequenos crimes, pode haver algum tipo de condescendência para o criminoso. Se o caso já estiver em tribunal, é possível que haja especial atenuação da pena. Segundo o artigo.2º da Lei de Proteção de Testemunhas, uma testemunha é “qualquer pessoa que, independentemente do seu estatuto face à lei processual, disponha de informação ou de conhecimento necessários à revelação, percepção ou apreciação de factos que constituam objeto do processo, de cuja utilização resulte um perigo para si ou para outrem”. Desta forma, podemos induzir que um informador pode constituir-se como testemunha no âmbito do processo criminal. E, assim sendo, poderá gozar de algumas normas que dizem respeito à proteção de testemunhas, nomeadamente: a prestação de declarações com ocultação da imagem ou distorção da voz e medidas adicionais de segurança.

Na rede de informadores também se inserem aqueles que são pagos – “Se houver um crime de homicídio num determinado sítio e nós não temos a mínima ideia do que aconteceu, se houver alguém que diga que sabe quem foi o autor e afirma que tem forma de o provar mas quer x dinheiro, então temos um fundo que permite pagar isso”, avança Carlos Anjos. No entanto, neste negócio nunca se paga antecipadamente.

Primeiro, os inspetores têm de ter provas daquilo que a outra pessoa dispõe. O valor a pagar depende do tipo de caso e do tipo de informação.

Os Agentes Encobertos

Os agentes encobertos também podem ser uma fonte da polícia, visto que se infiltram e integram no grupo criminoso, fazem-se passar por um deles, adquirindo assim o máximo de informação possível para a investigação. Além da recolha de prova, têm também um papel na prevenção criminal. Segundo a Lei n.º101/2001, de 25 de agosto, as ações encobertas são desenvolvidas por funcionários de investigação criminal, sob o controlo da Polícia Judiciária. E estão previstas no âmbito da prevenção e repressão de diversos crimes, tais como o homicídio voluntário, a escravidão e sequestro, terrorismo e corrupção. É ainda necessária prévia autorização do magistrado do Ministério Público ou do Juiz de Instrução. Nestes casos, os agentes podem atuar sob identidade fictícia, como refere Rui Pereira: “Em Portugal há algumas pessoas que podem ter um documento de identificação verdadeiro com um nome falso – agentes da PJ, agentes de serviços de informação e testemunhas em programas de proteção.”

É preciso então perceber que papel, ou seja, que funções, podem ter os agentes encobertos, o que é explicado pelo coordenador da Polícia Judiciária de Leiria nestes termos: “Os tipos de operações encobertas são todos os que se revelem legal e tecnicamente exequíveis, designadamente: compras simuladas, intervenção em meios e circuitos criminosos através da prestação de serviços, entregas controladas, papel de vítima potencial, etc., bem como, fundamentalmente, a recolha pontual ou sistemática de informação criminal não acessível por outros meios.” (Sintra, 2010, p.187). António Sintra refere também que existe primeiro uma fase de recrutamento, seleção e treino adequado, com controlo psicológico, dos funcionários.

No propósito de ilustrar a natureza e diversidade das ações encobertas divulgadas à sociedade, quer pelas Agências Noticiosas quer pelos jornais, deixamos aqui duas peças jornalísticas trazidas a público, a primeira pela BBC News Brasil, a segunda pelo jornal Público.

BBC News Brasil:

“(…) A facção mais perigosa da rede, Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA), pensava que estava mandando um militante suicida para explodir um avião que sairia do Iêmen com destino aos Estados Unidos em abril – mas o homem era na verdade um agente infiltrado, supostamente recrutado pela Arábia Saudita. Autoridades militares americanas disseram que o agente deixou o Iêmen via Emirados Árabes Unidos e, em vez de cumprir as ordens dos extremistas, entregou a bomba a agentes da Central de Inteligência Americana (CIA) e agências equivalentes da Arábia Saudita e de outros países. O homem obteve informações cruciais sobre a liderança da AQPA e sobre a sua nova tecnologia de bombas sem partes de metal, mais difícil de ser detectada pela segurança dos aeroportos.” (BBC News Brasil, 8 de maio de 2012).

Jornal Público:

“(…) As autoridades recusaram divulgar os detalhes da investigação, e crucialmente os métodos utilizados para quebrar a barreira da encriptação que levou à quebra do sigilo e anonimato dentro da rede Tor. De acordo com o jornal *The Guardian*, a polícia britânica conseguiu infiltrar um agente no submundo do cibercrime com o objectivo de aceder às organizações criminosas alojadas naquela rede. O polícia infiltrado conseguiu assumir um papel de destaque na operação do site Silk Road 2.0, alegadamente mantido por Blake Benthall, que terá cometido alguns erros de segurança ao utilizar um endereço pessoal para o registo dos servidores que sustentavam a operação do seu mercado de drogas” (Jornal Público, 07 de novembro de 2014, sobre o encerramento de mais de 400 sites dedicados a atividades criminosas, por parte da Europol e do FBI).

Susana Aires de Sousa, doutorada em Ciências Jurídico-Criminais, faz a distinção entre agente encoberto e agente provocador, nestes termos:

“O agente infiltrado é uma técnica de investigação que consiste essencialmente na possibilidade de agentes de investigação criminal, ou terceiros sob a sua direção, contactarem os suspeitos da prática de um crime com ocultação da sua verdadeira identidade, atuando de maneira a impedir a prática de crimes ou a reunir provas que permitam a efetiva condenação dos criminosos. O agente provocador é definido como o membro da autoridade policial ou um civil comandado pela polícia, que induz outrem a delinquir por forma a facilitar a recolha de provas da ocorrência do facto criminoso. Ou seja, o agente provocador induz, impulsiona o sujeito à prática de atos

ilícitos, agindo, por exemplo, como comprador ou fornecedor de bens ou serviços ilícitos. O agente infiltrado limita-se a ganhar a confiança do suspeito, para ter acesso a informações, planos, confidências.” (Sousa [s/d], p.1222).

À luz do Código do Processo Penal, a figura do agente provocador é um método proibido de prova, já que recorre à utilização de meios enganosos (artigo 126º, 2 a)). Olhando para um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo 02P4510, sobre tráfico de estupefacientes, verificamos que nele é definido que, regra geral, a atuação do agente provocador é ilegítima. No entanto, é referido que se deve distinguir se o agente cria uma intenção criminosa, até então inexistente, ou se, por outro lado, apenas cria uma oportunidade para a realização daquela intenção. Pode ler-se que “enquanto o agente infiltrado trabalha num meio em que os crimes já foram praticados, estão em execução ou na iminência de ocorrerem, o agente provocador incita, instiga outrem à prática do crime, torna-se autor mediato do crime.” Concluímos, então, que o agente encoberto ou infiltrado pode servir como meio de obtenção de prova e que, no fundo, é uma fonte da investigação judiciária. Mas, em caso algum, esse agente pode ser provocador.

Cooperação entre entidades

Importa também perceber como funciona a interligação entre as diferentes polícias, como a PSP, a GNR e a Polícia Judiciária. Quantas vezes não é a PSP que toma conta da ocorrência de um crime e, depois, o caso fica a cargo da Polícia Judiciária? Isso acontece, por exemplo, em crimes com recurso a armas de fogo. Há áreas geográficas que são da competência da Polícia de Segurança Pública e outras da competência da Guarda Nacional República – regra geral, os centros urbanos estão sob alçada da primeira e as áreas rurais ao cuidado da segunda.

Há cruzamento de fontes entre os diferentes órgãos, por exemplo, quando a PJ investiga um caso que é da competência territorial da PSP? Carlos Anjos foi perentório em responder a essa pergunta: “O mundo das informações é um meio muito restrito, é um pouco como no jornalismo. Ou seja, nunca ninguém quer dar as suas fontes à morte. Quanto muito posso dar a informação mas não o informador. Quando vamos ao terreno e temos de sair da grande cidade, onde estamos sediados, e precisamos de

ir ao bairro falar com a PSP ou com a GNR porque precisamos de informação da pessoa A ou X, eles até nos dizem que têm um determinado informador e vão ver o que conseguem. Mas os informadores não nos dão, só a informação”. A proteção das fontes vai mais longe, existindo até mesmo dentro da própria instituição uma análoga atitude de reserva dos dados relativos à fonte. A fonte é do inspetor, do polícia, do militar ou de uma equipa. Não é a fonte da PJ, da PSP ou da GNR na generalidade. “Já aconteceu na PJ alguém ter um informador muito bom em relação ao tráfico de droga e esse informador gozava de alguma impunidade por ser o melhor informador daquela equipa. E acabou por ser preso por outra equipa da PJ, noutra processo, porque não faziam a mínima ideia de que ele era um informador”, remata Carlos Anjos.

Com as declarações do antigo inspetor podemos perceber que há algumas restrições no que toca à partilha de fontes. Mas a informação partilhada entre os diferentes órgãos não se restringe àquilo que conseguem obter a partir das fontes. Exemplo disso é a Plataforma Integrada de Investigação Criminal, que, como o nome indica, permite que os sistemas de órgãos como a Polícia Judiciária, a PSP, a GNR, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Marítima partilhem informações. A plataforma entrou em vigor em 2013 e recentemente também foi alargada a Magistrados.

O jornalismo e os jornalistas

Até agora, temos referido algumas daquelas que parecem ser as fontes óbvias da investigação judiciária. Muitas mais haverá, certamente. E uma delas é o jornalismo e/ou o jornalista. É, precisamente, sobre essa interligação que se debruça esta dissertação. Primeiro, vamos ainda neste capítulo ver de que forma o jornalismo se poderá constituir como uma fonte de informação para a polícia. Mais tarde iremos ver a relação inversa e os problemas adjacentes à coexistência dos dois mundos.

“Há inúmeros casos de jornalismo de investigação, em que é o esforço do jornalista que desencadeia processos judiciais. Muitas vezes, as denúncias da comunicação social levam à instauração de processos criminais e esse é um papel positivo do jornalismo, no seu direito e dever de informar”, começa por dizer Rui Pereira, antigo Ministro da Administração Interna. Veja-se o exemplo do processo Casa

Pia, em que um antigo aluno denunciou os abusos sexuais em entrevista à jornalista Felícia Cabrita, à data, setembro de 2002, no jornal Expresso.

Sempre que o Ministério Público tome conhecimento da eventual prática de um crime deve instaurar um processo, sendo que o conhecimento através das notícias não são exceção. Carlos Anjos aponta uma das razões pelas quais poderá ser mais fácil ao jornalista chegar ao *crime* do que ao polícia – “O jornalista tem acesso a fontes e a informações que nós não temos porque nós temos um estigma que vocês não têm. É muito mais fácil um jornalista chegar à fala com um indivíduo que matou alguém e está fugido. Ele sabe que o polícia prende-o e o jornalista não”, defende. Uma tese que é também defendida pelo atual Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Pedro do Carmo - “as pessoas ligam primeiro para o jornal do que para a polícia. Isso acontece por várias razões, embora sem nenhuma certeza: vontade de protagonismo; vontade de condicionar a investigação, tentar obter ganhos políticos ou de outra natureza”.

Para Rui Pereira, não está apenas em causa o estigma de que fala Carlos Anjos. O professor universitário defende que há também uma especialização de alguns jornalistas que lhes permite obter determinadas informações. Ou seja, não é um processo em que as notícias chegam simplesmente ao jornalista, é uma cadeia em que o repórter – tal como é sua função – procura a notícia. “É evidente que na comunicação social há jornalistas especializados em matérias de segurança e criminais e têm a sua carteira de fontes, que pode ser melhor ou pior recheada. Há muitos jornalistas que têm muito conhecimento e funcionam, verdadeiramente, como fontes de polícias e dos agentes dos serviços de informações. Várias situações dessas dão uma relação ambivalente – uma espécie de interesse recíproco. Em certas situações a informação é complementar e há um conhecimento da realidade que forma uma espécie de puzzle”, explica. Desta forma, Rui Pereira revela que em certas alturas o papel do jornalista pode ser central no que diz respeito à investigação judiciária.

Por seu lado, Eduardo Dâmaso não acredita que a relação entre jornalistas e polícias seja assim tão linear e afirma mesmo que não pode existir uma relação recíproca porque “o jornalista não pode ser fonte da polícia ou de qualquer poder. O que pode acontecer é o trabalho do jornalista revelar factos que se tornam razões objetivas para abrir investigações oficiais, seja no foro penal, administrativo ou outro.

Essa é uma das essências do jornalismo”. A título de exemplo, o jornalista fala de algumas investigações jornalísticas que fez e que foram o mote para a abertura de inquéritos por parte das autoridades competentes. “Na década de 80 fiz um trabalho no Expresso sobre o treino militar dos comandos que levou à extinção temporária desta tropa especial. Quinze anos depois do fim da guerra recrutavam e treinavam jovens como se fossem para a guerra. Num dos exercícios morreram dois recrutas e o estado-maior do exército tentou ocultar tudo. Mais tarde, fiz uma reportagem sobre desembarques de droga na costa portuguesa, com proteção de agentes da então chamada Guarda Fiscal e da Polícia Marítima, que deu origem a uma investigação da Polícia Judiciária Militar. A Guarda Fiscal foi extinta. Fiz também uma investigação sobre o uso de faturas falsas por um deputado, que era vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, que levou à demissão deste e à abertura de um inquérito”, relembra.

O trabalho de Cláudia Rosenbusch também já foi um ponto de partida para o sistema judicial português. “Numa peça em que denunciei práticas irregulares por parte do então presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, o visado foi exonerado pelo ministro da saúde e um processo de inquérito crime foi aberto”, explica.

Uma fonte não vale por si só, mesmo que seja um jornalista. Tem de haver provas, tem de ser confirmada. E isso acontece sempre, em prol do rigor da investigação. “Se me disser que um presidente de câmara é corrupto, eu registo essa informação, vale o que vale se for vaga. Mas se me disser que enriqueceu, que tem uma vivenda no Estoril devido a um loteamento, a notícia ganha mais credibilidade. Mas vou procurar cruzar essa informação com outras que tenham autonomia – sejam informadores, ou sejam fontes que podem vir na internet”, a explicação é dada por Rui Pereira, que já se tinha referido ao perigo das fontes *camaleónicas*.

O papel do jornalista na investigação judiciária não se limita ao de ser, eventualmente, fonte. Por vezes, pode mudar o rumo do caso de forma crucial sem sequer se aperceber. Isto tem que ver com a forma como as informações são *plantadas* na imprensa. Os órgãos de polícia criminal podem deixar *escapar* propositadamente determinados dados, para que sejam noticiados e cheguem ao

conhecimento de quem está a ser investigado. “Acho que há choques térmicos na investigação que têm de ser feitos assim. Se eu tiver uma escuta telefónica e se for um crime de corrupção que aconteceu há quatro ou cinco anos, ninguém está agora a falar sobre isso. Por isso, pode haver a necessidade de trazer o tema à imprensa para que os envolvidos se voltem a lembrar dele e falem sobre o assunto. E isso acontece. Eu necessito de abanar a árvore para ver se cai alguma maçã. É frequente usar-se o jornalismo para o fim que se pretende e consciente de que se pode estar a enganar o jornalista. Conheço casos em que estamos quase à beira da detenção de uma determinada pessoa e sai uma notícia de que o suspeito de determinado crime não é aquele mas é outro. Ou que a polícia não tem nada. Isso enfraquece as defesas da pessoa que está ser procurada”, desvenda Carlos Anjos. Ainda assim, nem sempre a publicação noticiosa é benéfica, sobretudo se se tratar de investigações sobre crimes recentes. Nesse caso, o efeito é inverso ao descrito acima porque há tendência para os suspeitos falarem do que aconteceu há pouco tempo. Caso saibam que há uma investigação em curso, calam-se, acabando a escuta telefónica por ser infrutífera.

I.2 Na investigação jornalística

David Randall dá-nos conta de que “o papel de um jornal é descobrir informação nova sobre assuntos de interesse público e transmiti-la, tão depressa e precisa quanto possível, aos leitores de forma honesta e equilibrada”, (Randall, 1996, p.25). As fontes desempenham um papel fundamental para que o jornalista consiga cumprir esta função – o repórter, por si só, não consegue estar em todo o lado e ter conhecimento de tudo aquilo que pode ser notícia, depende das fontes para que lhe façam chegar os mais variados acontecimentos e desenvolvimentos sobre situações em curso.

O grau de importância que as fontes assumem na investigação jornalística pode ser sintetizado nas palavras do jornalista Eduardo Dâmaso, que refere que estas “são da maior importância. As fontes confidenciais, as fontes abertas – por exemplo, os processos judiciais fora de segredo de justiça que podem ser consultados – e todas as que estão à disposição de jornalistas que não se conformem em dar notícias sobre o estado do tempo. Qual é, afinal, o jornalismo que não é baseado em fontes? Só se for o asséptico ‘jornalismo de divulgação’ que é, basicamente, a noção que os poderes em geral têm do jornalismo. Querem um jornalismo de pé de microfone que não olhe para lá da cortina. Em Portugal, a relação da liberdade de expressão e da liberdade de informação não é um valor culturalmente adquirido como, por exemplo, se verifica na democracia norte-americana, onde a sua vinculação constitucional a uma ideia de Estado de Direito Democrático é essencial. As fontes são essenciais para tratar factos. Não devem ser utilizadas para canalizar meras opiniões. As opiniões devem ser assumidas por quem as tem. O caso Watergate consagrou a teoria da tripla confirmação de factos e é por aí que o jornalismo deve ir. Em Portugal, verifica-se uma diabolização do uso das ditas fontes por várias razões. Há um ensino e uma investigação do jornalismo muito medíocres. Não raras vezes, quem leciona, investiga e publica são ex-jornalistas que nunca foram para lá da mediania ou têm uma vinculação clara a interesses políticos. Temos, aliás, casos tão interessantes como os de ex-assessores políticos que foram jornalistas e fizeram teses a dar uma dimensão

‘científica’ à manipulação pura e simples que faziam da informação e dos jornalistas. Esses são os que diabolizam o jornalismo de fontes”.

Àquilo que é defendido por Eduardo Dâmaso cabe-me ainda acrescentar um aspecto fundamental que foi referido pela jornalista Ana Luísa Nascimento – é que as fontes são fundamentais do ponto de vista de “alguém que ajuda a explicar, confirma e ajuda tecnicamente o jornalista” e não de alguém que apenas fornece informação.

Atente-se também no que refere Felisbela Lopes, investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, sobre o mesmo assunto: “Os jornalistas têm incontornavelmente que manter um contacto permanente com aqueles que lhes proporcionam a matéria-prima do seu trabalho, ou seja, com as fontes de informação”, (Lopes, 2000, p.1). Mas esta relação não é passiva porque tanto pode ser o jornalista a chegar à fonte como ser ela a ir ao encontro do repórter. A verdade é que o jornalista tem de ter o seu leque de contactos a quem possa recorrer para qualquer eventualidade, embora estes relacionamentos nem sempre sejam livres de conflitos.

Sobre a natureza problemática da relação entre os jornalistas e as fontes importa reter as fundamentadas palavras de Fidalgo:

“A relação entre os jornalistas e as fontes de informação é, consabidamente, uma das facetas do trabalho jornalístico mais sensíveis a questões do domínio ético, tanto mais que ela consiste, grande parte das vezes, numa relação entre duas pessoas concretas, mas com papéis e objetivos diversos para não dizer opostos, além de que se desenvolve frequentemente quase em segredo – ou, pelo menos, longe das ribaltas públicas que permitiriam alguma vigilância e fiscalização” (Fidalgo, 2000, p. 319).

Tipos de fontes

As fontes podem ser identificadas ou não identificadas e estas últimas dividem-se em fontes confidenciais e em fontes anónimas. A fonte confidencial faz confiança no jornalista e é a própria fonte que pede a confidencialidade, não é o jornalista que a oferece porque o princípio básico do jornalismo é escorar o seu trabalho em fontes identificáveis. Ao fazer o pedido, a fonte tem de ter razões de

estatuto e segurança, profissional ou pessoal, própria ou de próximos, que justifiquem o pedido de confidencialidade. A fonte também não pode usar o jornalista para difundir calúnias. Deve limitar-se a produzir informações factuais e não comentários e tem de fornecer os indícios ou meios de prova que possam sustentar o que vai ser noticiado. Ou, então, tem de declarar, por escrito, que liberta o jornalista do compromisso de confidencialidade em sede de responsabilidade – caso o jornalista vá a tribunal. A fonte não pode utilizar o jornalista para veicular informações falsas com a intenção de prejudicar a investigação ou o jornalista, nem pode fazer, deste, seu cúmplice ou encobridor num crime que esteja a decorrer ou em preparação para execução futura.

Em que é que se traduz a confidência? O jornalista pode revelar tudo o que a fonte lhe disse mas não pode dizer quem é a fonte. Diz o Estatuto do Jornalista, no artigo 11.º, número 1), que os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, direta ou indireta. Mas se o jornalista receber informações falsas fica desvinculado desse compromisso de confidencialidade. O Código Deontológico do Jornalista estabelece que “o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas”.

Já a fonte anónima nem sequer faz confiança no jornalista e, por isso, não lhe revela a sua identidade. Quando o jornalista recebe uma carta anónima, por exemplo, o que lá consta é, somente, base para uma investigação autónoma. A carta, por si só, não é prova nem notícia. O jornalista vê ou ouve a denúncia, faz a investigação e publica aquilo que apurou em função dessa investigação, mas não transcreve nada da carta/denúncia anónima, nem sequer diz que o artigo tem por base a carta.

Diz o professor Óscar Mascarenhas que “o jornalismo não tem de ser a fisga que as pessoas utilizam para atingir os outros”. Há correntes que utilizam o termo “anónimas” para designar aquelas fontes que no texto jornalístico não são identificadas com nome. Nesse caso, fará mais sentido referirmo-nos, precisamente, a fontes não identificadas porque assim o são para o leitor mas, para o jornalista, têm

nome e rosto. Consideramos que apenas faz sentido falar em fontes anónimas quando estas não se identificam, nem ao próprio jornalista, deixando por outros meios que a informação lhe chegue.

Quanto às fontes, o Código estabelece ainda outro ponto: “o jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas”. Esta questão foi incorporada no Código Deontológico em razão de uma situação que envolveu Xanana Gusmão, quando foi preso pelos indonésios, que convidaram os jornalistas portugueses a entrevistar Xanana na prisão. O jornalista Rui Araújo diz que, de vez em quando, na entrevista, Xanana lhe pisava o pé – estava a ver se o jornalista não lhe perguntava determinadas coisas porque não estava em condições de dizer que não respondia, por causa dos guardas.

As fontes não têm, necessariamente, de ser pessoas, já que um documento pode também ser uma fonte – embora esteja, naturalmente, associado a alguém que o escreveu. Independentemente da forma, o jornalista depende das fontes como meio de obtenção e confirmação de informação e, conseqüentemente, da notícia. Além de identificadas, confidenciais ou anónimas, as fontes também podem ser oficiais ou pessoais. As fontes oficiais são, essencialmente, os órgãos afetos a uma autoridade – como o assessor de comunicação do Presidente da República ou o gabinete de imprensa da Polícia Judiciária. Têm relações públicas que emitem comunicados, fazem conferências de imprensa e reuniões; as fontes pessoais são, como o nome indica, alguém junto do jornalista – um amigo, um vizinho, um familiar - que pode dar indícios de acontecimentos que, porventura, depois o jornalista terá de confirmar junto de uma fonte oficial. Qualquer pessoa pode ser uma fonte.

Resta-nos ainda fazer referência à figura do *off the record*, neste caso, nem a fonte pode ser explicitamente identificada, nem as informações que dela provêm. Naturalmente, é uma figura que é pedida pela fonte e envolve um compromisso de não revelação por parte do jornalista. Ou seja, as informações obtidas em *off the record* podem servir como ponto de partida da investigação jornalística ou como aprofundamento da mesma mas não podem ser declaradas na notícia.

A caracterização da figura em presença é feita, deste modo, por Fidalgo:

“Para falar *off the record* é preciso que quem preste a informação tenha o estatuto de fonte e, como tal, possa falar *on the record*. Quer isto dizer que não é qualquer confidência ou segredo comunicados por quem quer que seja a um jornalista que tem o estatuto de *off the record*. O segredo do *off the record* caracteriza-se justamente pela existência, real ou possível, de informações *on the record*. Essa a sua peculiaridade; é um segredo dentro de um contexto de divulgação. (...) Não havendo qualquer distinção de conteúdo entre as informações prestadas *off the record* e as dadas para o gravador, a diferença é apenas da ordem intencional; a fonte pretende que o jornalista guarde para si as informações que lhe dá em *off*. Também aqui, só que agora do ponto de vista do conteúdo da informação, não é um qualquer segredo comunicado ao jornalista, mesmo que vindo de uma fonte, que faz dele uma informação *off the record*. Essa informação tem de ter valor jornalístico, ser de interesse público.” (Fidalgo, 1998).

As fontes oficiais

É certo que a informação de que alguém foi assassinado pode chegar a um jornalista através do vizinho. A notícia de que alguém está a ser investigado por fraude fiscal pode partir de uma fonte bem posicionada. Isto são meros exemplos mas em ambos – e em tantos outros – o jornalista não pode dispensar as fontes oficiais e institucionais, como a PSP, a GNR e a Polícia Judiciária. São estas organizações que podem confirmar aquilo que é dito pelas outras fontes. “Há jornalistas que acham que os polícias são fontes deles. E há polícias que acham que os jornalistas são fontes deles. Eu acho que são as duas coisas e é uma relação muito democrática”, avança Carlos Anjos.

A forma mais oficial das entidades acima descritas serem fontes do jornalismo é a partir dos comunicados que emitem, através dos gabinetes de imprensa, que têm por objetivo facilitar a comunicação com os jornalistas. Como refere Ana Luísa Nascimento, “as fontes oficiais são um bom ponto de partida para uma notícia, pois muitas vezes comunicam a própria notícia”. No entanto, a repórter alerta para o facto de um jornalista não poder e não dever ficar pela informação oficial, um assunto que abordaremos no ponto seguinte. Os comunicados da atividade da polícia são enviados para os órgãos de comunicação social, depois cabe aos repórteres e editores perceber

se há ou não relevância jornalística para que se possa produzir notícia sobre aquela ocorrência.

Tratando-se de matérias como a investigação criminal, o que é que o documento emitido pode ou não conter? No caso da Polícia Judiciária, todos os comunicados têm, primeiro, de ser aprovados pela direção. “Tudo o que permita identificação da vítima e do autor é excluído. Assim, estão excluídos nomes e moradas e a identificação da localidade é de tal forma que não permita mesmo identificar o local exato. Tudo é ponderado. Também omitimos fazer referência à raça e à religião. Mesmo em relação ao crime, evitamos pormenores que possam identificar a vítima e autor”, explica Pedro do Carmo, diretor-adjunto da Polícia Judiciária.

Depois, se na redação se decide escrever a notícia, passa-se à tarefa seguinte: contactar a PJ para obter esclarecimentos adicionais. “Mas podemos - e devemos - ir mais longe, se for realmente uma notícia relevante, contactando, não apenas outras fontes ligadas ao processo, mas também ir ao terreno explorar todos os ângulos da mesma e ouvindo quem, de uma forma ou de outra, poderá estar ligado a ela”, explica Paulo Santos, chefe de redação do Correio da Manhã. O jornalista tem também de descodificar a linguagem institucional, de forma a dar ao leitor uma compreensão clara e exata dos factos. Por exemplo, os comunicados referem “um indivíduo do sexo masculino/feminino” – nada tem de enganar, mas ainda assim cabe ao jornalista escrever “um homem/uma mulher; também costumam ter uma ordem cronológica dos acontecimentos – roubou, fugiu, foi perseguido, acabou detido – mas ao jornalista importa fazer o *lead* da notícia e não apenas um elencar dos acontecimentos e muito menos usar termos que ninguém perceba.

Para isso, Paulo Santos esclarece que podem contactar advogados, magistrados, sindicatos, entre outros, ou seja, falar com quem tem capacidade para descodificar a linguagem. O redator nunca se pode limitar apenas a reproduzir o comunicado emitido pelas fontes e as próprias autoridades têm isso em conta: “A nossa cautela é que a linguagem seja suficientemente clara e rigorosa sem ser excessivamente técnica. Linguagem simples, correta mas também acessível”, esclarece o diretor adjunto da Polícia Judiciária.

O jornalista e o jornalismo são insaciáveis, sempre na busca de mais e melhor informação. Nesse sentido, mesmo depois dos comunicados, é frequente contactarem as fontes para obter mais pormenores ou, pelo menos, esclarecimentos daquilo que não conseguiram compreender. E, de facto, a partir do momento em que o comunicado é lançado, as autoridades estão autorizadas a designar alguém para prestar declarações, até porque a rádio e a televisão necessitam do som e da imagem. Embora, essa pessoa possa acabar por fazer uma mera reprodução dos comunicados.

Mas quem deve comunicar? Pedro do Carmo tem uma opinião muito clara sobre este assunto: “A comunicação deve ser assumida por quem tem as mãos na massa e a cabeça no cepo – ou seja, alguém que domine a matéria e alguém que, se as coisas correrem mal, fique sem cabeça” e logo explica que a comunicação tem de ser tão cuidada quanto possível e isso só pode ser feito por quem dominar o tema. É que uma palavra errada pode ter consequências graves, como a violação do segredo de justiça ou colocar em risco a investigação – “podem colidir vários interesses, como o da comunicação, o da opinião pública em saber o que se passa o interesse da própria instituição em transmitir uma imagem que corresponda à imagem que tem de si própria”. Por isso, não tem dúvidas em afirmar que é bem diferente ter um inspetor ou um diretor a fazer a comunicação. E para os jornalistas, também é importante que seja uma pessoa com mais responsabilidades - “A principal preocupação de um jornalista deve ser a de transmitir com rigor e objetividade um determinado facto. Daí contactar quem efetivamente está na posse de todos os elementos e tem autoridade para o fazer”, afirma Paulo Santos, chefe de redação do jornal Correio da Manhã.

Mas nesta relação da fonte-jornalista e na necessidade de uma linguagem clara, deve ou não haver um profissional da comunicação no auxílio às declarações feitas pelas fontes? Para Pedro do Carmo, a resposta é um sim mas depressa esclarece que “esse suporte de assessoria é importante, o que não me parece já é que deva ser confiada a uma pessoa com formação jornalística a comunicação. Não podemos ter a ideia de que contratando um jornalista para o gabinete de imprensa podemos dormir descansados porque temos alguém que fala a mesma linguagem. É que o jornalista pode conhecer a cultura e prática jornalística mas já não conhece tão bem a da instituição e ele vai trabalhar para a instituição, não para os jornais”. A pessoa teria de

perceber se estava a trabalhar no lugar de quem vai comunicar ou no de quem recebe e essa identificação para o jornalista não seria fácil.

Paulo Santos também não tem dúvidas das vantagens em ter um profissional da comunicação no auxílio das fontes oficiais – “Por dois motivos: primeiro, porque permite descodificar um determinado tipo de linguagem que ao público (e aos próprios jornalistas) soa – em muitos casos – estranha e hermética. Depois, porque nem todos têm a capacidade de comunicar da forma que um determinado acontecimento impõe. Isto poderá resultar mais fácil – em muitos casos – se essa informação for transmitida por um profissional da comunicação.”

Já percebemos que os comunicados oficiais são uma ferramenta para os jornalistas mas o que representam para quem os emite, isto é, qual o verdadeiro objetivo da Polícia Judiciária, por exemplo, em fazer um comunicado para a comunicação social? Pedro do Carmo afirma que o objetivo é divulgar a ação da PJ e não dar notícia do crime ou da resolução. “ (...) prestando contas, pretende ver reforçada a confiança da comunidade no seu trabalho” (Carmo, 2010, p.124). Esta opinião é partilhada por António Martins, Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses – “a generalidade destas fontes está interessada num resultado, seja o de mostrar e valorizar o seu trabalho, seja o de criar simpatia e compreensão, na opinião pública, pela sua causa ou caso ou pela sua posição” (Simões et al, 2013). Por isso, não é menos frequente que, ainda sobe confidencialidade, inspetores ou polícias liguem eles próprios para o órgão de comunicação social para dar conta de algumas ocorrências.

Fontes Pessoais

E pode o jornalista basear-se apenas nos comunicados e nas fontes ditas oficiais? Claro que não. É regra de um bom jornalista ter várias fontes, oficiais e *pessoais*. “Coleciona números de telefone obsessivamente (...) e não caias no erro de pensar que não vais precisar do número daquela pessoa outra vez e não o passar do caderno para a agenda telefónica. Podes ter certeza absoluta de que vai chegar a altura em que a falta desse número vai ser um verdadeiro problema”, aconselha David Randall. Mas não basta guardar os números – “Os bons repórteres mantêm uma

relação regular com os contactos e não lhes ligam só quando precisam deles. Eles cultivam-nos indo a encontros a que, de outra forma, não iriam e, ocasionalmente, passam-lhe informações” (Randall, 1996, p.39). E, como defende Paulo Santos, no mundo do crime a “maior parte das informações recolhidas não resulta de fontes oficiais mas, simplesmente, de fontes” – é que qualquer pessoa pode ser fonte de um jornalista, independentemente de cargos e profissões. E, de facto, no que ao crime diz respeito, é muito fácil ser um vizinho, por exemplo, a denunciar alguém por violência doméstica ou a ter presenciado um acidente.

É por isto mesmo que, por vezes, o comunicado não é o ponto de partida para a notícia mas sim uma confirmação para as informações que o jornalista obteve através das fontes pessoais. Por isso, pode acontecer que o repórter ligue, por exemplo, para a Polícia Judiciária antes de o comunicado ser emitido. Paulo Santos explica que “há casos em que os fatos constantes nos comunicados já foram noticiados no jornal. Pode haver um dado ou outro novo e, assim sendo, atualizamos a informação. Isto tem a ver com o facto de os comunicados da PJ ou de outras forças policiais não se reportarem normalmente a notícias do dia ou, às vezes, até da véspera. Por exemplo, aos fins-de-semana não há comunicados. Muitos dos que chegam na segunda-feira são de acontecimentos de sexta-feira, sábado ou domingo.”

O jornalista tem então conhecimento de determinada ocorrência ainda antes de esta ser tornada pública. O que deve fazer a força policial quando confrontada pelo jornalista? Pedro do Carmo explica como agir: “Não comentamos. O comunicado para nós é relevante mas se for um facto óbvio, mesmo não havendo comunicado, não vamos negar. Por exemplo, imaginem que há um ataque à bomba no Rossio, não tenho como negar. Mas noutras circunstâncias posso nem comunicar a existência/essência da investigação.” E acrescenta que os jornalistas costumam respeitar o *embargo*, ou seja, percebem quando há informação que não pode ser divulgada por poder prejudicar a investigação e acrescenta que a aceitação dessa necessidade só existe quando há uma relação leal. “É leal, a relação entre vocês e os jornalistas?”, pergunto. “É, é leal!”, não hesita em responder.

Quando falamos em fontes pessoais dos jornalistas não falamos unicamente naquelas que nada têm que ver com o sistema judiciário. Muito pelo contrário, já que

o repórter pode ter no polícia, no procurador ou no advogado as suas principais fontes. Mas porquê não incluí-los nas fontes oficiais? Porque considero que as oficiais, como o nome indicam, são aquelas que prestam informações com o conhecimento de todos, são públicas. Como atrás foi referido, trata-se dos comunicados de imprensa, por exemplo, emitidos para todos os órgãos de comunicação social. No fundo, é a entidade que é a fonte. No que diz respeito às fontes pessoais, é alguém em particular que presta informações a determinado jornalista. Sobre o modo como se processa a interação entre jornalistas e magistrados, importa reter de Hélder Prior as seguintes palavras:

“Efectivamente, a interação entre os jornalistas de investigação e os magistrados faz parte de um sistema de acção que permite que os jornalistas acedam rapidamente aos processos judiciais ou a partes processuais importantes. Como os órgãos de informação procuram sistematicamente ganhar vantagem sobre a concorrência no que se refere à cobertura informativa da vida pública, é natural que exista um «ganho estratégico» ao aceder a fontes da magistratura. Com efeito, em alguns casos estabelece-se um verdadeiro contrato de «comunicação mediática» entre os jornalistas e as fontes, um contrato que depende do estrito cumprimento de algumas cláusulas, como aquela que impede o jornalista de revelar a sua fonte”, (Prior, 2013, p.124).

É frequente que as fontes pessoais ligadas a altos cargos sejam também elas fontes confidenciais, devido às posições que ocupam. Como já tinha sido referido inicialmente, são elas que pedem a confidencialidade. E, por isso, para o leitor acabam por ser fontes sem rosto, já que o nome não é revelado e são designadas como sendo uma *fonte próxima do processo, um magistrado* ou *uma fonte judicial*. Este pedido de confidencialidade, relacionar-se-á com o dever de reserva patente no número 1) do artigo 12º do Estatuto dos Magistrados Judiciais que define que “os magistrados judiciais não podem fazer declarações ou comentários sobre processos, salvo, quando autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura, para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo”.

No fundo, as fontes pessoais são aquelas a que o jornalista tem de dar mais valor porque são apenas dele, é ele que tem de as cultivar. Enquanto que nas fontes oficiais a informação é a mesma para todos, nas fontes pessoais há recolha de dados

novos e exclusivos, que contribuam para um melhor trabalho jornalístico – “Elas complementam-se potencialmente a partir da inteligência e do inconformismo do jornalista. Habitualmente, as fontes oficiais contam as versões convenientes. As fontes pessoais podem ajudar a abrir fissuras nessas versões, por vezes tão longínquas da verdade ou sequer de uma pequena aproximação a ela”, explica Eduardo Dâmaso. E, por isso mesmo, são estas fontes, que podem marcar a diferença na informação que é revelada pelos diferentes órgãos de comunicação social, “sendo comum dizer-se que foi “melhor tratada” em determinado jornal comparativamente com outro”, remata Ana Luísa Nascimento. As opiniões dos jornalistas do Correio da Manhã vão ao encontro daquilo que é defendido por Cláudia Rosenbusch, da TVI: “As fontes próprias permitem ao jornalista trazer valor acrescentado ao trabalho. Permitem que se dê mais informação que a maioria. Sobretudo as fontes pessoais permitem conseguir a informação que por regra as fontes oficiais procuram esconder”.

No entanto, independentemente da importância das fontes e do conteúdo por elas revelado e explicado, não nos possamos esquecer de que “se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; têm ou podem ter um papel activo no material que seleccionam para divulgar, no enquadramento e contextualização das informações que obtêm junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão”, (Pinto, 2000, p.286).

As rondas do jornal Correio da Manhã

As fontes oficiais fazem os comunicados mas quantas vezes esses já não chegam às redações no dia a seguir à ocorrência? Várias vezes tal acontece. As fontes pessoais permitem ao jornalista ter informações diferenciadas. Mas isto não é suficiente, uma vez que o jornalismo tem de ter a máxima cobertura possível. E, por isso, tem de se socorrer de diferentes meios. Além da boa rede de contactos que é preciso cultivar, como sugere David Randall, da sorte ao acaso – no terreno encontrar alguém que conhece os contornos do crime que ocorreu, por exemplo – há outras coisas que podem ser feitas, nomeadamente, o sistema de rondas do jornal Correio da Manhã. Pelo menos cinco vezes ao dia, os jornalistas da secção Portugal – dedicada ao

crime – ligam para as diversas forças de segurança: PJ, PSP (comando geral e diversas esquadras), GNR, Proteção Civil, Sapadores e Centro Distrital de Operações de Socorro. A pergunta é simples: “há ocorrências?”. O chefe de redação explica o porquê deste sistema: “A maioria das notícias de uma secção como o Portugal – que vive do momento, dos acontecimentos do dia – resulta das rondas. Primeiro, permite-nos saber, quase em tempo real, o que se está a passar em todo o País nas matérias trabalhadas no Portugal. E, ter conhecimento dos acontecimentos no momento exato em que eles acontecem permite trabalhá-los melhor, quer enviando jornalistas para o local, quer trabalhando a partir da própria redação. Sem as rondas a secção de Portugal não faria sentido”, defende.

Jornalistas e fontes no terreno

Já referimos que, muitas vezes, o jornalista encontra a fonte no terreno – um vizinho ou um proprietário de um café, por exemplo – mas, regra geral, também encontra as fontes oficiais. É frequente que quando o repórter chegue a um acidente a PSP ou a GNR estejam no local. Da mesma maneira, pode encontrar a Polícia Judiciária na cena de um homicídio. Assim, tem um contacto direto com a fonte e pode observar o seu modo de atuação. Obter informações através desta via é que nem sempre é fácil, já que o responsável autorizado a comunicar pode não estar presente ou, então, porque não o podem fazer por correrem o risco de prejudicar a investigação. Mas pode sempre ser um ponto de partida para o cultivo de uma fonte pessoal – o jornalista pode e deve ficar com os contactos de alguém da força policial em causa, como diria Randall, nunca se sabe quando é que esse será um contacto vital. Aliás, poderá sê-lo no futuro mas também poderá ser uma forma de o jornalista obter *off the record* informações sobre a ocorrência do momento.

No entanto, é necessário ser prudente. “Durante o interrogatório ao José Sócrates uma pessoa no tribunal que eu conhecera naquele dia disse-me que o Ministério Público tinha pedido prisão preventiva para Sócrates. Não avancei com a notícia porque não confirmei com mais fontes”, explica a jornalista da TVI. Fica aqui o mote para o próximo tema.

Este encontro jornalista-fonte pode ser fortuito mas também pode ser premeditado. O programa *Rua Segura* da CMTV é um exemplo disso. O objectivo passa por dar a conhecer o trabalho das forças de segurança. Antecipadamente – entenda-se que há autorizações que necessitam de meses até estarem concluídas – é combinado entre o órgão de comunicação social e a autoridade o acompanhamento de determinada atividade. Ir para o terreno com uma patrulha e depois acompanhar qualquer incidente que aconteça ou, noutra perspectiva, simular que existe uma bomba no aeroporto são apenas dois exemplos das inúmeras coisas que podem ser feitas.

As situações verdadeiramente reais – como a patrulha – permitem ao repórter estar na essência daquilo que é o jornalismo, dado que a qualquer momento pode obter informação nova e relevante, tendo a vantagem de a poder presenciar e registar. As simulações de cenários reais são também uma mais-valia para o jornalista, já que lhe permitem conhecer alguns dos meandros das etapas que são seguidas. Isto faz com que, mais tarde, numa situação real esteja apto para explicar e descodificar ao leitor e/ou espectador o que está a acontecer.

I.3 Cuidados a ter com as fontes

Iniciamos este tema com a assertividade de Ana Luísa Nascimento que chama a atenção para a importância de o jornalista escorar a sua relação com as fontes numa base de confiança. Segundo a jornalista, “é fundamental haver uma relação de confiança entre jornalista e fonte, e essa confiança conquista-se, progressivamente, e tem que ter como base uma relação de verdade. Uma fonte que engane um jornalista, não pode ser fonte; e um jornalista que engane uma fonte, deixa de merecer a sua confiança.” Uma relação entre fonte e jornalista envolve um compromisso com os factos, com a verdade e, também, com o leitor e espectador. Se uma fonte defraudar o jornalista, sem este se dar conta, no fim da cadeia é a sociedade que sai defraudada, já para não falar nas consequências que tal poderá ter para os visados na notícia. Por

isso, uma má relação entre fonte e jornalista é o primeiro passo para um mau trabalho jornalístico.

A regra essencial no que diz respeito a fontes – seja em que meio for – é sempre o cruzamento das informações e nunca uma confiança cega numa única fonte. É com base nas fontes que o jornalista deve contar o que aconteceu, o mais aproximadamente possível da realidade. É imperativo que as informações sejam cruzadas, que se oiçam diversas vozes sobre o mesmo assunto e até de diferentes sectores. A pluralidade é necessária em bom nome do rigor e do compromisso com a verdade. Javier del Moral (2004, p.100) defende que se não houver riqueza e diversidade de fontes, o jornalista pode correr o risco de fazer meramente uma transcrição da informação.

Santos, pelo seu lado, sublinha a natureza agonística da relação entre o jornalista e a sua fonte, nestes termos: “A relação entre jornalista e fonte define-se como uma luta. Enquanto as fontes se esforçam em divulgar informação, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhes extorquir informações de interesse e que as fontes, eventualmente, escondem” (Santos, 2003, p.24). É por isso que o jornalista não pode ser permeável e não pode confiar só numa fonte, já que pode estar a ser enganado, em função dos interesses da mesma, que pode apenas querer ser notícia.

Como nos dá conta Javier Fernández del Moral, “Gaye Tuchman e Héctor Borrat concordam que um maior número de fontes fiáveis e de qualidade prestigiam o profissional e o meio para o qual trabalha. O primeiro assinala que quantas mais fontes, mais e melhor informação se consegue. Borrat afirma que quanto maior é a quantidade, a qualidade e a diversidade das informações que comunica e das fontes que cita, tanto maior será a sua credibilidade e influência” (Moral, 2004, p.100). A mesma linha de raciocínio é seguida por Felisbela Lopes, que alerta para os perigos de o jornalista basear o seu trabalho numa única fonte: “Escrever, por exemplo, uma peça noticiosa a partir de uma única fonte pode colocar ao jornalista sérias dificuldades para justificar a “sua boa fé” nos factos que, depois, se vêm a comprovar serem falsos.” (Lopes, 2000, p.3)

Eduardo Dâmaso tem bem definidos os cuidados que se devem ter na abordagem das fontes, seja no jornalismo judiciário, seja em qualquer outra área, o

princípio será sempre o mesmo: “Saber avaliar a sua credibilidade e potenciais interesses na revelação de factos que possam traduzir-se numa manipulação do próprio jornalista. Uma fonte só é credível se jogar limpo com o jornalista. Pode ter alguns interesses pessoais na divulgação de certos factos mas isso nunca pode prevalecer sobre o interesse público. Depois há que saber proteger a identidade das boas fontes, tantas vezes alvo de perseguições nos locais de trabalho ou de outro tipo”. Ainda sobre o assunto, acrescenta Ana Luísa Nascimento que “pode haver uma tentativa de manipulação, no sentido de a fonte tentar levar o jornalista para o ‘lado’ da notícia que lhe dá mais jeito, agora enganar deliberadamente não. E se isso acontecer, o jornalista deve imediatamente revelar a fonte”, tal como defende o número 6 do Código Deontológico dos Jornalistas, que abre a exceção para a revelação das fontes confidenciais, caso estas tentem usar o jornalista para canalizar informações falsas.

Javier Fernández del Moral (2004) estabelece alguns critérios para se estabelecer a validade da fonte, nomeadamente: fiabilidade – assenta na credibilidade e competência; a imagem que transparece; o prestígio social – a validade da fonte é tanto maior quanto mais alta é a sua posição; relação e experiências anteriores. Há também que ter em conta a relação que o jornalista já tem com a fonte e avaliar os comportamentos anteriores, segundo as advertências de Chileno Rabadillo, citado por Javier del Moral.

Já vimos que as fontes podem ser estritamente pessoais – por oposição àquelas que falam para todos – e, nesses casos, há que ter cuidado para que não haja uma familiaridade excessiva. “Devem primar sempre os critérios profissionais e de independência sobre possíveis sentimentos pessoais que a fonte desperte no jornalista. É provável que ao relacionar-se com fontes muito qualificadas ou que ostentam poder se origine admiração por parte do jornalista, que nunca deverá ser incondicional ou de submissão”, (Moral, 2004, 106). Ou seja, apesar da importância que as fontes revelam para o trabalho jornalístico, há que manter sempre o grau necessário de distância para que o relacionamento não afecte esse mesmo trabalho. Este aspecto remete-nos para a autonomia que o jornalista deve ter face às fontes, algo que é referido por Joaquim Fidalgo, (2000, p.328), nomeadamente:

- “independência económica (não «precisar» das fontes para qualquer benefício pessoal, não aceitar prendas ou benesses que possam fragilizar a sua posição face a elas);
- distanciamento crítico (não se envolver emocionalmente com as fontes que contacta, não confundir os respectivos papéis, não esquecer os interesses próprios que uma fonte frequentemente tem na divulgação ou não de certa matéria, não deixar de «cruzar» a informação de uma fonte com outras fontes);
- integridade e solidez pessoal (conhecer e estudar os assuntos que aborda de modo a não ser manipulado, perceber as pressões internas ou externas para saber resistir-lhes, guiar-se pelo princípio do interesse público acima de quaisquer outros interesses em jogo)”.

O jornalista não deve nunca subjugar-se às vontades das suas fontes, nem mesmo em prol do trabalho de investigação que tem em mãos. Ter fontes é tão importante quanto o é a clareza de espírito para saber dizer não a uma fonte que não se revele digna e confiável. Terminamos este tema com uma citação que nos pareceu bastante pertinente, da parte da jornalista Cláudia Rosenbusch e que sintetiza aquilo que aqui expressámos. “Aprendi com os mais velhos uma regra de ouro: não há fontes mas o que há é maus jornalistas, porque não confirmam devidamente as informações”.

Fontes não confirmadas ou mal interpretadas – O arrastão de Carcavelos

Sobre o conhecido caso do “arrastão de Carcavelos”, refere Miguel Gaspar numa crónica de 2005 publicada no Diário de Notícias:

“Os media, sobretudo os que actuam em tempo real, estavam legitimados por uma fonte oficial e o que essa fonte dizia era notícia. Mas faltou, em muitos casos, a capacidade crítica de verificar a história, em vez de construir uma narrativa a partir dos elementos considerados válidos. Aceitou-se que eram 500, a partir daí aceitou-se que era um arrastão e a partir daí afirmou-se que somos um país de terceiro mundo com emigrantes perigosos. Uma cadeia diabólica de interpretações que substituiu e dispensou a veracidade dos acontecimentos. A força de uma palavra tornou-se mais

importante do que a realidade. Um erro que fica para memória futura. Terá emenda?”, (Miguel Gaspar, 2005, Diário de Notícias).

É tendo base a crónica de Miguel Gaspar que olharemos para o suposto arrastão de Carcavelos, como um caso em que a não confirmação das fontes – ou a não pluralidade das mesmas – pode ter sido determinante para noticiar aquilo que, afinal, não tinha acontecido. Estávamos a 10 de Junho de 2005 quando a agência LUSA, com declarações de um comandante da PSP, comunicou que cerca de 500 pessoas tinham entrado na praia de Carcavelos e estavam a roubar e a agredir. Era o caos e o terror. E nos media, de um assalto passou-se para um *arrastão*, assemelhando-se à realidade brasileira. A confusão esteve, desde cedo, instalada, não na praia mas na comunicação social – a RTP falava em trinta a cinquenta jovens; a SIC – que lançou a palavra *arrastão* – falava em quinhentos; a mesma pessoa prestava diferentes depoimentos;

No dia seguinte a PSP – que também tinha utilizado a palavra *arrastão* - começou a contrapor os acontecimentos mas a ideia já estava instalada. Segundo a polícia, não havia indícios de crime organizado, nem queixas, nem detenções, nem nada compatível com 500 pessoas e até mesmo as fotografias mostradas eram da altura em que os agentes tinham chegado e, por isso, a maior parte era banhistas a fugir. Até que a 19 de Junho chega o desmentido: “A Polícia de Segurança Pública nega a existência de qualquer *arrastão* na praia de Carcavelos, no dia 10 de Junho, num relatório hoje divulgado na Assembleia da República”, (Público, 2005). Era o fim do *arrastão* que nunca existiu.

O que é que correu mal? Gonçalo Pereira Rosa analisa, retrospectivamente, o ocorrido nestes termos:

“O recurso à legitimidade das fontes oficiais é uma defesa inconsciente, exercida pelos jornalistas, contra as acusações de sensacionalismo, irresponsabilidade ou prática profissional faltosa. Não é por isso de estranhar que o enquadramento dominante não tenha sido contestado nos media durante a primeira fase da cobertura noticiosa. Embora outros agentes sociais tivessem uma história diferente para contar, os media não sentiram necessidade de escutar vozes alternativas ao que parecia consensual

entre as fontes oficiais que definiram o evento”, escreve Gonçalo Pereira Rosa (Rosa,2011, p.133).

Percebemos então que a opinião do autor é a de que a voz da *autoridade* foi tida como única e incontestável, pelo que a comunicao se limitou a reproduzi-la. Mas o jornalista não se pode deixar levar pelos caminhos da confiança cega, como já vimos neste capítulo. Embora se tratasse de uma fonte oficial, os jornais tinham por obrigao ter sentido crítico e basear-se em mais fontes, em vez de simplesmente seguir o *take* da agência Lusa.

Para isto poderá ter contribuído a ânsia que se vive no jornalismo, do pouco tempo que se tem para verificar e confirmar informaçoes. As fontes eram oficiais e então tomou-se o arrastão como verdade. Até porque, “ o dez de Junho devia ser um “dia sem notícias”, no início de um fim-de-semana prolongado com poucos jornalistas na redao. Nestas circunstâncias, o jornalismo fica mais dependente de rotinas e de fontes oficiais, recorrendo a estereótipos que se reconhece como sendo mais facilmente consumíveis pelas audiências”, (Correia, 2009, p.10).

Se a opinião dos autores é, claramente, a de que o jornalista se deixou convencer por uma espécie de *voz de comando* e que o arrastão nunca existiu, o chefe de redao do Correio da Manhã tem uma perspectiva diferente: um arrastão que existiu mas que foi mal interpretado. “Um grupo indeterminado de pessoas instalou o pânico na praia da Carcavelos roubando os banhistas e levando tudo o que encontrava pela frente – um tipo de informao que seria possível obter numa ronda, embora só no local e numa fase posterior se conseguisse apurar a verdadeira dimensão do caso. Mas é evidente que alguma coisa falhou. Basicamente, penso que a polícia terá minimizado a questão e os jornais tero ampliado o que se passou. A polícia minimizou por dois motivos: primeiro, porque o número de queixas apresentado não era minimamente consentâneo com os relatos. Depois, por uma questão de alarme social – viviam-se tempos agitados, com referências diárias de atos de pequena criminalidade praticados em grupo. Quanto aos jornais, fizeram o seu trabalho a partir dos relatos de quem estava na praia e viu e eventualmente dos polícias que estavam ou chegaram ao local. Em síntese, houve um arrastão mas, provavelmente, numa dimensão muito inferior ao que foi referido quer em termos de vítimas, quer no número de elementos

que compunha o grupo. A 'falha', na minha opinião, residiu em a polícia ter negado a existência do 'arrastão'. Mesmo se a palavra fosse excessiva em relação ao que se passou, deveria ter admitido, de uma forma mais frontal, a situação de pânico que se instalou na praia e os atos cometidos por aquele grupo de pessoas. Porque não é possível dizer que houve pouco ou nada, quando havia relatos de tanta gente a dizer o contrário. Mais: a própria polícia destacou para o local um amplo contingente logo que foi conhecido o caso”, explica.

Parece que, tendo ou não existido arrastão, sido ele de pequena ou grande dimensão, o 10 de Junho de 2005 veio trazer a discussão da interação entre fontes e jornalistas para cima da mesa. Pode não ter sido pelas melhores razões e como afirma Miguel Gaspar pode nem ter emenda. Mas, talvez, tenha servido de exemplo para futuros cenários do *diz-que-disse*.

CAPÍTULO II: OS OBJETIVOS PERSEGUIDOS PELA INVESTIGAÇÃO JUDICIÁRIA E PELA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

II.1 A Justiça nos Media

Como refere Rui Pereira, “os media podem desempenhar um papel muito positivo em relação ao sistema de justiça. E, em alguns casos, também perturbar o seu funcionamento. Nos últimos quarenta anos, a justiça tornou-se mais acessível aos cidadãos. Antes era uma relação muito distanciada, as pessoas não percebiam muito o que se passava nos tribunais ou o que diziam os magistrados ou os advogados. Os media têm facilitado essa aproximação e essa compreensão: existem inúmeros programas na televisão e na rádio, por exemplo, acerca de temas de justiça. Há professores de direito, juízes e magistrados que comentam casos sem violar os seus direitos de sigilo.” Esta posição, defendida por Rui Pereira, não poderia estar mais perto da realidade atual. Ele próprio é comentador televisivo no que diz respeito aos temas da justiça e da investigação criminal, tal como o é Carlos Anjos.

Numa altura em que temos um público cada vez mais informado e também mais interessado, é impossível passar ao lado de um dos pilares bases da nossa sociedade: a Justiça. Se é este sistema que dita a leis pelas quais nos temos de reger, então tem de ser compreensível a todos. Nas sociedades contemporâneas de “democracia política” é impensável conceber uma sociedade em que os cidadãos vivam alheados do sistema judiciário por não o entenderem. Nelas a comunicação social tem um papel fundamental: o de descodificar a complexidade da linguagem técnica e dar a conhecer o sistema, de forma a promover uma maior aproximação entre as pessoas e a Justiça, tal como referiu Rui Pereira. Por esta mesma razão, sustentam Fidalgo e Oliveira a sua tese de que:

“ (...) a Justiça e a Comunicação Social estão “condenadas” a viver em conjunto. Assim o exigem os princípios de transparência e de publicidade da administração da justiça,

bem como o escrutínio democrático dos cidadãos relativamente aos poderes do Estado, que é, em boa medida, feito indirectamente através dos media. Os media não podem, pois, alhear-se de um dos sectores mais importantes e sensíveis para o bom funcionamento do Estado democrático, o poder judicial, onde desaguam frequentemente processos de grande repercussão pública e de inquestionável interesse para os cidadãos”, (Fidalgo, Oliveira, 2005, p.1).

Na linha de raciocínio que estamos a seguir, parece-nos fundamental a ideia de que o sistema burocrático da Justiça tem, efetivamente, de comunicar, servindo-se para isso da comunicação social. Pedro do Carmo lembra, com muita pertinência, que o povo é não apenas fonte da legitimidade do poder dos juízes, mas também destinatário último da função jurisdicional, nestes incisivos termos:

“O povo, nos termos constitucionais, é não só a fonte da legitimidade dos juízes e por isso tem um direito originário de informação e de controlo sobre a actividade dos tribunais, como é também o destinatário da função jurisdicional, e ainda co-participante na administração da justiça. Ou seja, entre os cidadãos e o sistema de justiça tem de existir uma relação democrática, que o será tanto mais quanto os cidadãos forem cidadãos informados e compreenderem, independentemente do tipo e nível de formação, a justiça que é administrada”, (Carmo, 2008, p.60).

Sobre o papel relevante da comunicação social para uma boa aplicação da Justiça, importa ainda ter presentes as palavras de Hélder Prior, que, a este propósito, refere:

“A mediatização das faltas dos agentes políticos e de outras personalidades que exercem cargos de relevo do panorama público, a descoberta de inúmeros casos de corrupção e de tráfico de influências entre quadros superiores do Estado, a investigação da vida privada dos actores políticos que, muitas vezes, não coincide com a imagem publicamente cultivada, ou a revelação de casos de abuso sexual e pedofilia, como aconteceu no processo *Casa Pia*, são apenas alguns exemplos de como a investigação jornalística contribui para a iluminação e aplicação da Justiça e do Direito”, (Prior, 2013, p.121).

Anteriormente, já tínhamos referido a dualidade das fontes, uma vez que uma notícia pode desencadear a abertura de uma investigação por parte das instâncias competentes.

Os processos judiciais fazem manchetes nos jornais, abrem os noticiários televisivos e são uma fonte inesgotável de notícias. O jornalismo cumpre, no fundo, uma decisiva função de mediação entre a Justiça e a sociedade. Por um lado, ambos os sistemas precisam um do outro, por outro, essa relação nem sempre é a mais fácil e cordial. Sustentam-se, necessitam um do outro, mas nem por isso se entendem da melhor maneira. Algo que foi reconhecido no editorial do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, em 2012:

“Não obstante os 38 anos de democracia e de liberdade de expressão, não foi ainda possível alcançar um relacionamento equilibrado e saudável entre a Justiça e a Comunicação Social, que permita a ambas o desempenho adequado das suas funções, essenciais que são as duas num Estado de Direito democrático. Um conjunto recorrente de problemas vem impedindo que a liberdade de expressão efectivamente sirva para oferecer a todos os cidadãos informações precisas, correctas e tempestivas sobre o funcionamento do sistema judicial. A Justiça e os órgãos de comunicação social continuam a não saber comunicar e compreender-se entre si, sendo a informação que chega ao cidadão o resultado desse desentendimento.”

Analisaremos de seguida os problemas comunicacionais entre a Justiça e o Jornalismo.

II.2 Dois tempos diferentes

O jornalismo e a justiça têm tempos e ritmos diferentes. As notícias têm de ser dadas cada vez mais depressa: é a exigência de uma sociedade em que pontifica a velocidade frenética da internet e das televisões num movimento induzido por imperativos de uma concorrência frenética, norteadada pelo objetivo da captação³ das audiências de que fala também Patrick Charaudeau. Para tanto, é imperativo vencer a concorrência e chegar primeiro junto do público. Atualmente, muitos são aqueles que

³ Patrick Charaudeau considera que o jornalismo se guia por dois objectivos antinómicos: o de “informar”, que o compromete com a verdade; e o de “captar” audiências que lhe garantam receitas que lhe garantam a sobrevivência. (cf, Patrick Charaudeau (2000), “L'événement dans le contrat médiatique”, Dossiers de L'Audiovisuel nº 91, p. 50.)

já não esperam para ler as notícias no dia seguinte, no jornal em papel. Entenda-se que os próprios jornais têm sites com atualizações constantes, de minuto a minuto, que podem ser vistas no computador ou no telefone – ou seja, estão sempre à distância de um único clique. Na televisão, são vários os canais dedicados única e exclusivamente à informação, durante 24 horas. Ana Luísa Nascimento sustenta que em causa não está uma maior complicação do processo noticioso mas sim uma maior necessidade de rapidez e, por essa razão mesma, defende que “é nesses casos que as fontes podem fazer a diferença. Um jornalista tem que saber rapidamente a quem recorrer, e quem sabe ganha tempo. Complicação é avançar uma notícia sem confirmação, isso não pode acontecer. Uma notícia errada é fatal para um jornalista, retira-lhe credibilidade”.

Já Cláudia Rosenbusch tem uma perspetiva diferente. A jornalista acredita que o facto de o jornalismo se viver cada vez mais ao segundo acarreta dificuldades no que diz respeito à confirmação de várias fontes, num curto espaço de tempo e deixa um alerta: “se cedermos à pressão corremos o risco de começar a dar informações erradas e isso é desastroso para a credibilidade do jornalista. Muitas vezes acredito nas notícias em função de quem as assina. A credibilidade de um jornalista é tudo”.

No processo judiciário o cenário é bem diferente: meses ou anos de investigação que, depois, se transformam numa espera sem fim no que diz respeito à leitura de sentença ou de acórdão, pelo meio passa-se pelo inquérito, pela instrução, pelo julgamento a que pode seguir-se ou não a fase de recursos a que se refere Rodrigues nestes termos:

“O significado dos prazos, das formalidades ou dos critérios de formação da decisão estão, de um modo ou de outro, ligados à ideia de tempo: ou pela necessidade de promover o encadeamento do processo através de fases cronologicamente cadenciadas, ou porque se impõe assegurar a certeza dos actos, ou porque as exigências de um processo justo obrigam a acautelar a genuinidade da vontade das partes ou a ponderação da decisão. A comunicação, pelo contrário, convive com os fenómenos sociais e trabalha segundo critérios do tempo real”, (Rodrigues, 1999, p. 45).

Também Hélder Prior se debruçou sobre o mesmo assunto, defendendo que

“a dificuldade de relacionamento entre a instituição da Justiça e os media é explicada pela própria lógica de funcionamento de cada sistema. Enquanto os meios de comunicação se regem pelo princípio da publicidade, no sentido em que procuram tornar tudo comum, visível, a Justiça tende para uma comunicação esotérica, «egocêntrica», adoptando, sobretudo na fase de inquérito, uma linguagem onde é o segredo que prevalece”, (Prior, 2013, p.120).

Também Joaquim Fidalgo e Madalena Oliveira têm a mesma linha de raciocínio: “Sendo impossível que coincidam, os tempos da justiça e da comunicação social – quase simétricos na sua desmedida, um por excesso e outro por defeito – marcam, apesar de tudo, a especificidade dos dois campos”, (2005, p.6).

Veja-se o exemplo do processo Casa Pia, sobre abuso sexual de crianças – em janeiro de 2003, os arguidos Carlos Cruz, Hugo Marçal e Ferreira Diniz eram detidos. Em setembro de 2010, era lido o acórdão. Em fevereiro de 2013, dez anos depois, estava o Tribunal Constitucional a rejeitar os recursos. Ora, o jornalismo não pode esperar todo este tempo para noticiar a decisão do tribunal em relação aos arguidos, muito menos quando se trata de um processo mediático como este. Queremos com isto dizer que não basta ao jornalismo dar a notícia da detenção e só voltar a falar no caso sete anos depois, aquando da leitura do acórdão. Tudo o que vai acontecendo até lá tem de ser noticiado, até porque está em causa o interesse público. E é aqui que, não poucas vezes, se nota o fosso que ainda existe na comunicação entre a Justiça e o jornalismo.

A esta luz, ganham particular significado a insuspeita reflexão de Rui Pereira quando, com fundamento, sustenta que “não se pode continuar a considerar o sistema de justiça como uma espécie de torre de marfim, que se possa isolar dos media com um cordão humanitário. Os tribunais têm de aprender a comunicar com o público através dos media.” A citação poderia ter partido de um qualquer jornalista ou dono de um órgão de comunicação social. Mas, na verdade, foi proferida por Rui Pereira, antigo ministro da Administração Interna – um olhar de quem lida mais de perto com a Justiça do que com o Jornalismo e que, mesmo assim, defende que o poder judicial comunica pouco. A propósito do mesmo assunto, diz Carlos Anjos que “a Justiça ainda não aprendeu a tratar com lealdade o jornalismo. O tempo da Justiça é diferente do

tempo do jornalismo. Por exemplo, José Sócrates foi preso e, provavelmente, está acusado daqui a um ano. Isto para o jornalismo é insustentável. O Jornalismo não aguenta, sem dizer nada, num processo desta natureza, tanto tempo. E, por isso, estabelecem-se aqui conflitos”.

Em casos mediáticos como o processo Casa Pia, já referido, a Operação Marquês (que envolve José Sócrates) ou a Operação Labirinto (mais conhecida como o caso dos Vistos Gold), montam-se autênticos *circos mediáticos* em frente aos tribunais, independentemente de ser o primeiro interrogatório judicial ou já a leitura de acórdão. Os jornalistas televisivos fazem diretos a qualquer instante e para os alimentar necessitam de informações atualizadas. O simples facto de se saber que determinado arguido já começou a ser ouvido é para os repórteres uma informação relevante porque é algo novo que têm para dizer.

No fundo, a missão é dar a conhecer, a quem não tem possibilidade de lá estar, aquilo que se está a passar. No entanto, muitas vezes essa simples informação é difícil de obter. Tal acontece porque não há a tradição no sistema jurídico português de ter um oficial de justiça que comunique com os jornalistas. Se é verdade que tal acontece esporadicamente, também é verdade que não é feito tantas vezes quantas as necessárias. “A comunicação da justiça é, regra geral, muito deficiente. É uma comunicação reativa (limita-se a maioria das vezes a reagir a notícias) e alarga o âmbito do segredo de justiça ao ridículo. Por exemplo: já me recusaram dizer a que horas começou uma diligência, invocando o segredo de justiça”, relembra Cláudia Rosenbusch.

Recordando o primeiro interrogatório judicial do caso dos Vistos Gold, que conta entre os arguidos aquele que à data era o diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e também o então presidente do Instituto de Registos e Notariados, só houve comunicação por parte do Tribunal Central de Instrução Criminal no momento de revelar as medidas de coação. Acontece que tal não se revela suficiente para os jornalistas, uma vez que durante todos os dias de interrogatório não lhes foi dada qualquer informação – entenda-se que não se trata aqui de revelar qualquer conteúdo do processo e da investigação mas apenas das etapas que o interrogatório está a seguir. São informações inócuas, não prejudicam a investigação e marcam a diferença

no que à cobertura jornalística diz respeito, até porque evita que o jornalista esteja sempre a dizer a mesma coisa. O espectador tem de confiar no repórter, é ele que lá está a informar a sociedade. Será que essa confiança existe quando o que se diz ao fim da tarde é exatamente o mesmo que se disse ao início da manhã? Talvez não. Faz parte do rigor atualizar a informação mas essa é uma tarefa que se adivinha complicada quando a Justiça se refugia dentro das quatro paredes onde está instalada, não abrindo uma única janela aos jornalistas.

Carlos Anjos, ex-inspetor da Polícia Judiciária considera mesmo ser: “inadmissível que os tribunais portugueses não tenham uma sala para a imprensa. Dar condições de trabalho aos jornalistas é uma forma de os controlar. Não me parece que seja violador do segredo de justiça haver pontos de situação de x em x horas. Isso evitaria especulação”. Por sua vez, a Grande Repórter do Correio da Manhã deixa-nos a percepção de quem lida diariamente com a parca comunicação dos tribunais. Mas, ao contrário de Carlos Anjos, Ana Luísa Nascimento, acredita que o problema de fundo não reside na inexistência das salas de imprensa: “Costumo dizer que, apesar dos discursos politicamente corretos, por vezes a Justiça parece não querer comunicar. Trata-se de um tema recorrente, que se discute há anos, mas nada é feito para melhorar. E não falo de gabinetes de imprensa, porque como já vários processos o demonstraram, a questão tem mais que ver com a boa vontade e cultura do magistrado de determinado processo, por exemplo, do que com uma questão física de gabinete. Quando um magistrado tem noção do processo que tem em mãos e que esse caso tem impacto mediático, como já aconteceu, esse mesmo magistrado elabora uma informação e acaba por arranjar forma de a divulgar. O grande problema é que há muitos magistrados que acham que não têm nem gostam de comunicar”.

A ausência de informação não evita que os diretos televisivos sejam feitos ou que os textos sejam redigidos a fim de atualizar a página do jornal na internet. O pilar base do jornalismo é informar a sociedade. Mas, nestas alturas, quase que o jornalista entra numa espécie de *arte da adivinhação* sobre aquilo que se passa dentro do tribunal. Naturalmente, há formas de ultrapassar essas barreiras – quando se tem um advogado do processo como fonte ou quando a pessoa que está na secretaria do tribunal está disposta a responder, por exemplo. O problema é que não é um ato

voluntário por parte da instância criminal, quando em pleno século XXI o deveria ser. O professor Rui Pereira defende, criticamente, a posição de que “há muito pouca informação e muito pouca informação qualificada. O tribunal podia ter porta-vozes. Não tem muito sentido, nos casos mediáticos, colocar um funcionário de justiça, sem experiência no contacto com os media, a dar informações. Valia mais haver um porta-voz, que pode ser um magistrado, desde que tenha uma certa vocação para contactar com os media.”

Quando perguntamos a Carlos Anjos, agora à frente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos, o porquê de não haver outro tipo de relação entre os tribunais e os jornalistas, a resposta não tarda em chegar: “A justiça ainda é muito formalista. Muito ritualista. E, acima de tudo, acho que a Justiça ainda não tem muito respeito pelas pessoas – nem pelas que vão ao tribunal, nem pela sociedade. No caso dos Vistos Gold ou no caso Sócrates, a Justiça tem a obrigatoriedade de perceber que aquilo é um caso nacional. O País parou à frente dos telejornais. Dizer às pessoas o que está a acontecer dentro do tribunal não viola o segredo de justiça, não é informação do processo. Assim, cada um diz o disparate que quer. A Justiça não está preparada para o século em que vive. A seguir, para anular a especulação vai ter que se dizer mais. Quem decide a Justiça decide com base numa sociedade que está desatualizada. Dá até uma sensação de terceiro mundo. As pessoas têm de comunicar e a Justiça comunica muito mal”, remata.

Temos referido estritamente a comunicação que é feita nas instalações do tribunal, quando há processos a decorrer e jornalistas *plantados* à porta. Mas não é só aqui o entendimento entre justiça e jornalismo funciona mal. Como nos dá conta Rodrigues, também o comportamento de omissão do Ministério Público contribui para este estado de coisas, esclarecendo a propósito:

“Quanto ao Ministério Público, a iniciativa de informar encontra-se geralmente centralizada na Procuradoria-Geral da República que se limita a emitir, com contensão de frequência e conteúdo, notas ou comunicados que têm por finalidade publicitar o início ou o estado de processos com justificado impacte público e em que a informação surge como imperativo de interesses superiores, como são os da transparência e da

defesa dos princípios de isenção, afirmação da efectividade das leis e eficácia da acção da justiça”, (Rodrigues, 1999, p.32).

Ou seja, quando há efetivamente comunicação há, também, uma tentativa de autodefesa e legitimação de quem comunica que, talvez, se sobreponha ao interesse genuíno de informar a sociedade.

A difícil comunicação parece não escapar aos olhos de ninguém e perturba muitos daqueles que trabalham na administração da justiça e a generalidade dos jornalistas que trabalham os temas da Justiça. O antigo presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, António Martins, afirma mesmo que “o que temos hoje é uma relação em que a Comunicação Social e a Justiça estão de costas voltadas, relação semelhante à daqueles casais sempre zangados, embora com momentos breves de paixão violenta. (...) Não houve a capacidade para perceberem que a comunicação social tinha passado a ser o veículo essencial para transmitir o que se fazia nos tribunais: ministrar a Justiça em nome do Povo.”⁴

II.3 Jornalismo Judiciário

Quando anteriormente Carlos Anjos referiu que “cada um diz o disparate que quer”, ecoaram alguns dos erros proferidos por jornalistas. Se se tratar de um repórter que não é especializado na área da Justiça e não houver qualquer colaboração por parte da entidade judicial, é frequente que os termos judiciais não sejam aplicados da melhor maneira. Um alerta que foi deixado por Rogério Alves num texto publicado no Jornal de Notícias, em 2013: “O cuidado que os jornalistas deviam ter e que, em regra, não têm é tirar conclusões precipitadas acerca da culpabilidade das pessoas visadas. Porque é que, quando alguém é referido como sendo objeto de investigação quando ainda não foi acusado, quando ainda não é arguido, ou quando muitas vezes sendo arguido não é acusado, resulta imediatamente que essa pessoa é culpada?”,

⁴ Cf. Simões et al, 2013, p. 138

questiona o antigo Bastonário da Ordem dos Advogados. Deixamos ainda um outro exemplo dos erros que se podem mostrar cruciais: “Quando os meios de comunicação se antecipam ao inquérito judicial as consequências podem ser imprevisíveis. Desde a descoberta de casos que acabam por se tornar processos crimes até à devassa da vida privada dos cidadãos ou à «irreversível destruição» da reputação e do bom nome da pessoa visada, da sua família e inclusive do seu círculo de amigos”, (Prior, 2013, p.121).

É na perspectiva de que os erros acima referidos têm de ser evitados, que Carlos Anjos defende que devia existir uma maior especialização por parte dos jornalistas. Diz mesmo que às vezes fica “chocado com a falta de conhecimento jurídico dos jornalistas que falam sobre Justiça”. Pedro do Carmo tem a mesma visão sobre o assunto, afirmando que há matérias que exigem conhecimentos técnicos e jurídicos e que, por isso, a formação dos jornalistas na área seria importante. Deixa também a ressalva de que, se não houver essa preparação, “o jornalista usa o senso comum e isso não chega”. Por seu turno, António Martins também não deixa margem para dúvidas de que preferia um jornalismo especializado, nestes termos:

“é altura de haver uma comunicação social e, acima de tudo, profissionais da comunicação social que tenham formação específica na área da Justiça, que lhes permita apreender, compreender, decodificar e transmitir as questões, os casos, as especificidades, técnicas ou legais, numa linguagem acessível ao destinatário da comunicação”, (Simões *et al*, 2013, p.144).

O debate sobre a existência ou não de jornalistas especializados é longo e poderá nem nunca chegar a um consenso, mesmo entre aqueles que exercem a profissão. A verdade é que um jornalista pode investir em formação jurídica sem trabalhar única e exclusivamente em assuntos de Justiça.

O chefe de redação do Correio da Manhã é contra as especializações, de um modo geral. “Sou da opinião que um bom jornalista é bom em qualquer matéria. E tenho conhecido excelentes jornalistas que atravessaram várias áreas imprimindo sempre grande qualidade aos seus trabalhos. É evidente que o facto de estar mais ligado a uma matéria do que a outra permite-lhe entendê-la melhor, dominar conceitos e criar fontes. Mas não deve focalizar-se apenas nesta ou naquela área, pois fica muito limitado. A polivalência é importantíssima nas redações de hoje. Permite-

nos ajustar o dia a dia com a realidade presente sem que isso se reflita no produto (qualidade) final”, explica Paulo Santos.

Por outro lado, a jornalista Cláudia Rosenbusch acredita que “a especialização é fundamental para melhor informar numa área tão complexa como esta. Mas não é obrigatório ter o curso de Direito. Quem estudar os assuntos, for curioso, humilde e sempre disposto a saber mais, chega lá”.

Neste campo, o dos jornalistas especializados, importa também olhar para a questão das fontes. Terá um “jornalista judiciário”, por exemplo, mais facilidade em ter o seu leque de fontes no que à Justiça diz respeito? Acreditamos que sim. Alguém que se debruça essencialmente sobre uma área terá mais facilidade em desenvolver e manter contactos com os protagonistas desse campo. Ora, a situação será diferente quando um jornalista tanto acorre à saúde, como à política, como ao crime. Terá uma carteira de fontes mais abrangente, certamente. Quanto a isso, não se perspectivam grandes dúvidas. A questão que se nos coloca aqui é: até que ponto não serão essas fontes superficiais, meramente pontuais? Não há tempo nem espaço para desenvolver relações de fundo com fontes quando não existe um contacto regular com as mesmas. Como diz Wolf, “normalmente, os jornalistas especializados estabelecem relações estreitas e continuadas com as próprias fontes, que acabam por se transformar em fontes pessoais, quase informadores que mantêm os repórteres actualizados, fornecendo-lhes indiscrições, notícias reservadas”, (Wolf, 2002, p.227).

Por outro lado, não poderemos deixar de reconhecer que um jornalista especializado, como o judiciário, se verá confrontado com maiores dificuldades num momento em que tenha de sair da sua zona de conforto. Quem se especializa corre o risco de ficar demasiado limitado no que diz respeito às outras áreas, até mesmo em relação às fontes. Ou seja, nos jornalistas especializados teremos alguém que é indubitavelmente melhor a cobrir determinados acontecimentos. Nos jornalistas generalistas teremos a figura de quem, não se destacando soberbamente numa área, terá a agilidade para chegar às fontes, mesmo que primárias, e à notícia de todas as matérias. Se esta é uma fórmula irremediável e taxativa? Claro que não, nada o é e não haverá melhor medidor destas capacidades do que o próprio empenho do repórter e capacidade árdua para fazer mais e melhor.

II.4 O Segredo de Justiça

O artigo 38º da Constituição da República Portuguesa consagra a liberdade de imprensa. O número 1) do artigo 37º define que todos têm o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações. Mas esta questão não é assim tão linear. Este direito, assim consagrado na C.R.P., acaba por colidir com outros direitos fundamentais, nomeadamente com aqueles que estão estipulados no Código do Processo Penal.

Em regra geral, o processo é público em todas as suas fases. Quer isto dizer que há a possibilidade de assistência pelo público à realização dos atos processuais, à narração dos mesmos pelos meios de comunicação social e também há a possibilidade de consultar o processo, assim como a de obter cópias de quaisquer partes dele. Ainda assim, há limites estipulados no número 2 do artigo 88º do Código do Processo Penal relativamente à comunicação social. Nomeadamente, não é permitida: a transmissão ou o registo de imagens ou som dos atos processuais; a publicação da identidade das vítimas de crimes de tráfico de pessoas, contra a liberdade e autodeterminação sexual, a honra ou a reserva da vida privada, exceto se a vítima consentir; a reprodução de peças processuais ou documentos incorporados no processo, até à sentença em 1.ª instância.

Os processos só nascem públicos desde 2007, devido a alterações no Código do Processo Penal. Anteriormente, o segredo de justiça era a regra. Antes mesmo desta mudança, já havia quem defendesse um outro modelo. “Continuando a ser o segredo de justiça um objectivo importante no processo penal de fisionomia europeia continental, o problema que se põe é o de saber se não seria preferível outro modelo, como o anglo-americano, face à alternativa de ter que se gerir a realidade utilizando concepções desinformadas ou ingénuas”, (Rodrigues, 1999, p.35).

Apesar de a publicidade ser a regra, “o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais”, (artigo 86º, nº2 do Código do

Processo Penal). Ou então pode ser o Ministério Público a entender que os interesses da investigação e os direitos dos sujeitos processuais justificam o segredo de justiça. Mas essa decisão fica sujeita à validação do juiz de instrução criminal, no prazo máximo de setenta e duas horas.

A medida vincula todos os sujeitos e participantes processuais e todos aqueles que tenham tido contacto com o processo ou conhecimento de elementos do mesmo. E implica, então, proibições, de acordo com o número 8) do mesmo artigo, nomeadamente: a de assistir à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de ato processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir; a divulgação da ocorrência do ato processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação. Limites estes que, naturalmente, se estendem à comunicação social, para além daqueles já impostos quando o processo é público, e que nem sempre são cumpridos.

O antigo ministro da Administração Interna manifesta deste modo a sua preocupação face a este estado de coisas: “O que me preocupa não é só o problema das violações do segredo de justiça, é o problema do âmbito. O segredo de justiça tem de ser muito restringido. Não podemos colocar a justiça fechada numa gaveta a sete chaves. O segredo de justiça deve ser reservado para situações em que realmente se justifica. No caso Sócrates não há nenhuma razão para todos nós não sabermos o que diz o despacho de aplicação da medida de coação e porquê? É conhecido pelo próprio José Sócrates, pelo Ministério Público e pelo juiz. Qual é o interesse em o manter secreto? Nenhum. O bom nome do arguido é protegido pelo segredo deste despacho, quando já toda a gente sabe que está preso preventivamente, que lhe são imputados crimes de fraude e branqueamento de capitais? Não. Só deveríamos sujeitar a segredo de justiça àquilo que é imprescindível para garantir o êxito da investigação ou a intimidade das pessoas”.

Sobre as violações do segredo de justiça, Carlos Anjos deu o mesmo exemplo: “Acho que é um erro o despacho do Juiz Carlos Alexandre, no caso Sócrates, não ser do conhecimento público. O que é que pode atazanar a investigação? O arguido e as pessoas a ele ligadas. A promoção do Ministério Público das medidas de coação é dada a todos os arguidos. O despacho do juiz também é dado a conhecer. Se as partes do

processo sabem, qual é a razão de o despacho não ser divulgado para todos nós? Se isso acontecesse, já sabíamos se Sócrates estava a mentir ou não e tirava o ruído completo à comunicação.”

Carlos Anjos toca numa questão essencial no que diz respeito ao jornalismo. É que um caso como a Operação Marquês não vai nunca passar despercebido nas páginas dos jornais, afinal está em causa a detenção de um antigo primeiro-ministro. É um tema sobre o qual a sociedade tem interesse, sobre o qual quer saber. Cabe aos media informar. Quanto mais escassa for a informação por parte dos tribunais, neste caso do Tribunal Central de Instrução Criminal, maior é a probabilidade de existirem ondas de especulação. Isto vai ao encontro daquilo que é perspectivado pela jornalista Ana Luísa Nascimento, que afirma que “o segredo de justiça não pode ser um obstáculo à divulgação de uma informação de relevante interesse público. Não cabe ao jornalista proteger o segredo de Justiça, porque, tal como o nome indica, o segredo é da Justiça, não do jornalista”.

A mesma linha de pensamento é seguida por Eduardo Dâmaso, sobretudo em relação aos casos que envolvem figuras públicas e que, por essa natureza, são capazes de elevar o segredo de justiça para um outro patamar. “Só uma justiça que saiba defender os interesses dos mais fracos e os bens essenciais da comunidade pode ser considerada uma justiça própria de um país democrático. Este deve ser o compromisso essencial do jornalista na relação com a lei e não uma submissão acéfala a regras que são criadas apenas para restringir a liberdade de imprensa e a transparência do funcionamento da máquina judicial. O segredo de justiça, por isso, deve ser respeitado mas não é uma vaca sagrada. Ele pode ser um verdadeiro abafador do interesse público. Imagine-se a aplicação restrita do segredo de justiça à detenção de um ex-primeiro-ministro: o que seria possível saber ao longo do primeiro ano de inquérito? Se fosse suspeito de crimes de corrupção não poderíamos saber? Isto pacifica uma comunidade? A resposta parece-me clara: a imposição do segredo de justiça a um caso destes sob a forma que criminalizasse de forma severa a divulgação de dados, incluindo com a prisão de jornalistas, como alguns pretendem, seria um verdadeiro atentado à democracia. Em síntese, acho que o jornalista deve preparar-se para avaliar caso a caso, de forma sempre proporcional e adequada tendo em conta os factos em

presença, se respeita ou não o segredo de justiça. A regra deve ser respeitar quando estão em causa pessoas anónimas, crianças, idosos, sem qualquer relação útil e direta com a promoção do interesse público. Nos casos em que estão envolvidas figuras públicas, sobretudo políticos, empresários, gestores, deve ser consensual que estes têm uma reserva menor da sua privacidade e, por isso, o jornalista deve noticiar os casos em que estão envolvidos”, sustenta o diretor-adjunto do Correio da Manhã.

As palavras de Eduardo Dâmaso, numa clara alusão a José Sócrates, remetem-nos para a generalidade daquilo que, muitas vezes, acontece com as figuras mediáticas. Enquanto lhes é favorável, utilizam-se da comunicação social em benefício próprio. A partir do momento em que são suspeitos de infringirem a lei, fecham-se a sete chaves, alegando sempre o direito à reserva da vida privada, nunca recordando que foram eles quem, de início, abriu a porta para uma vida mais pública do que privada. Casanova tem, sobre esta específica questão, entendimento similar quando refere: “(...) O lesado que tirou dividendos com a exposição pública de uma imagem pessoal, cuja privacidade não quis esconder porque a assumiu como exemplar, excede manifestamente os limites impostos pela boa fé (artigo 334º do Código Civil) quando se quer valer do direito à sua intimidade como mero pretexto para poder continuar a iludir inocentes”, (Casanova, 2005, p.883).

É notório que uma das razões pelas quais o jornalismo e a Justiça podem entrar em conflito se deve ao Segredo de Justiça, defendido por uns como um entrave ao princípio básico da profissão que escolheram, defendido por outros para precisamente salvaguardar aquilo em que trabalham. O jogo de interesses será eterno, tal como o debate sobre a temática, que está longe de ser consensual entre ambas as partes. É em nome desta dupla exigência profissional – centrada no rigor de informar e no rigor de investigar – que surgem depois as violações do Segredo de Justiça. Esta consequente violação das normas, que tutelam o Segredo de Justiça, encontra adequada expressão na sabedoria popular que diz que *o fruto proibido é o mais apetecido*.

A violação do Segredo de Justiça está consagrada no artigo 371º do Código Penal e é punível com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias. Viola o Segredo de Justiça quem “independentemente de ter tomado contacto

com o processo, ilegitimamente der conhecimento, no todo ou em parte, do teor do acto de processo penal que se encontre coberto por segredo de justiça, ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral”.

Para que os jornalistas divulguem informações que estão em segredo de justiça, os dados têm de partir de algum lado. Sobre isso, Carlos Anjos defende que, regra geral, a investigação sabe como guardar segredo até ao momento em que lhe interessa – “Os processos tornam-se públicos, não por iniciativa da investigação mas por iniciativa da defesa. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Quando começamos a investigar os processos, eles chegam a estar um ano sem ninguém saber deles. O processo passa por muita gente e há de haver alguém que fale. Às vezes ainda não chegamos ao sítio das buscas e já lá estão os jornalistas. Do meu ponto de vista, toda a gente fala”, conclui.

Recentemente, a Procuradora-Geral da República garantiu que as violações do segredo de justiça estão mais limitadas no Ministério Público. E também ela defendeu que as fugas de informação partem de vários intervenientes. Em entrevista à Rádio Renascença, Joana Marques Vidal afirmou que este não é dos crimes mais frequentes: “Pratica-se em 1% dos processos em que foi declarado o segredo e o segredo foi declarado em 0,5% de todos os processos existentes em Portugal”.

Voltando à questão concreta da existência do segredo de justiça, vejamos o que defende o penalista Paulo Sá Cunha:

“Em teoria, o segredo de justiça destina-se a tutelar o bom nome dos visados pelo inquérito (que, convém sublinhar, poderão nem sequer vir a ser acusados e gozam da presunção de inocência) e, por outro lado, a eficácia das investigações. O que a realidade demonstra é a absoluta falência da primeira finalidade nos casos em que os protagonistas têm notoriedade. É nestes casos que invariavelmente se verificam fugas de informação, que só podem ter origem em fontes ligadas à investigação, habitualmente privilegiando alguns jornalistas e órgãos de comunicação social. O que frequentemente se verifica, e é preocupante, é que estas violações sistemáticas do segredo de justiça tendem a favorecer a perspectiva da acusação, tolhendo os direitos de defesa, que na fase de inquérito se encontram em situação de nítido desfavor. Tudo isto gera um fortíssimo clima de pressão social no sentido das condenações (e, crescentemente, de condenações pesadas), que pode ser nocivo pela criação de pré-

juízos nos decisores judiciais. Por mais que se afirme o contrário, os julgadores são pessoas comuns que não são, nem poderiam ser, absolutamente imunes à influência deste tipo de clima, maciçamente alimentado por determinados media. Por estas razões, tenho sustentado, em alguns processos cuja investigação presumivelmente já estará adiantada, que melhor seria deixar cair o segredo de justiça, assegurando aos arguidos o necessário reequilíbrio dos seus direitos de defesa e permitindo a todos os jornalistas, em condições de igualdade, o acesso direto ao processo”, (Advocatus, 2015).

Por seu turno, Rui Patrício acredita que o segredo de justiça faz sentido para servir os propósitos para os quais foi criado, nomeadamente, a proteção da investigação e dos envolvidos no processo. No entanto, afirma que não têm sido tomadas medidas para evitar as violações. “O tema tem sido rodeado de hipocrisia e, nos dias que correm (e já desde há algum tempo), o segredo de justiça é um simulacro, um morto-vivo, e a relação da sociedade portuguesa com ele é perversa, para não dizer pior”, (Advocatus, 2015).

Parece consensual entre os nossos interlocutores que as violações do segredo de justiça existem e que este recurso não é tão eficaz quanto era desejável que fosse, pelo menos para uns (aqueles que estão ligados à Justiça). Desta forma, para ilustrar aquilo que aqui tem sido dito, enumeramos, seguidamente e a título de ilustração, dois exemplos apenas de fugas de informação:

1. *O Ministério Público vai investigar as fugas de informação que levaram alguns meios de comunicação social, incluindo televisões, a divulgar imagens do carro onde alegadamente seguia José Sócrates, após ter sido detido à chegada ao aeroporto de Lisboa, vindo de Paris, (Público, Novembro 2014).*
2. *A procuradora-geral da República (PGR) admitiu hoje que o Ministério Público está a investigar a alegada violação do segredo de justiça, no caso dos “Vistos Gold”, relacionada com o aviso de buscas, feito a um dos arguidos. (...) A PGR reagia assim à notícia hoje avançada pelo jornal “i” que indicava que o ex-diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF),*

Manuel Palos, arguido no processo “Vistos Gold”, foi avisado, por ‘sms’, por um elemento do SEF que faz parte da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT), de que seria alvo de buscas no dia seguinte. (Agência Lusa, Abril 2015).

Como podemos ver, as fugas de informação não existem somente no campo dos media. Estas podem existir no cerne do próprio sistema institucional e judicial, como os avisos que alegadamente foram transmitidos entre os arguidos do caso dos Vistos Gold. Aliás, anteriormente, já tinha sido referido que as fugas de informação poderiam partir de pessoas ligadas ao processo. Afinal, se nos abstrairmos de todos os preconceitos ideológicos e das regras que deveriam ser seguidas, de que outra forma conseguiriam os jornalistas acesso aos conteúdos da investigação? Parecer-nos-á óbvio que as revelações que *misteriosamente* vão surgindo, partem de quem a elas está ligado, de alguma forma.

O juiz de instrução criminal Carlos Alexandre até já foi ouvido em tribunal pela alegada violação do segredo de justiça. Em duas cartas anónimas, o magistrado foi acusado de passar informações em segredo de justiça a jornalistas. No entanto, as suspeitas foram arquivadas – “O procurador que investigou o caso considera que não há provas de que o juiz tenha passado informação a um jornalista da “Sábado” que, segundo a queixa, chantageava Carlos Alexandre com ameaças de que publicaria notícias dando conta do seu envolvimento com um elemento da família Espírito Santo. O procurador diz no despacho que uma denúncia anónima não basta como prova”, (Expresso, abril 2015).

Neste último ponto observamos uma semelhança com aquilo que se passa com as fontes no jornalismo. Como inicialmente aqui foi referido, o jornalista não pode tomar como certa uma fonte anónima, nem deve confiar nela, sendo esta apenas uma *ponta solta* para eventualmente iniciar o trabalho. Também no sistema judicial, percebemos agora que uma denúncia anónima não basta por si mesma. Ou seja, tal como no campo da comunicação social, esta serviu apenas como um ponto de partida. E, no caso acima referido, não existindo mais nada para além dela, nada foi dado como provado.

A controvérsia em torno deste assunto é tal que em Janeiro de 2014, uma auditoria da Procuradoria-Geral da República sobre o segredo de justiça chegou a propor novas medidas para os jornalistas e órgãos de comunicação social – “O inspetor João Rato propõe, no relatório da sua autoria, que se mude, também, o processo de investigação, para se poder “lançar mão da interceptação de conversações telefónicas e equivalentes e de buscas domiciliárias e nas redações ou locais equiparados, com apreensão de meios informáticos de suporte e seu exame e do respectivo conteúdo.””, (Jornal de Negócios, Janeiro 2014). A proposta acabou por não avançar e esta terá sido a melhor opção, já que não ia resolver o problema da violação do segredo de justiça.

Não acreditamos que os jornalistas se fossem *calar* perante a possibilidade de estarem sob escuta telefónica, nem mesmo deixar de revelar determinadas informações. A medida só originaria mais discussão e polémica em torno do segredo de justiça. Além disso, como já vimos, a lei prevê o que acontece em caso de violação do segredo de justiça. Cabe-nos ainda referir, nas palavras de Maria José Costeira, que “quem viola o segredo de justiça é quem passa a informação, não são os jornalistas. Buscas e escutas a jornalistas ou magistrados colidiriam certamente com outros direitos. Seria muito complicado”, (Diário de Notícias, Novembro 2014).

Talvez o problema de fundo das violações do segredo de justiça resida numa outra problemática já referida neste capítulo. O que, tantas vezes, faz o jornalista revelar informações que lhe deveriam ser vedadas é, sim, a necessidade intrínseca de fazer mais e melhor do que a concorrência, de cumprir rigorosamente o direito de informar, ultrapassando as barreiras que se lhe impõem. Diga-se também, em abono da verdade, que as motivações são, muitas vezes, de natureza menos nobre e têm em vista o imperativo da “captação de audiências”, já anteriormente referido em nota-de-rodapé.

Mas, para esta indesejável situação, também contribui a falta de comunicação que existe entre a Justiça e o jornalismo. Se fosse divulgada mais informação oficial, por parte dos tribunais, por exemplo, haveria esta necessidade desmedida de o repórter ir para além daquilo que lhe é permitido? Acreditamos que não. A ausência de informação contribui para que o jornalista enverede por outros caminhos.

II.5 A coexistência dos objetivos

Ao longo deste capítulo temos vindo a perceber que, por um lado, a investigação judiciária e a investigação jornalística são, por natureza, função e objetivos e, neste sentido, opostas. Percebemos, por outro lado, que são complementares. Os objetivos perseguidos por uma podem colidir – e não tão poucas vezes isso acontece – com aqueles que são perseguidos pela outra, veja-se o exemplo da dualidade que se estabelece entre o segredo de justiça e o rigor de informar.

É então necessário que nunca se percam de vista os princípios do pluralismo e da democracia. A este tema de magna relevância se refere Rodrigues nestes termos:

“Uma comunicação social livre e pluralista constitui a única garantia contra as tentações totalitárias, as regressões sociais (...) Por seu lado, a existência de tribunais independentes é a única forma até hoje encontrada de defender liberdades individuais, de realizar justiça e garantir a paz social. Os fins de cada uma das instituições realizar-se-ão tanto melhor quanto, com mais propriedade, se puder afirmar que os magistrados e os jornalistas se respeitam mas não se temem”, (Rodrigues, 1999, p.47).

Em sentido lato e abstracto, cremos que o respeito entre jornalistas e magistrados existe e que o temor é posto de lado. Em entrevista, o diretor nacional adjunto da Polícia Judiciária afirma: “Os jornalistas que nos contactam são sempre os mesmos. Habitaram-se a respeitar a nossa profissão, sabendo que nós também respeitamos a deles”.

No entanto este desígnio, de uma sã e respeitosa convivência, nem sempre acontece num plano concreto. É porque, apesar de ter respeito pela investigação judiciária, ao violar o segredo de justiça, por exemplo, o jornalista está a desrespeitar um princípio-base da mesma. “Divulgar informação que possa prejudicar uma investigação é um mau serviço que o jornalismo presta, mas às vezes nem acontece de propósito”, reconhece Cláudia Rosenbusch. De igual modo, se vivemos em democracia e a justiça se fecha numa redoma nas mais ínfimas e inócuas informações, então também não está a respeitar o direito de informar e de ser informado.

Sobre a coexistência dos objetivos, diz o jornalista Eduardo Dâmaso que esta não é problemática. “Os magistrados e os polícias têm uma vinculação ao Código do Processo Penal, aos seus prazos e regras, que não se aplicam aos jornalistas. Estes têm uma vinculação mais direta aos leitores e ao dever/obrigação de informar. Os tempos de trabalho são muito diversos e os objetivos também, ainda que no último patamar esteja a procura da verdade, que vincula ambos. A investigação judiciária imputa crimes e pode privar alguém da liberdade. A investigação jornalística deve ser orientada pela lógica da responsabilidade/responsabilização mas não pela mesma ideia de sanção que existe nas leis penais. São formas muito diferentes de prosseguir a defesa do interesse público”.

O diretor-adjunto do jornal Correio da Manhã chama-nos aqui a atenção para um ponto importante. Apesar de, muitas vezes, a justiça e o jornalismo tropeçarem um no outro, também é verdade que, não raras situações, fazem caminhos paralelos. E, por isso, os objetivos que perseguem, mesmo que idênticos, conseguem coexistir sem confrontos. É necessário que, além do respeito, existam também formas de colaboração por parte das duas instâncias – não necessariamente uma colaboração direta, já que nenhuma vai fazer o trabalho da outra, mas sim uma colaboração no sentido de conseguirem coexistir sem atropelos e choques polémicos.

Na ineficiência de conseguirem cumprir os objetivos a que se propõem, o lesado final será sempre aquele para quem trabalham, quer num lado, quer no outro: o público.

CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO – A TRAGÉDIA DO MECO

O caso de estudo que aqui vamos analisar prende-se com o acontecimento da madrugada de 15 de dezembro de 2013: A Tragédia do Meco. Às 08h30 desse domingo o aviso de que seis jovens estavam desaparecidos no mar do Meco chegava à redação do jornal Correio da Manhã. De imediato, uma equipa foi enviada para o local e, em menos de uma hora, uma outra equipa já estava a caminho. Ambas chegaram primeiro do que qualquer outro órgão de comunicação social. Naquele início de manhã apenas a Polícia Marítima e os bombeiros se encontravam no local, as buscas decorriam no mar, em terra e no ar.

As informações, escassas, iam chegando aos poucos, ao mesmo tempo que no local se avolumava o número de jornalistas e de curiosos. Soube-se entretanto que um dos jovens tinha sobrevivido e que o corpo de outro fora encontrado com uma fratura na coluna cervical. No total eram sete jovens, todos alunos da Universidade Lusófona, que estavam numa semana académica de praxe. Mais tarde, já perto da hora de almoço, as famílias foram chegando e encaminhadas para tendas de campanha, de forma a serem acompanhadas por psicólogos do INEM.

De imediato, os jornalistas foram proibidos de apontar as câmaras de filmar ou as objetivas das máquinas fotográficas para aquele local. Da mesma maneira, que estavam impedidos de se aproximar das tendas, existindo um cordão de segurança. Todos os jornalistas profissionais ali presentes perceberam o porquê das medidas: era necessário respeitar aquelas famílias. E todos compreenderam. Aliás, não faria sentido se fosse de outra forma. Como o próprio Código Deontológico dos Jornalistas refere, no artigo 9º, “o jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas”. E era isso que naquele dia estava em causa, já que as famílias dos jovens desaparecidos não estariam em condições plenas, ao nível emocional, para responder a qualquer pergunta. Nas semanas seguintes, os outros corpos foram encontrados. Só João Miguel Gouveia tinha sobrevivido. Todos os outros tinham sido arrastados por uma onda.

Nesta situação, durante vários dias, os jornalistas tiveram a oportunidade de acompanhar *in loco* aquilo que estava a acontecer, nomeadamente as buscas. A fonte dita oficial estava lá no terreno, ou seja, a Polícia Marítima. E, desta forma, iam sendo feitos pontos de situação ao longo do dia. Isto é essencial para que a atualidade da notícia nunca se perca. Não bastava ao jornalista presenciar os acontecimentos porque isso dava-lhe apenas uma visualização genérica do que estava a acontecer, como saber se as buscas tinham sido ou não interrompidas, ter uma ideia dos meios que estavam nas operações.

A figura de um responsável foi determinante para obter informações sobre o desenvolvimento das buscas, sobre aquilo que foi ou não avistado, já que o jornalista não estava dentro dos meios marítimos, nem dos helicópteros. Foi essa figura, a do Comandante da Polícia Marítima, que deu justificações. Imaginemos: o jornalista podia perceber que a dada altura do dia já não havia buscas no mar e podia deduzir o porquê de isso ter acontecido mas foi a Polícia Marítima que confirmou essa informação. Foi também àquela entidade que coube explicar os passos dos dias seguintes e dar previsões daquilo que poderia acontecer aos corpos, como o local onde apareceriam, devido às correntes. Vejamos alguns exemplos:

1. *O comandante da capitania do porto de Setúbal, Lopes da Costa, admitiu hoje que as buscas marítimas para tentar encontrar os cinco jovens desaparecidos na praia do Meco (Sesimbra) poderão não se realizar na quinta-feira devido ao estado do mar, (Diário de Notícias, 18 de dezembro de 2013).*
2. *As buscas dos cinco jovens desaparecidos este domingo na Praia do Meco foram, esta segunda-feira, alargadas até ao Cabo Espichel, disse à Lusa o comandante do porto de Setúbal, Lopes da Costa. A partir das 7h30 de segunda-feira, precisou o responsável, as buscas foram também alargadas em termos de milhas, passando de três para cinco milhas de distância da costa, abrangendo uma zona entre a Lagoa de Albufeira e a Praia dos Lagosteiros, já próxima do Cabo Espichel, (Visão, 16 de dezembro de 2013).*
3. *Foi encontrado o corpo de uma mulher, que se crê ser de um dos desaparecidos da tragédia de há uma semana na praia do Meco. A*

informação é confirmada pela Marinha Portuguesa. O corpo foi descoberto este domingo às 10h55 e resgatado pela corveta Jacinto Cândido, em coordenação com o Centro de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa e a Capitania do Porto de Setúbal, (Correio da Manhã, 22 de dezembro de 2013).

Recordamos o momento em que as famílias das vítimas chegaram e em que Lopes da Costa, na altura comandante da capitania do porto de Setúbal, chamou os jornalistas – sem câmaras, sem microfones – para pedir que mantivessem a tal distância em relação às tendas de apoio psicológico. Foi nessa altura que os jornalistas quiseram saber de onde eram aqueles jovens mas o comandante não queria revelar o nome da faculdade. Gerou-se então o diálogo de reflexões sobre as consequências de saber ou de não se saber o nome da instituição – era como se ali não estivesse um grupo de jornalistas e a Polícia Marítima, apenas pessoas que queriam tomar a atitude mais correta.

Chegou-se à conclusão, entre todos, de que não revelar o nome da Universidade era deixar os pais de norte a sul do país em aflição, na angústia de não saberem se um dos desaparecidos no mar era o seu filho. Afinal, centenas de jovens estudam longe de casa, era fim-de-semana, um telefonema tardio ou ausente podia despoletar de imediato a dúvida. Lopes da Costa optou então por revelar que aquele grupo pertencia à Universidade Lusófona. A informação foi revelada nos órgãos de comunicação social e evitou-se o mal maior.

O princípio base do jornalismo, informar, naquele dia terá servido um propósito muito maior: o de descansar todos os pais de jovens que não eram alunos da Universidade Lusófona. Naquele momento ficou também patente que entre jornalistas e fontes oficiais não tem de existir uma barreira em que um dá informações e o outro apenas a recebe, há decisões que são tomadas em conjunto.

Na praia do Moinho de Baixo, as autoridades não eram a única fonte para a comunicação social. Os pescadores locais também o eram. Uma vez que são pessoas que conhecem o mar, prestavam informações sobre o estado do mesmo na noite da tragédia e sobre o que isso poderia significar no caso de alguém ter sido arrastado por uma das ondas. Naturalmente, foi também, em primeira instância, a estas pessoas que

os jornalistas perguntaram se tinham presenciado alguma coisa na noite de 14 para 15 de dezembro, se tinham visto os jovens. E também o fizeram aos proprietários dos cafés e restaurantes da zona.

Por vontade das famílias das vítimas, o caso seguiu para tribunal e volvido mais de um ano parece estar longe de terminar. O inquérito instaurado na sequência da morte dos seis alunos da Universidade Lusófona de Lisboa foi arquivado pelo procurador do Ministério Público do Tribunal da Almada, a 25 de julho de 2014. O relatório final da Polícia Judiciária detalhou ao pormenor, em cerca de 600 páginas, as praxes que tinham sido praticadas mas acabou por concluir que a tragédia não tinha passado de um acidente.

O advogado das famílias acabou por pedir a abertura de instrução. Segundo o artigo 298º do Código do Processo Penal, “O debate instrutório visa permitir uma discussão perante o juiz, por forma oral e contraditória, sobre se, do decurso do inquérito e da instrução, resultam indícios de facto e elementos de direito suficientes para justificar a submissão do arguido a julgamento”.

Foram ouvidas duas peritas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, um perito do Instituto de Medicina Legal e um responsável pela Universidade Lusófona. Depois dessas audições, os advogados e a procuradora do Ministério Público expuseram as conclusões a que chegaram durante todo o processo. Tanto o Ministério Público como a advogada de João Gouveia, Paula Brum, defenderam que o sobrevivente não deveria ir a julgamento. Contrariamente, Vítor Parente Ribeiro afirmou perante o juiz que não haveria outra decisão acertada que não a de julgar o estudante.

João Miguel Gouveia não compareceu a uma única sessão, tendo prescindido do direito de ser ouvido na fase de instrução. A advogada e o pai explicaram que o estudante já nada tinha a acrescentar. Mas a atitude gerou revolta e indignação por parte das famílias das vítimas, que continuam a querer mais explicações por parte do jovem.

A 4 de março de 2015, o juiz de instrução Nelson Escórcio, do Tribunal de Setúbal, fez um despacho de não pronúncia em relação ao debate instrutório que

estava em curso, significando assim que João Miguel Gouveia não iria a julgamento pela morte dos colegas e que o caso estava, mais uma vez, arquivado. A decisão foi ao encontro daquilo que tinha sido defendido pela procuradora do Ministério Público e pela advogada de defesa de João Miguel Gouveia. O juiz de instrução sustentou que não houve quaisquer indícios de praxe, que não existia uma relação de obediência cega entre o sobrevivente e os outros estudantes. Defendeu também que não existem indícios de que o jovem tenha sujeitado, conscientemente, os colegas ao perigo, concluindo, assim, que não houve crime de exposição ou abandono.

Perante a decisão do Tribunal de Setúbal, os pais dos seis estudantes que morreram garantiram que iam recorrer para o Tribunal da Relação de Évora. No entanto, caso a decisão também seja desfavorável por parte daquela instância, já anunciaram que vão recorrer para o Tribunal dos Direitos do Homem.

A Tragédia do Meco é um exemplo de um caso onde em fase de inquérito foi aplicado o Segredo de Justiça, pedido pelo Ministério Público. No requerimento, era referido que tal servia para evitar a contaminação da prova, visando a recolha da mesma com autenticidade e espontaneidade. Mas a determinação do inquérito ao Segredo de Justiça gerou controvérsia.

Desde logo, o advogado das famílias das vítimas, Vítor Parente Ribeiro, defendeu que em nada beneficiaria as investigações e que poderia levar a um grave problema para as famílias, pelo facto de não terem acesso àquilo que estava a ser feito. O advogado, em entrevista à Rádio Renascença, acrescentava ainda: “corremos o risco, como muitas vezes acontece, que passados oito, dez meses, um ano, recebemos um despacho de arquivamento ou de acusação e, nessa altura, quando o processo fica disponível para consulta e nós vamos consultá-lo, o que constatamos é que praticamente nada foi feito. Esperemos que, neste caso, não seja isso que se esteja a preparar para ser feito. Seria muito mau, seria uma vergonha para a justiça portuguesa. Ficámos um bocadinho incrédulos com a declaração do segredo de justiça neste processo”.

Não foram meramente aqueles que estavam implicados no processo que se pronunciaram sobre o assunto. Pedro Tadeu, em coluna de opinião no Diário de Notícias, mostrou-se incrédulo com a determinação do segredo de justiça.

“A maior parte dos processos são públicos mas apenas por não interessarem à imprensa. Nas poucas dezenas que os jornais acompanham a regra é declarar-se o segredo de justiça e, a partir daí, desencadear uma batalha, paralela à guerra jurídica, em que as partes envolvidas pingam detalhes a conta-gotas, selecionados e não verificáveis pela leitura das peças processuais. O tempo do segredo de justiça liberta o boato anónimo, a coberto do sigilo do jornalista. É o tempo para as autoridades e os arguidos, muitas vezes pessoas poderosas, que justificam o interesse mediático, manipularem a opinião pública. O jornal que tentar colocar-se fora dessa luta tem um belo futuro: a morte. Os leitores entenderão a ausência de notícias como incapacidade dos jornalistas desse título ou, pior, alvitram a existência de uma cumplicidade silenciosa com os suspeitos. É um suicídio profissional”.

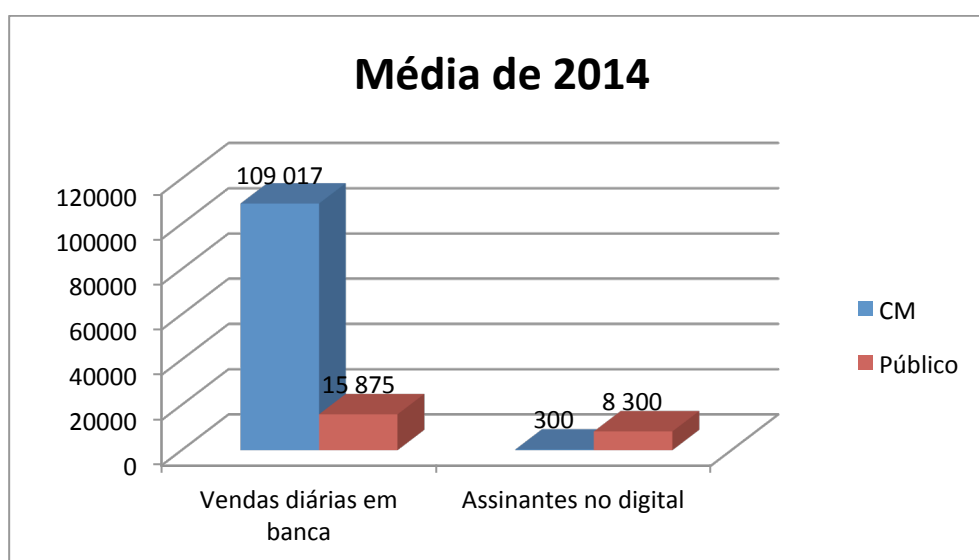
Até que ponto estará Pedro Tadeu longe da realidade? Talvez não muito. Dificilmente o Segredo de Justiça afastará os jornalistas e todo o mediatismo, sobretudo em casos polémicos, como é o do Meco. Dificilmente o Segredo de Justiça, ainda que necessário à investigação, terá assentado a poeira, pelo contrário, só trouxe às luzes da ribalta ainda mais interrogações.

Em concreto sobre o Segredo de Justiça aplicado ao caso do Meco, Pedro Tadeu não é parco em palavras, nem em adjetivação, para rematar o assunto:

“As mortes ocorreram em 15 de dezembro. Este pedido de proteger a investigação entrou em vigor a 21 de janeiro. Que contaminação de provas se quis, tanto tempo depois, evitar? Que espontaneidade, 38 dias depois dos factos, se tentou alcançar? Protege-se realmente a investigação ou, apenas e só, o investigador? Estão a esconder as falhas das autoridades? Parece que sim. Entretanto o jogo sujo começou: a reputação do único sobrevivente, segredada por alguém que provavelmente defende imenso o respeito pelo segredo de justiça, está quase arruinada. As famílias das vítimas estão confundidas... É o podre Portugal do costume”.

III.1 Análise Quantitativa

Nesta análise teremos por base dois jornais diários – o Correio da Manhã e o Público – e iremos estudar a maneira como a Tragédia do Meco foi retratada por ambos na primeira semana dos acontecimentos, ou seja, de 16 de dezembro de 2013 até ao dia 23 do mesmo mês.



Segundo a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, o Correio da Manhã, do grupo Cofina Media, é o jornal generalista diário mais vendido do país. Entre janeiro e dezembro de 2014, vendeu em banca uma média de 109 017 exemplares por dia, menos 3,2% do que no ano anterior. Nas vendas em banca, o jornal Público teve uma quebra de 10,9% face a 2013 e surge em terceiro lugar, depois do Jornal de Notícias, com 15 875 exemplares vendidos por edição. Entre os generalistas diários, o Correio da Manhã obteve em 2014 uma quota de mercado de 56,6%, enquanto o Público arrecadou 8,2%.

No mundo online, o Público, da Sonaecom, fechou o ano de 2014 com uma média superior a 8 300 assinantes, revelando uma subida de 94,5% nas vendas digitais. Neste campo, o Correio da Manhã fica muito aquém do jornal Público, com uma média de 300 assinantes.

Em primeira instância, temos as duas tabelas seguintes para mais facilmente nos orientarmos em relação à abordagem que foi feita por estes dois órgãos de comunicação social. Tratando-se de uma análise quantitativa, começamos por ver se eram ou não feitas referências ao assunto na primeira página de cada um dos jornais, o número de notícias que dedicaram ao tema em análise e ainda a maneira como esse número se refletiu na quantidade de páginas.

Público	Referência na capa	Número de notícias	Páginas/Secção
16 Dezembro	Sim	1	p.8/Portugal
17 Dezembro	Não	1	p.11/Portugal
18 Dezembro	Não	1	p.12/Portugal
19 Dezembro	Não	0	-
20 Dezembro	Não	1	P.17/Portugal
21 Dezembro	Não	0	-
22 Dezembro	Sim	2	P.4-8/Destaque
23 Dezembro	Não	0	-

Correio da Manhã	Referência na capa	Número de notícias	Páginas/Secção
16 dezembro	Sim	5	p.4-11/Atualidade
17 dezembro	Sim	5	p.4-11/Atualidade
18 dezembro	Sim	3	p.4-6/Atualidade
19 dezembro	Sim	3	p.6-8/Atualidade
20 dezembro	Sim	2	p.10-11/Atualidade
21 dezembro	Sim	2	p.24-25/Especial
22 dezembro	Não	1	p.13/Portugal
23 dezembro	Sim	1	p.10/Portugal

Logo no dia seguinte à Tragédia do Meco, ou seja, o primeiro em que é noticiada na imprensa escrita, os dois jornais fazem uma manchete fotográfica em relação ao assunto. A discrepância é notada no interior das publicações – o Público dedica uma única página ao Meco, enquanto o Correio da Manhã tem um conjunto de sete páginas e, conseqüentemente, um maior número de notícias, cinco, (não contabilizando o recurso a *caixas*). A diferença mantém-se nos dias seguintes, chegando a acentuar-se, sobretudo, no que diz respeito às chamadas de primeira página. Na publicação do dia 17 – o terceiro do caso mas o segundo para os jornais – a Tragédia do Meco deixa de ter referência na capa do Público e assim continua até ao dia 21. Contrariamente, o CM só não dá destaque à notícia no dia 22 de dezembro, para o retomar logo no dia 23.

Embora não faça destaque na primeira página, o Público, no interior do jornal, vai noticiando a tragédia de forma pontual. Há até dias, como o 19, o 21 e o 23, em que não dedica qualquer notícia ao desaparecimento dos jovens, nem mesmo em forma de breve. Só a 22 de dezembro, uma semana após a tragédia, é que publica duas notícias, em vez de apenas uma – o mesmo dia em que volta a fazer referência na primeira página. Ainda nesta análise ao *corpus* dos jornais, verificamos que na primeira semana dos acontecimentos não há um único dia em que o Correio da Manhã não

elabore notícias sobre o assunto, já a quantidade vai decrescendo com o avançar das datas – os dois primeiros dias registam cinco notícias, depois três, passando para as duas e só no fim desta semana é que avançam com apenas uma notícia.

Naturalmente, o número de páginas que cada um dos diários dedica ao tema está relacionado com a quantidade de notícias que escrevem e, por isso, o Correio da Manhã tem o maior número de páginas. Concluimos então que em termos quantitativos no que diz respeito às notícias, o jornal Correio da Manhã, em comparação com o Público, foi aquele que fez mais referências ao tema.

Sendo o mote desta dissertação a importância das fontes, não poderíamos deixar de analisar o recurso a fontes neste estudo de caso. Ou seja, a quantidade de fontes, identificadas e não identificadas, a que ambos os jornais recorreram para tratar noticiosamente a Tragédia do Meco. Essa análise quantitativa está sumariada nas duas tabelas que se seguem.

Público	Fontes identificadas	Fontes não identificadas
16 dezembro	3	0
17 dezembro	3	2
18 dezembro	1	0
20 dezembro	1	0
22 dezembro	8	0

Correio da Manhã	Fontes identificadas	Fontes não identificadas
16 dezembro	7	6
17 dezembro	7	3
18 dezembro	3	2
19 dezembro	4	0
20 dezembro	1	1
21 dezembro	3	0
22 dezembro	1	0
23 dezembro	1	0

Podemos perceber que tanto o Correio da Manhã como o Público se socorrem das fontes identificadas para noticiar o caso em análise ou não fosse esse o princípio base da atividade jornalística – por diversas vezes, já aqui referimos que o jornalista deve escorar o seu trabalho em fontes identificadas. No entanto, também é notório o uso de fontes não identificadas, sobretudo por parte do jornal Correio da Manhã.

No primeiro dia em que o desaparecimento dos estudantes é noticiado, o CM apresenta um número praticamente idêntico de fontes identificadas e não identificadas. Essa semelhança acaba por se esbater nos dias seguintes, com as fontes *com nome* a predominarem nas notícias redigidas. Já o Público, recorre a fontes não identificadas apenas uma única vez, sendo que nesse dia estas (duas) estão em menor número face às fontes identificadas (três).

Independentemente do tipo de fonte – identificada ou não identificada – está bem patente que não há um único dia em que as publicações não utilizem o

recurso a fontes, ferramenta vital no trabalho jornalístico. Além disso, identificamos uma relação proporcional no que diz respeito aos dias em que há um maior número de notícias e aqueles em que são utilizadas mais fontes.

Numa abordagem quantitativa, podemos concluir que – a nível de chamadas de primeira página, de número de artigos noticiosos e de recurso a fontes de informação – é o Correio da Manhã que dedica mais tempo e espaço à Tragédia do Meco, numa semana em que se estava longe de adivinhar que o caso viria a gerar tanta polémica na ribalta da esfera pública e da esfera judiciária. Já lá diz o velho ditado popular que *quantidade não é qualidade* e, por isso, esta análise quantitativa não é determinante para avaliar a abordagem que foi realizada por ambas as publicações. Por isso, cabe-nos ainda estudar de forma qualitativa o trabalho que foi feito no âmbito jornalístico-judiciário por parte do Correio da Manhã e do Público.

III.2 Análise Qualitativa

Já aqui falamos sobre os traços gerais que envolvem a Tragédia do Meco, amplamente reproduzida na imprensa nacional. Um caso que tem gerado muita agitação nos tribunais — devido às medidas interpostas pelas famílias das vítimas. É pertinente agora perceber como é que todo este processo foi abordado, em termos de conteúdo, na imprensa diária.

16 de dezembro 2013

Começamos por olhar para a primeira página do jornal Correio da Manhã e do Público, no dia 16 de dezembro de 2013. Uma primeira observação revela-nos que as diferenças entre as duas publicações são notórias. Desde logo, em termos fotográficos. O CM mostra a foto do jovem sobrevivente, daquele que foi encontrado morto e dos que estão desaparecidos. E ainda acrescenta a fotografia da mãe de uma das vítimas, visivelmente abalada, sendo amparada por outras pessoas. Tudo isto tendo como pano de fundo uma grande onda.

Por sua vez, o jornal Público tem apenas como mancha fotográfica a imagem de alguém com os olhos postos no mar. Por um lado, em termos de imagem o CM dá mais informação ao revelar os rostos e os nomes. Este é um recurso que apela à comoção emocional e ao sentimento do leitor, já que é mais fácil identificar-se com aqueles jovens e aquela mãe em desespero, do que apenas com o mar revolto. Por outro, revela também um maior trabalho de campo, já que conseguiu obter o nome e as fotografias dos envolvidos. No CM a tragédia têm cara, no Público, sabe-se apenas que são jovens desaparecidos. Mas até que ponto esta *mais informação é melhor informação*? Acreditamos que o que o Correio da Manhã fez é necessário.

O que aconteceu na praia do Moinho de Baixo colocou várias famílias em alerta. Estas imagens podem ter servido o propósito de informar, no sentido de descansar os leitores que se interrogavam se a onda teria arrastado alguém que conheciam. Mas e as famílias das vítimas? E o direito àquela mãe de sofrer sozinha, sem estar exposta nas bancas dos jornais? Talvez, nesse ponto, tenha existido uma falha por parte do Correio da Manhã. Mas essa nunca será taxativa, haverá sempre quem se desdobre em opiniões sobre o assunto. A dualidade estará sempre presente entre a necessidade de informar e a de resguardar quem deve ser resguardado.

Terá o Público feito uma investigação menos profunda ou terá o jornal apenas optado por não divulgar aquelas imagens? A pergunta irá ficar sem resposta, sabendo nós sempre que o que chega às bancas são informações escolhidas e seleccionadas com base em decisões e critérios editoriais. O que nos remete, de certa forma, para a teoria do *gatekeepers*, cujo conceito foi criado por Kurt Lewin:

“Identificando os canais por onde flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema, Lewin nota que existem neles zonas que podem funcionar como <<cancela>>, como <<porteiro>>: <<o conjunto das forças, antes e depois da zona de filtro, é decididamente diferente de tal forma que a passagem, ou o bloqueio, da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida, do que acontece na zona de filtro. Isso sucede não só com os canais de alimentação, mas também como a sequência de uma informação, dada através dos canais comunicativos num grupo>>, (Lewin, 1947, p. 145). As zonas filtro são controladas por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeepers*. Neste último caso, há um indivíduo, ou um grupo, que tem <<o

poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia>>”. (Wolf, 2009, p.180).

Falta-nos ainda analisar o texto da primeira página. O Correio da Manhã dá mais informativos ao leitor do que o Público. O primeiro fala na onda que arrastou, refere quem eram os jovens, onde estavam e o que faziam. O segundo limita-se a dizer que estão cinco jovens desaparecidos no Meco. Ainda assim, é informativamente eficaz. Curiosamente, o CM avança mais dados mas não faz referência ao Meco e por isso deixa um elemento essencial do lado de fora, ao não responder à pergunta ‘onde?’.

Passemos à análise no interior dos jornais, começando pelo Correio da Manhã. Nas páginas dedicadas à Tragédia do Meco há uma polifonia de vozes, ou seja, não é só discurso do jornalista que está presente, havendo um discurso secundário, ou seja, o das fontes – oficiais e pessoais, quer identificadas, quer não identificadas. Vejamos alguns exemplos:

- 1) *Um morador disse ao CM na noite de sexta-feira tinha visto os jovens a passear a pé no areal, tal como na madrugada de ontem, quando acabaram engolidos pelo mar.*
- 2) *Era uma excelente atleta. Jogou aqui no clube de Loulé, depois jogou no Benfica. É um dia triste para o desporto”, disse ao ‘CM’ Paulo Laginha, presidente do Clube de Râguebi de Loulé.*
- 3) *Quando conseguiu sair da água, o sobrevivente deu o alerta através do 112. Foi aí que se iniciou toda a operação”, disse ontem ao CM Lopes da Costa, comandante do Porto de Setúbal.*

No primeiro exemplo, percebemos que os repórteres no local não se limitaram a observar o que estava a acontecer. Procuraram recolher mais informação no terreno, ouvindo possíveis testemunhas do acontecimento, embora esta seja uma fonte não identificada (diz que é um morador mas não lhe dá um nome). Um procedimento que acaba por ser semelhante ao realizado pela investigação judiciária. O jornal optou

também por levar a investigação jornalística mais longe com uma equipa em Loulé, de onde era natural uma das vítimas, dando assim ao leitor mais dados sobre quem era aquela estudante, através de uma fonte identificada. Para relatar o acontecimento propriamente dito, o CM socorre-se de uma fonte oficial. O facto de as fontes serem citadas, ou seja aparecerem entre aspas, dá-lhes mais importância e credibilidade do que quando é somente feita uma referência a fonte não identificada.

O jornal do grupo Cofina faz um relato daquilo que aconteceu na madrugada daquele domingo e enquadra os motivos pelos quais os estudantes estavam no Meco. Dá também pormenores da atuação das autoridades, como: “Jovem que escapou à morte já foi ouvido pela Polícia Marítima” e “vários agentes da Polícia Marítima estiveram ontem de manhã na casa arrendada pelos jovens na localidade de Aiana de Cima”.

A seguir, centra-se no trabalho que é feito pelos psicólogos no apoio às famílias. Na mesma página volta a dar dados sobre os estudantes, na altura ainda desaparecidos, e sobre o curso que cada um representava. Sintetiza também a informação em relação às buscas e refere dados sobre o estado do mar. Usa também uma infografia com a sequência dos acontecimentos, de forma a que sejam mais fáceis de perceberem por parte do leitor.

No fim é descrito o cenário vivido pelos amigos das vítimas, através de citações de frases ouvidas no local. É o caso de: “Depois, mostravam-se incrédulos quando conheciam os nomes dos desaparecidos. “Não acredito. Não é possível. Ainda anteontem estive com ele”, dizia um jovem agarrado à namorada”. ““Porquê? Porque é que eles vieram para aqui ontem?”, gritava uma jovem abraçada a um amigo”.

Voltamos aqui à questão de que falámos no início desta análise qualitativa, a propósito da fotografia com a mãe de uma das vítimas. Se, por um lado, o leitor toma conhecimento do que aconteceu no local, de todas as perspectivas, por outro, isto em nada parece acrescentar relevo à informação necessária. Acaba por ser uma informação acessória e o sofrimento seria fácil de perceberem pelos leitores a partir do momento em que se tomasse conhecimento do caso.

Olhemos agora para a edição do Público. À semelhança do que acontece com o CM, também o Público se socorre da polifonia de vozes para noticiar o acontecimento. No entanto, faz recurso apenas de fontes identificadas e, dentro destas, limitou-se às oficiais:

- 1) *“Sabemos que o mar na praia do Meco é perigoso, que muitas vezes temos bandeira amarela e bandeira vermelha, mas é a primeira vez que há um acidente deste género”, disse Augusto Pólvora, presidente da Câmara de Sesimbra.*
- 2) *As buscas continuaram durante a noite, com patrulhas que continuaram em terra a percorrer uma zona de costa de cerca de cinco quilómetros, explicou Francisco Luís, vereador da protecção civil.*
- 3) *O único jovem que sobreviveu foi levado para o Hospital Garcia de Orta, em Almada, mas ainda durante a manhã teve alta e foi ele quem deu a maior parte das pistas que conduziram às famílias, explicou o comandante Carlos Manuel Lopes da Costa.*

Na análise quantitativa, verificámos que foi o CM que deu mais espaço ao tema. Percebemos também que neste primeiro dia, o Público só recorre a fontes oficiais, ao contrário da outra publicação. Estas três fontes utilizadas pelo Público estavam todas no local da tragédia e prestaram declarações aos órgãos de comunicação social. O jornal não perde o rigor e a função de informar ao dar o essencial da notícia, explicando o que aconteceu, até porque tem, precisamente, a credibilidade das vozes oficiais. No entanto, peca por se ter limitado a ficar na *zona de conforto* e ao não levar a investigação mais a fundo, procurando ouvir outras vozes – fator fundamental para marcar a diferença no trabalho que é realizado.

De forma subtil, o jornal espelha no texto o sofrimento de quem conhecia os jovens. Ao contrário do CM, que dedica uma página ao assunto, inclusive com citações. Por exemplo: “Naquele recanto improvisado, alguns choravam, abraçavam-se. A

maioria não tirava os olhos do mar”. Aqui, em poucas palavras ficou expressa a dor pela qual as pessoas ali presentes estavam a passar.

17 de dezembro de 2013

Na primeira página, o CM volta a apelar ao sentimento do leitor e à proximidade com o mesmo, usando a frase “Choro e emoção na praia da tragédia” como manchete. Todas as palavras têm uma forte carga simbólica. A novidade é dada em letras mais pequenas, quando se diz que “os corpos nunca mais aparecem”. A publicação volta ainda a recorrer às fotografias que já tinha usado. Neste dia, o Público opta por não fazer chamada de capa, embora faça *follow up* do assunto no interior do jornal.

Na terça-feira após o desaparecimento dos jovens, o CM revela que as autoridades vão fazer uma reconstituição da noite da tragédia, de forma a apurar o que aconteceu. Além disso, informa que João Miguel Gouveia vai voltar a ser ouvido e que este era o líder da Comissão de Praxes da Universidade Lusófona. Ou seja, apesar do tom mais emocional na chamada de capa, a primeira notícia tem um carácter informativo sobre a investigação em si.

Além do cenário central dos acontecimentos – a praia – o jornal volta a debruçar-se sobre outros espaços paralelos e correlacionados com o caso, nomeadamente a casa em Alfarim, onde os jovens tinham ficado. “(...) arrendada durante o fim de semana pelos sete jovens estudantes, já estava ontem desocupada”. É também feita referência ao reconhecimento, na morgue, do corpo de Tiago André Campos.

Nesta edição é desenvolvida a história de vida de Andreia Revéz, cujo presidente do clube de râguebi onde jogava já tinha sido citado. É, mais uma vez, utilizado o recurso a fontes citadas e identificadas: “Sempre foi uma pessoa muito simpática, estudiosa, humilde e muito ativa no desporto. Ainda não acredito que uma coisa destas possa ter acontecido.” As palavras são de Manuel Simão, 63 anos, vizinho e amigo da família de Andreia Revéz”. Da mesma maneira, são referidos pormenores sobre Tiago Campos, como uma viagem a Paris. E sobre o trabalho de Pedro Negrão.

Mais uma vez, a compreensão do mecanismo das buscas e adjacentes dificuldades é facilitada pela introdução de uma infografia.

É depois de tudo isto que é dado ênfase ao sofrimento, desde logo com uma abertura de página cujo título é a citação “Só quero a minha filha de volta”. Apesar deste estilo que apela à emoção, é também noticiada a forma como as famílias estão a ser apoiadas pelo INEM. O Correio da Manhã marca ainda presença na Universidade Lusófona, recolhendo testemunhos de estudantes, amigos das vítimas, identificados.

O Público tem apenas um único texto noticioso sobre o assunto no dia 17. Ao contrário do CM, que começa por revelar nova informação em relação à investigação, o Público inicia o texto fazendo referência ao sofrimento. “(...) ouviram-se choros, gritos, revolta, houve famílias a desmaiar. Ontem, o desespero não era menor e continuava a haver muitas lágrimas e abraços no areal, mas o que mais se ouvia era um silêncio pesado que só a rebentação furiosa das ondas quebrava”. O título dado à notícia remate para esta última frase: “Só a rebentação das ondas no Mecó quebra o silêncio de espera”. No entanto, na frase está implícita a notícia: não há mais desenvolvimentos na busca pelos corpos. Percebemos então que ambas as publicações fazem referência à dor mas com abordagens distintas, sendo o Público mais discreto nesse aspecto, não se socorrendo de palavras proferidas por familiares ou amigos. A mera observação, depois transcrita no papel, vale por si só.

Desta vez, o jornal recorre a outras fontes identificadas que não as oficiais, para aprofundar a informação sobre a noite fatídica e também para dar o olhar de quem conhece bem o mar – esta é uma forma de acrescentar dados para que, depois, o leitor possa formular a sua própria opinião.

- 1) *Fernando Costa, proprietário de um restaurante na zona, terá sido a última pessoa a ver o grupo na madrugada de domingo. “Estava na esplanada a fumar um cigarro e vi-os passar. Achei estranho estarem todos vestidos de igual, trajados. Vi-os descer a estrada em direção à praia. Iam sossegados”.*
- 2) *Argentino Veríssimo, 85 anos, conhece bem aquele mar. Foi pescador e saiu muitas vezes no barco Galinho da Manhã para enfrentar as ondas. Diz que o mar merece sempre respeito, mesmo quando parece calmo.*

“Tem de se respeitar as barbas brancas, a espuma do mar. A mocidade gosta de ver o mar, de estar ali a brincar e a conversar, mas se vier uma onda cavaleira não têm tempo de fugir nem nada”.

Se o CM avançou que iria ser feita uma reconstituição, dizendo que esta estava dependente da recuperação dos corpos, o Público opta por dar destaque ao facto de o comandante Lopes da Costa considerar que aquela não era a altura indicada para a reconstituição. No mesmo texto é feita referência à forma como estão a ser processadas as buscas, o apoio que está a ser dado às famílias e o luto na universidade mas sem depoimentos.

18 de dezembro de 2013

A tendência quanto às primeiras páginas mantém-se com o CM a dar destaque à dor e às fotografias e o Público a não fazer qualquer referência.

O jornal do grupo Cofina continua a fazer relatos do que se passa na praia do Moinho de Baixo. No interior do jornal deste dia, começa por realçar o sofrimento pelo qual está a passar o pai de Catarina Soares. Como tem sido apanágio, volta a usar citações como: “É uma dor muito, muito grande. Não são palavras, não são atos...é uma dor enorme, que não se compara a nada”. Pela primeira vez, a abordagem na recolha de depoimentos das famílias parece ser diferente. Os elementos textuais indicam que foi uma conversa com o jornalista e não algo que este tenha simplesmente ouvido. Atente-se nas expressões: “desabafa”; “justifica”; “explica”; “lamenta”. Ao que tudo indica a entrevista foi consentida mas terá feito sentido fazer tal pedido, atendendo que esta pessoa não estaria nas suas plenas condições? Talvez não. São estes fatores que depois entram em rota de colisão com a ânsia de informar e de dar mais informação, primeiro.

Numa pequena caixa, são dados a conhecer mais dados sobre aquela noite de domingo. Diz o CM que mais alunos deveriam ter ido ao convívio. A fonte é um estudante não identificado. Relembramos que isto não quer dizer que, para o

jornalista, fosse uma fonte anónima. É sim alguém que não quis ver o seu nome revelado no jornal, provavelmente devido às circunstâncias.

Tal como tinha sido feito nas edições anteriores, o Correio da Manhã vai desenvolvendo a história das vítimas, sempre com recurso a declarações de amigos e vizinhos. E no fim do bloco noticioso dedicado à Tragédia do Meco, há lugar para a reportagem sobre o velório de Tiago André Campos – mais uma vez fica patente a carga emotiva, sendo o título construído numa citação da mãe do jovem: “O que vai ser de mim sem o meu filho?”.

O Público deixa de apresentar uma abertura de página para exibir apenas uma coluna. É, essencialmente, referido que os corpos continuam sem aparecer e é descrita a operação de buscas no terreno. É utilizada apenas uma única fonte – oficial, o comandante do Porto de Setúbal. E, por fim, é feita uma síntese sobre o caso. Ou seja, o Público pouco ou nada acrescentou ao que tinha sido noticiado nos dias anteriores. O facto de os corpos não aparecerem é relevante mas é a continuação de um estado, não é nenhum dado novo. Sobre o velório referido pelo CM, não há qualquer indicação. Inferimos assim que o critério editorial foi preservar a privacidade e o sofrimento das famílias, política que tem sido seguida desde o início por esta publicação.

19 de dezembro de 2013

Pela primeira vez, o Correio da Manhã dá ao assunto um espaço mais pequeno na primeira página do jornal, nem sequer sendo manchete fotográfica. O destaque vai para algo que apela ao sentimento – a emoção e as lágrimas no funeral de Tiago André Campos. Em letras mais pequenas surge a indicação de que as buscas estão ameaçadas pelo estado do mar. A referência ao Meco na capa do Público continua ausente e desta vez também não é feita no corpo do jornal.

No interior do CM é feita a descrição da cerimónia fúnebre e também do comportamento dos entes queridos, sempre com recursos linguísticos que exibem a carga dramática, como: “choraram”; “inconsolável”; “gritava”; “não se conformaram”.

Pela primeira vez, é ouvida uma fonte institucional que em nada tem que ver com as autoridades. O testemunho é de Mário Moutinho, reitor da Universidade Lusófona, que diz não acreditar na teoria da praxe e que esta é “macabra”.

Tal como estava indicado na primeira página, há uma notícia sobre o facto de as buscas estarem condicionadas pelo mau tempo. Neste texto temos uma modalização hipotética, na frase “agitação marítima poderá travar operação no mar”. Nesta notícia, a jornalista utiliza as declarações de uma fonte oficial, já conhecida neste caso, o comandante da capitania do porto de Setúbal. Neste campo não haverá fonte mais credível do que aquela que está à frente das operações. Além disso, este é o tipo de informação cuja confirmação por parte do jornalista não é difícil, através da observação dos acontecimentos *in loco*. O que acontece é que a fonte complementa esse trabalho ao explicar as razões lógicas para a possível interrupção das buscas. Numa caixa é referido que o areal se encheu de flores – este é um dado para cuja obtenção não é necessária nenhuma fonte, basta estar no terreno para o perceber.

20 de dezembro de 2013

A tragédia do Meco continua a ter lugar na primeira página do Correio da Manhã, tendo agora passado para o canto superior direito, sem qualquer apoio fotográfico e com uma mancha textual mais reduzida, que indica que as buscas estão a ser feitas na costa alentejana. No Público, olhando para a primeira página, não há qualquer referência ao assunto, como tem sido a tendência dos últimos dias.

A modalização hipotética volta a ser utilizada para falar das buscas, ora vejamos: “As fortes correntes marítimas sentidas a sul do Cabo Espichel podem levar a que os corpos dos cinco jovens desaparecidos na madrugada de domingo, na Praia do Meco, surjam nos próximos dias nas praias da Costa Alentejana, na linha de costa até ao Porto de Sines”. É um tipo de linguagem que, neste contexto, faz sentido, visto não se tratar de nenhuma ciência exata. Neste dia, é também confirmada a hipótese lançada no dia anterior: ““Às 08h18 da manhã [de ontem] foi feito um balanço das operações e as buscas marítimas mantiveram-se suspensas devido às condições de

agitação marítima”, disse ao CM o comandante Lopes da Costa”.

O foco em João Miguel Gouveia, o único sobrevivente, não é perdido. Afinal, seria o único a saber contar o que realmente tinha acontecido. Da mesma maneira que esse ponto de vista é importante para a comunicação social, também o foi sempre para a investigação judiciária. Nesta edição, o CM revela, num texto separado, que o “sobrevivente refugia-se”. É na voz de um familiar de um dos desaparecidos, não identificado, que é dito que o estudante não falou com nenhuma família das vítimas.

Neste dia, a abordagem em termos de conteúdo é semelhante em ambos os jornais em análise. O Público destaca o facto de as buscas por mar terem sido suspensas e recorre à mesma fonte oficial. E também aqui se fala do eventual local onde podem aparecer os corpos: “(...) os cálculos do Instituto Geográfico apontam para que os corpos das quatro raparigas e do rapaz se tenham dirigido para sul e que exista 80% de probabilidade de virem parar a terra”. A diferença entre os jornais está naquilo a que optaram dar mais relevo nos títulos e nos *leads* – já que o CM destaca a questão dos corpos e o Público a das buscas.

Até o Público que tem sido mais restrito no que diz respeito a falar das e com as famílias, traz o nome de João Miguel Gouveia para as dúvidas que então se colocavam. No entanto, esta menção é feita somente através da fonte oficial que tem sido o fio condutor de todas as operações. “Questionado sobre se o jovem que sobreviveu já deu mais alguma informação importante para as operações, Lopes da Costa disse que qualquer eventual processo será posterior e que os dados não alteram muito as buscas. O jovem apenas disse que estavam todos calçados e trajados, o que, diz o comandante, é um dado importante mas não determinante”. Este é a única parte do texto em que se fala de João Miguel Gouveia, sendo inserida no texto principal.

O Público recorre a perguntas retóricas para escrever a notícia. Na falta de respostas para os acontecimentos daquele fatídico domingo, o jornal deixa questões como: “Não se aperceberam do perigo? Não terão visto o tamanho das ondas na escuridão da noite nem ouviram o barulho da rebentação?”. Este recurso estilístico acaba por captar a atenção do leitor, deixando-o pensante. E ao não surgir uma resposta na notícia, acaba por demonstrar que não há avanços na investigação das autoridades ao que aconteceu.

21 de dezembro de 2013

A Tragédia do Meco é referida na primeira página do Correio da Manhã exatamente no mesmo lugar do dia anterior, com a continuação de um estado, o de os corpos não aparecerem. O Público volta a não ter qualquer referência ao assunto, nem no exterior, nem no interior do jornal.

Nesta dissertação temos falado das fontes pessoais e daquelas que fortuitamente aparecem no local do acontecimento, podendo constituírem-se como um ponto de partida para o trabalho do jornalismo. Aqui, mesmo nesta análise ao caso do Meco, percebemos que um pescador, um morador, um proprietário de um restaurante podem dar mais uma peça, ainda que ínfima, para construir o puzzle em torno desta história. Podem não ser vozes oficiais mas são vozes de quem viu, de quem conhece e que por isso merecem destaque. Queremos com esta explicação fazer um paralelismo com aquilo que acontece na investigação jornalística e na investigação judiciária. É que a 21 de dezembro o Correio da Manhã noticia que os “pais patrulham praias”. “Os familiares dos cinco jovens que continuam desaparecidos na praia do Meco, em Sesimbra, iniciaram uma vigilância pelos próprios meios, depois das buscas marítimas e aéreas terem sido suspensas anteontem”. É aqui que o paralelismo se estabelece: também aqueles que são *anónimos*, que não estão dotados dos meios mais adequados e que não têm formação na área, podem ser uma mais-valia para os agentes da autoridade, neste caso para a Polícia Marítima e para os bombeiros que faziam as buscas.

Para elucidar o leitor sobre o que poderá ter acontecido, o CM recorre aos conhecimentos de Santos Martinho, do Instituto Hidrográfico da Marinha, que além de possíveis cenários deixa também conselhos à população. A acompanhar as declarações está uma infografia, o que facilita a compreensão. Há também depoimentos de uma psicóloga do INEM, que acompanhou as famílias. O recurso a estes protagonistas serve para complementar a informação que tem sido veiculada e é uma forma de dar mais credibilidade à notícia, uma vez que estamos perante fontes oficiais e, por isso, verdadeiramente conhecedoras do assunto sobre o qual estão a falar. Além disso, aumenta a polifonia de vozes patente nestas notícias.

22 de dezembro de 2013

Exatamente uma semana depois de a tragédia ter acontecido, a tendência nos jornais diários que estamos a analisar inverte-se: agora é o Correio da Manhã que abandona a chamada de primeira página e o Público volta a recuperá-la. No entanto, não é uma alusão explícita ao caso. “40 mortos em seis anos por causa das ondas que matam”, é o destaque feito na capa do jornal. Concluimos que o caso do Meco serve como mote para uma reportagem mais alargada sobre os perigos do mar.

Ainda assim, o CM continua a seguir a tragédia no interior do jornal, ou seja, não acontece o que durante alguns dias se verificou com o jornal Público ao não noticiar o acontecimento. Como tem sido tradição, o jornal puxa para título uma citação, de forma a dar mais ênfase e proximidade ao mesmo: “Queria vê-la uma última vez”. As palavras remetem-nos para Damásio Vicente, primo de Andreia Revéz, demonstrando o jornalismo de proximidade que está a ser feito junto das famílias das vítimas (na altura, ainda desaparecidas). É também feito o acompanhamento do desenrolar das buscas, tal como tem acontecido desde o início, neste caso, da suspensão das mesmas a nível marítimo e aéreo.

Pela primeira vez, o Público dedica mais espaço ao tema mas, como já tínhamos percebido na primeira página, esta não é uma reportagem que se centre sobretudo no desaparecimento dos jovens. É antes um balanço sobre as tragédias ocorridas na costa portuguesa, devido ao mar, desde 2007. Um texto em que predominam as vozes oficiais e institucionais em rigor de uma informação e explicação mais detalhadas, mais alargadas e acertada no que aos conceitos e tecnicismos diz respeito. A título de ilustração: “Na linguagem técnica, os agueiros são conhecidos como correntes de retorno: a água corre de volta para o mar, concentrada em pontos da praia onde há um canal mais fundo ou uma abertura numa barra. As correntes podem atingir velocidades de um a dois metros por segundo. (...) “A um metro por segundo, com água pelo joelho, ninguém se mantém em pé”, garante o investigador António Pires Silva, do Centro de Estudos de Hidrossistemas, do Instituto Superior Técnico. Além do estudo/balanço que é feito, o jornal revela que o Instituto Hidrográfico prepara um sistema de alerta para o risco de formação de agueiros.

As menções ao Meco são esporádicas, sempre na base da explicação dos fenómenos que acontecem no mar e que lá poderão ter acontecido, vejamos: “Há praias que têm este perfil de inverno. O Meco é uma delas. A explicação mais plausível é a de que os sete estudantes da universidade Lusófona – dos quais apenas um escapou com vida – foram apanhados por aquilo a que se chama uma onda colapsante”. Há até uma página inteira dedicada a uma infografia para que o que é escrito seja mais perceptível aos olhos de quem lê.

Não temos muitas dúvidas que se não fosse o alarme público e social em torno desta tragédia, este estudo não teria tido o destaque – quer quantitativo, quer qualitativo – que teve. Curiosamente, o número de mortos pelas ondas nunca é atribuído a uma instituição, a um documento ou a alguém. Desta forma, inferimos que é uma análise jornalística de fundo, com base na recolha de notícias em arquivo e de outras referências. O facto de esta investigação ser publicada no dia em que se assinala uma semana do desaparecimento dos jovens, não deixa de ser pertinente.

23 de dezembro de 2013

Uma semana depois de saírem as primeiras notícias na imprensa escrita sobre a tragédia do Meco, o padrão volta a ser o mesmo: destaque na primeira página do Correio da Manhã e ausência na do Público. Sendo que, desta vez, este último também não faz qualquer menção no interior do jornal, como já havia acontecido. Se primeiro poderíamos compreender a opção do Público em não noticiar todos os dias um acontecimento cujas alterações eram escassas, agora não conseguimos compreender a opção editorial de não revelar que foi encontrado o corpo de uma das jovens. A partir do momento em que esta publicação noticiou o desaparecimento, deu até conhecimento dos avanços e recuos das buscas, o que a fez não revelar a informação mais relevante da última semana?

O Correio da Manhã procura explicar ao leitor os passos que estão a ser seguidos após o aparecimento do corpo. É essa também a função do jornalismo, o de descodificar realidades e linguagens, nomeadamente: “As famílias das estudantes foram chamadas à morgue do Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, para identificar o

cadáver – uma tarefa dolorosa para a qual os familiares das vítimas não estavam preparados, tendo de receber apoio dos psicólogos do INEM – mas o estado de decomposição em que o corpo se encontrava não o permitiu e deverá obrigar a que a identificação seja realizada através da comparação do AND”.

É interessante ver como, numa caixa de pormenores a meio do texto, são mencionados os dados sobre as mortes no mar revelados pelo jornal Público, no dia anterior. Desde logo porque o espaço é infimamente inferior, sem margem para comparação, ao do outro diário. Depois, porque surge no dia seguinte, colocando-se assim a hipótese de ter sido uma influência do jornal Público e não uma livre iniciativa do Correio da Manhã.

O jornal é rigoroso no critério que tem seguido e continua a fazer *follow up* das medidas a tomar na operação de buscas, sempre tendo como fonte principal o comandante Lopes da Costa.

Principais diferenças

Durante esta análise chegámos à conclusão de que o tratamento noticioso da Tragédia do Meco no Correio da Manhã e no Público é muito diferenciado. Desde logo, devido ao espaço que é dado por cada um, sendo o CM aquele que mais tempo (em número de páginas e de dias) dedica ao assunto.

O Público tende a ser mais conciso, dá as informações mais essenciais, regra geral condensadas e sintetizadas numa única mancha textual – um texto corrido, sem recurso a caixas com mais informações. Já o Correio da Manhã distribui a informação por vários elementos, desde o texto principal, passado pelas caixas e até pelas breves no topo de cada página. Se esta fórmula pode até dispersar as atenções do leitor, no entanto revela-se importante devido à quantidade de informação disponibilizada. No fundo, é como se o jornal fizesse uma desconstrução da narrativa e da realidade, separando-as por temas – são as peças das quais o leitor necessita para depois formular uma opinião.

A investigação e o trabalho no terreno são mais visíveis no Correio da Manhã, recorrendo sempre a vários agentes e tocando todo o enquadramento da tragédia –

desde os pescadores na praia, passando pelos moradores de Alfarim, aos amigos e famílias das vítimas. O campo de ação não se centra só na praia, há notícias na universidade, na casa onde os jovens passavam o fim-de-semana, nas terras de onde eram naturais. Este cenário dá a ideia de uma equipa sempre em movimento, que não se limita a fazer jornalismo de bancada. Como já aqui foi dito, não deixa de ter semelhanças ao trabalho que é feito pelas autoridades, que têm também de investigar todas as *pontas soltas*. A diferença é que no jornalismo isso pode ser feito e revelado no próprio dia e, por essa razão, não ser a mesma coisa que validar provas em tribunal. O jornal deixa-nos a sensação de que estamos a acompanhar todos os contornos da história, de que todos os ângulos estão a ser mostrados – o que é essencial no princípio do contraditório.

O Público também se socorre de vários testemunhos mas fica demasiado preso à praia e ao que por lá acontece. Dessa forma, acaba por nos deixar uma visão limitada dos acontecimentos, aliás, isso é demonstrado pelo facto de o assunto não ser notícia todos os dias. No entanto, não podemos entender esta observação como se o jornal tivesse uma atitude passiva em relação ao acontecimento porque não é isso que acontece. É, acreditamos, apenas uma questão de critérios editoriais, como vimos desde o início, já que o jornal opta por não explorar a vertente das famílias, que estão num momento de sofrimento, situação essa que é compreensível aos olhos de todos.

No aspecto que acabámos de referir, talvez o Correio da Manhã se tenha excedido na abordagem feita mas não seria de esperar outro formato, tendo em conta a linha editorial que é seguida, pautada sempre pelos contextos de crime e de tragédia. Trata-se de um jornal que tem necessidade de, sempre que possível, dar um nome e um rosto.

Importa também olhar para as opções fotográficas. O Público opta sempre por dar uma fotografia da praia, por exemplo, com alguém de olhos postos no mar revolto. Mas as imagens são sempre “genéricas”, referindo-se à tragédia no seu todo e não a algo em particular. Nunca o jornal revela um rosto dos estudantes engolidos pela onda ou dos familiares dos mesmos. O sofrimento é reportado pela informação textual, não pelas imagens. Neste campo, o oposto acontece no Correio da Manhã, com as fotografias das vítimas, assim como com a indicação dos respetivos nomes, expostos

na primeira página desde o primeiro dia. Depois, são recorrentes, no interior, as imagens das famílias, sempre de semblante carregado, amparadas, com visível ar de desespero. Acrescentará algo mais ao discurso jornalístico? Talvez não, o assunto, por si só, já tem uma carga demasiado emotiva. Certamente, haverá quem vá defender que sim, que *uma imagem vale mais do que mil palavras*.

Não nos parece que haja uma regra única para estas situações, nem uma fórmula milagrosa. Que seria dos jornais se todos reproduzissem os mesmos acontecimentos da mesma forma? Onde estaria a pluralidade? Parece-nos, sim, que deve vigorar o bom senso que, mesmo os jornalistas, se devem colocar no *lugar do outro*, ainda que por breves momentos – talvez isso trouxesse clareza de espírito, tantas vezes necessária.

Genericamente, é possível perceber que o Correio da Manhã aprofundou mais o tema em análise, apelando sempre às sensações, à proximidade com o sofrimento. O Público, parece-nos, deixou-se ficar pela *ramagem* em vez de ir à *raiz*, tendo tratado o assunto de uma forma mais discreta.

CAPÍTULO IV: A VERDADE JORNALÍSTICA E A CONCRETA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Tanto o jornalismo como a Justiça têm como finalidade a perseguição da verdade. Só que esta é sempre construída com base em percepções humanas e, por isso, aquilo que se revela uma verdade inequívoca para uma pessoa, poderá não o ser para outra. Na fundamentada opinião de Weston, “aquilo que alguém acredita honestamente corresponder à verdade pode ser também tendencioso. Temos tendência para ver o que esperamos ver; apreciamos, anotamos e fazemos circular informações que apoiam o nosso ponto de vista, mas não nos encontramos igualmente motivados quando os dados disponíveis apontam noutra direção”, (Weston, 2005, p.54).

No campo dos media, o jornalista tenta relatar os acontecimentos o mais aproximadamente possível da realidade, é nesse sentido que recorre às fontes de informação. Quanto maior for a credibilidade destas e o grau de conhecimento e importância, maior será a probabilidade de o jornalista estar perante uma descrição fiel dos acontecimentos. No entanto, não nos podemos esquecer de que “a fonte é vista como detentora de poder de decisão, isto é, a fonte decide qual a mensagem a enviar, ou melhor, seleciona uma de entre um conjunto de mensagens possíveis”, (Fiske, 1982, p.21). É por isso que é tão vital que sejam consultadas várias fontes, se, enquanto jornalistas profissionais, pretendemos atingir uma “ligação tão honesta quanto possível à realidade objetiva.”⁵

O contrato tácito entre o jornalista e o leitor é o de que o jornalista escreve sobre factos reais. É também por isso que não fica trancado numa redação – vai para o terreno, onde pode observar os acontecimentos, consulta os mais variados

⁵ Como recomenda a “Declaração da Unesco sobre os Media” de 1993.

documentos e cruza informações. No fundo, estamos perante uma retórica dos factos, ou seja, da factualidade, com base naquilo que é apurado pelo jornalista.

No apuramento da verdade, os media estão libertos de certos constrangimentos inerentes à investigação judiciária. Esta última está obrigada a provar as informações que tem em tribunal, sustentada em provas – caso contrário, de pouco ou nada lhe irá valer. A ausência desta necessidade no campo da comunicação pode ser um elemento positivo na construção jornalística dos acontecimentos com valor notícia, o mesmo é dizer da realidade tal como é recortada e percebida pelos jornalistas. Por outro lado, ela significa também que o jornalista não tem acesso a determinados meios utilizados na investigação judiciária e portanto fica aquém da mesma.

Poder-se-ia dizer que, não tendo o rigor dos tribunais, a verdade jornalística seria mais *deficiente* ou *menos verdadeira*. Mas isso não faria sentido, uma vez que há claramente uma verdade para a justiça e outra para o jornalismo, ainda que estejam correlacionadas e mesmo que nenhuma delas corresponda ontologicamente, como pretendia o paradigma positivista de objetividade, no seu entendimento de que é possível aceder a uma rigorosa correspondência entre “discurso” e “realidade” ignorando, no caso particular do jornalismo, o concurso do sujeito que reporta a realidade – o jornalista.⁶ Além de que, no paralelismo em análise, não se pode pedir a instâncias com obrigações e ferramentas diferenciadas que apresentem exatamente o mesmo resultado.

Para uma melhor elucidação do tema, reproduzimos aqui a reflexão de Eduardo Dâmaso sobre a verdade jornalística e a concreta realização da Justiça: “Uma e outra estão vinculadas à confirmação absoluta de factos. A exigência da justiça é muito maior do que a do jornalismo para chegar à tal verdade porque ela, no limite, mete pessoas na cadeia. Tem de haver válvulas de segurança muito maiores. Mas a caminhada na busca da verdade jornalística não pode abdicar da exigência”.

⁶ Como nos dá conta Eduardo Meditsch (1992) em *O Conhecimento do Jornalismo*, Florianópolis: UFSC.

A correlação e a distinção destas duas verdades pode ser também explicada nas palavras de Cláudia Rosenbusch: “A verdade jornalística deve ser a justiça bem explicada aos cidadãos. Por exemplo: podemos explicar que os factos ficaram provados mas o crime estava prescrito e por isso o arguido foi libertado”. A jornalista Ana Luísa Nascimento segue a mesma linha de raciocínio ao defender que “a verdade para ser verdade jornalística deve refletir a realização da Justiça; se essa realização corresponde a uma sentença justa, isso já é diferente. A Justiça acaba muitas vezes por ilibar por dúvidas ou por falta de provas, mas o facto de o processo ser encerrado para a Justiça, não significa que termine para o jornalista”.

Neste último parágrafo está a génese daquilo que é o jornalismo. O facto de a justiça já não ter meios legais para dar andamento ao processo, não impede o jornalismo de fazer uma investigação autónoma ao caso, de revelar, de fazer um *follow up* dos acontecimentos. cremos que a verdade jornalística é aquela que nunca se esgota, uma vez que enquanto houver *pontas soltas* esta pode sempre ir mais além.

Se reconhecemos que a verdade jornalística pode ser um poço sem fim, também admitimos que esta nunca irá corresponder à *verdade verdadeira*, devido ao conjunto de filtros humanos pelos quais passa até chegar às bancas dos jornais. E também porque acreditamos que ninguém estará na posse daquela verdade, a não ser os protagonistas dos acontecimentos. Em termos epistemológicos, o grau máximo de certeza, a *verdade apodítica*, que acima designámos por *verdade verdadeira*, só é atingível dentro de um sistema lógico-formal, fechado à realidade e centrado apenas na validade formal das suas inferências e princípios.

E quanto à justiça? Haverá uma concreta realização da mesma? O antigo inspetor da Polícia Judiciária Carlos Anjos acredita que não e não é parco em razões para o justificar. “Justiça haveria se não tivesse havido crime. Corre-se sempre atrás de um prejuízo que é irrealizável. A justiça visa apenas reparar casos, não visa mudar sistemas. Para a polícia que prendeu o homicida, a justiça está feita mas para os familiares que perderam aquela pessoa, a justiça nunca é feita. Se a componente indemnizatória for paga, continua a não ser feita justiça. Nós nunca chegamos à verdade absoluta daquilo que se passou, nós chegamos à verdade material, que é aquela que é possível provar. Como o dano dificilmente é reparado, a justiça nunca se

fará”, defende. A mesma linha de raciocínio é defendida por Rui Pereira, já que o professor universitário considera que a verdadeira justiça é a “distribuição pelas pessoas daquilo que lhes é devido”. E realça que a Justiça, no sentido dos tribunais, deve “fazer coincidir o direito com a Justiça, de ‘j’ minúsculo. E isso nem sempre acontece”. Ou seja, mais uma vez, percebemos que uma verdade ou outra se baseiam unicamente nos factos dados como provados segundo os critérios fornecidos pelo paradigma de fundamentação racional ao serviço da razão prática, isto é, o paradigma da Justificação.⁷

Este capítulo remete-nos ainda para o estudo de caso desta dissertação. No caso Meco há somente uma pessoa que pode contar a “verdadeira história” e essa terá sempre um ponto de vista próprio. João Miguel Gouveia já falou perante as autoridades, já foram recolhidas provas materiais e a conclusão jurídica foi sempre a de que não houve crime. Esta é a concreta realização da justiça para a própria justiça porque deu todos os passos necessários na investigação para chegar à decisão final, a verdade judiciária. No entanto, aquilo que é vivido pelas famílias das vítimas está espelhado nas palavras de Carlos. Estas continuam a exigir Justiça, a recorrer a instâncias superiores e recusam-se a aceitar que João Gouveia não é culpado. O dano, esse, é irreparável. Mais importante do que qualquer análise sobre este caso e sobre a descoberta da verdade, é o que diz o despacho de arquivamento, redigido pelo juiz Néilson Escórcio, cujo excerto passamos a citar:

E de que descoberta da verdade falamos afinal? Não a teremos já? Queremos, enfim, a verdade ou uma realidade que nos permita melhor aceitar o sucedido?

Importa esclarecer, com efeito, se existirá afinal uma verdade a descobrir, no sentido de algo não sabido ou esclarecido! E a resposta é que não há!

Existirão pormenores que os pais destes jovens gostariam de saber, de perguntar. Cremos que tivesse o arguido optado por falar com estes familiares, tê-los-ia possivelmente conseguido esclarecer, elucidar logo após o sucedido; e, nessa medida,

⁷ Perelman e Tyteca, identificam e caracterizam no seu *Traité de L’Argumentation*, três paradigmas de fundamentação racional: a Demonstração (Lógica); a Verificação Empírica (Ciências Naturais) e a Justificação (Ciências Humanas, Filosofia, comunicação quotidiana).

teria possivelmente contribuído para alguma paz – aquela que, não duvidamos, os mesmos não sentem ou encontram.

Mas, realisticamente, seria realmente expectável esse comportamento pelo arguido? Um jovem com vinte e três anos confrontar as famílias de seis colegas falecidos, perante os seus olhos, numa noite de um fim de semana em que ele assumia, inequivocamente, um papel de liderança e responsabilidade? Com toda a atenção de um país colocada nas causas da morte absurda, inesperada, chocante, de seis jovens saudáveis numa conhecida praia do país? Poderá qualquer um de nós acreditar honestamente que, no seu lugar, com a sua idade, teria comportamento distinto?

Entende-se que não. (Transcrito no jornal Sol).

Voltemos às palavras de Carlos Anjos que, de uma forma ou de outra, se coadunam com aquilo que acima foi transcrito. “No caso Meco, alguma vez alguém saberá o que se passou? Só saberá João Gouveia, o único que sobreviveu daqueles que estavam na praia. Podemos ter dúvidas e noções do que aconteceu mas ele é o único que sabe a certeza. Construiu a versão dele, que é a que contou à polícia”, explica mais uma vez o ex-inspetor. Do lado jornalístico, a verdade está no facto de os órgãos de comunicação social terem acompanhado todo o processo, não terem descurado o princípio do contraditório – a ausência do testemunho de João Gouveia foi notória mas essa foi uma decisão do próprio e não a não tentativa por parte dos jornalistas – e em terem explicado sempre o percurso que estava a ser feito a nível jurídico e o porquê de aquele jovem não ir a julgamento, descodificando a linguagem institucional.

CONCLUSÃO

A verdade não conhece perífrases; a justiça não admite reticências.

Abílio de Guerra Junqueiro.

Iniciamos as considerações finais desta dissertação com a citação de um escritor, poeta e jornalista e que tinha como formação académica de base a licenciatura em direito. A simbiose perfeita entre os media e a Justiça. Não foi ao acaso que escolhemos esta frase de Abílio de Guerra Junqueiro, já que nas páginas anteriores concluímos que a verdade judiciária se pauta por recorrer a todos os meios que estão ao alcance da investigação, sem deixar espaço para *reticências*, ou seja, para casos em aberto. Percebemos também que as fontes têm um papel de relevo na busca desta verdade que tem na Justificação o adequado paradigma da fundamentação racional, o mesmo que está na base da verdade jornalística e da verdade judiciária⁸.

A inexistência das fontes de informação poderia levar à morte da investigação judiciária e da investigação jornalística, pelo menos nos termos em que atualmente as conhecemos. Já que são elas, tantas vezes, a fonte das informações e dos dados necessários ao desenvolvimento da investigação a realizar nos domínios supra referidos. A esta luz, enquanto *o mundo for mundo*, haverá sempre espaço para as fontes, haverá sempre quem esteja disposto a falar em nome do direito à informação e em prol de uma Justiça mais justa. Como referiu Carlos Anjos nas páginas anteriores, “na investigação toda a gente fala”. Nunca esquecendo que é na pluralidade de fontes que reside a importância das mesmas, uma vez que só a partir do cruzamento de informações é que se revelam os factos. É essa a convicção com que ficámos no termo da investigação realizada no decurso da presente Dissertação.

⁸ Para a produção da verdade judiciária concorre também, muito frequentemente, o contributo pericial e científico no processo de certificação da prova material reunida no processo. Desse modo, a verdade judiciária socorre-se (sempre que possível) do paradigma da Verificação Empírica, próprio das Ciências Naturais. Todavia, a fundamentação racional da decisão e da verdade judiciária é sempre de natureza justificatória, como se vê na motivação das sentenças.

Acreditamos que não existem divisórias estanques entre as fontes de informação da Justiça e as do jornalismo. Não raras vezes, coincidem. A diferença reside na forma como os seus testemunhos são validados e utilizados, tendo os tribunais um grau de exigência probatória muito mais elevado do que aquele que se pratica nas redações dos jornais.

Seja-nos permitido deixar aqui uma recomendação para os agentes que operam nos campos da justiça e do jornalismo: procurem, reciprocamente, entender, de forma mais empenhada e aprofundada, as especificidades e as necessidades que são próprias do outro campo. Talvez cheguemos à conclusão de que, apesar de diferentes na sua natureza e função, eles podem coexistir harmoniosamente no espaço público e cooperar na consecução feliz dos objectivos de cada um. A partir desse ponto, cremos que será possível uma maior comunicação e a consequente formação de uma opinião pública mais esclarecida. O caminho, para uma melhor descoberta da verdade e para uma sociedade democrática que se quer melhor informada, será, seguramente, mais fácil se for percorrido lado a lado, em vez de costas voltadas. Mas atenção: não queremos com isto dizer que tem de existir uma investigação conjunta, por exemplo. Defendemos que tal nem sequer deve acontecer, devido à colisão de interesses.

Terminamos esta dissertação convictos de que um melhor entendimento recíproco e uma mais respeitosa colaboração, entre magistrados e jornalistas, sobre o distinto papel que cabe a uns e a outros, poderá contribuir, decisivamente, para uma maior credibilização da Justiça e do jornalismo judiciário. Apesar de distintas, no grau de exigência epistemológica que as suporta, a verdade jornalística e a verdade judiciária, que resulta da concreta realização da Justiça, podem contribuir, por último, para a realização da paz judiciária no contexto específico em que vivemos, o de um espaço público mediatizado. Num sem fim de caminhos – e de fontes – no fim, é ao jornalismo que cabe transmitir à sociedade os desenvolvimentos e o porquê de determinada decisão judicial. Acreditamos assim, que a legitimação da Justiça é feita através da comunicação. E apelamos a que o respeito mútuo nesta relação se comece a pautar por linhas ainda mais firmes.

BIBLIOGRAFIA

Borges, Hermenegildo Ferreira. “Da epistemologia da decisão judiciária e sua função social.” *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. 1999. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-ferreira-epistemologia-decisao-judiciaria.pdf> (acedido em Dezembro de 2014).

Casanova, Salazar. *Justiça e Jornalismo Judiciário*. Lisboa: s.n, 2005.

Carmo, Pedro do. “Investigação Criminal e Media.” *Revista do Ministério Público*, Outubro/Dezembro de 2010.

Carmo, Rui do. “Concisão, Compreensibilidade, Segurança e Rigor Jurídico - Ingredientes da Linguagem Judiciária.” In *O discurso judiciário, a comunicação e a justiça / V Encontro Anual do Conselho Superior da Magistratura*, de Conselho Superior da Magistratura. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

Cebrián, Juan Luis. *Cartas A Um Jovem Jornalista*. Lisboa: Bizâncio, 2004.

Charadeau, Patrick. “L'événement dans le contrat médiatique.” *Dossiers de L'Audiovisuel* 91 (Maio-Junho 2000).

Correia, João Carlos. “Regresso ao “arrastão de Lisboa”: reflexões sobre epistemologia do jornalismo.” *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. 2005. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-regresso-ao-arrastao-lisboa.pdf> (acedido em Junho de 2013).

Fernandes, Plácido Conde. “Justiça e Media: Legitimação pela Comunicação.” *Revista do CEJ*, s.d.

Fidalgo, Joaquim. “A Questão das Fontes nos Códigos Deontológicos dos Jornalistas.” *Repositorium da Universidade do Minho*. 2000. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5513/1/CS_vol2_jfidalgo_p319-337.pdf (acedido em Fevereiro de 2014).

Fidalgo, Joaquim, e Madalena Oliveira. “Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública As relações entre a Justiça e a Comunicação Social .” *Repositorium da Universidade do Minho*. 2005. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.%282005%29-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf> (acedido em Dezembro de 2014).

Fiske, John. *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Asa, 1992.

Keane, John. *A Democracia e os Media*. Lisboa: Temas e Debates , 2002.

Lopes, Felisbela. “Fontes, Jornalistas e Leis.” *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. 2000. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-fontes-jornalistas-%20leis-2000.pdf> (acedido em Março de 2015).

Meditich, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

Moral, Javier Fernández del. *Periodismo Especializado*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

Pinto, Manuel. “Fontes Jornalísticas: Contributos para o Mapeamento de Campo.” *Repositorium da Universidade do Minho*. 2000. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf (acedido em Setembro de 2014).

Prior, Hélder. “A Comunicação Social e o Discurso Judiciário.” *Derecom - Revista Online Especializada en Derecho de la Comunicación*. 2013. <http://www.derecom.com/numeros/pdf/helder.pdf> (acedido em Dezembro de 2014).

Santos, Rogério. *Jornalistas e Fontes de Informação*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003.

Schmitz, Aldo Antonio. “Classificação das fontes de notícias.” *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* . s.d. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf> (acedido em março de 2015).

Sintra, António. “Técnicas de Investigação Criminal.” *Repositório das Universidades Lusíada*. 2010. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1006/1/LPIS_n4_7.pdf (acedido em Março de 2015).

Simões, Rita Basílio, Carlos Camponez, e Ana Teresa Peixinho. *Justiça e Comunicação - O Diálogo (Im)possível* . Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra , 2013.

Sousa, Susana Aires de. "Agente Provedor e Meios Enganosos de Provas." *Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. s.d. http://www.fd.uc.pt/idpee/projectos/pdf/Agent_2003.pdf (acedido em Dezembro de 2014).

Randall, David. *The Universal Journalist*. Londres: Pluto Press, 1996.

Rodrigues, Cunha. *Comunicar e Julgar*. Coimbra: Minerva, 1999.

Rosa, Gonçalo Pereira. "O "arrastão" de Carcavelos como onda noticiosa." *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. 2011. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942728U4dNW7go5DI63DV7.pdf> (acedido em Março de 2015).

Weston, Anthony. *A Arte de Argumentar*. Lisboa: Gradiva, 2005.

Wolf, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

Legislação Consultada

Na página de internet da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa:

Código do Processo Penal

Código Penal

Constituição da República Portuguesa

Estatuto do Jornalista

Estatuto dos Magistrados Judiciais

Lei 101/2001, de 25 de Agosto - Ações encobertas

Lei de Proteção de Testemunhas

Na página de internet da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista:

Código Deontológico dos Jornalistas

Artigos consultados online:

"A memória futura de um arrastão" por Miguel Gaspar em:
http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=616170

"O Meco em segredo de justiça. Porquê?" por Pedro Tadeu em:
http://www.dn.pt/Inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=3667075&seccao=Pedro%20Tadeu&tag=Opini%3o%20-%20Em%20Foco&page=-1

Despacho de arquivamento do caso Meco em: <http://www.sol.pt/noticia/126351>

Editorial do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público em:
<http://www.smmp.pt/?p=19492>

Entrevista de Paulo Sá e Cunha em: <http://www.advocatus.pt/entrevistas/11700-paulo-de-s%C3%A1-e-cunha-dever-de-reserva-dos-advogados-%C3%A9-anacr%C3%B3nico.html>

Entrevista de Rui Patrício em: <http://www.advocatus.pt/entrevistas/11662-rui-patr%C3%ADcio-o-segredo-de-justi%C3%A7a-%C3%A9-um-nado-morto.html>

ANEXOS

a. Entrevista a Eduardo Dâmaso

Diretor-adjunto do Correio da Manhã. Entrevista realizada por e-mail.

1 - Que importância considera que têm as fontes no jornalismo e, sobretudo, no jornalismo judiciário?

São da maior importância. As fontes confidenciais, as fontes abertas – por exemplo, os processos judiciais fora de segredo de justiça que podem ser consultados – e todas as que estão à disposição de jornalistas que não se conformem em dar notícias sobre o estado do tempo. Qual é, afinal, o jornalismo que não é baseado em fontes? Só se for o asséptico ‘jornalismo de divulgação’ que é, basicamente, a noção que os poderes em geral têm do jornalismo. Querem um jornalismo de pé de microfone que não olhe para lá da cortina. Em Portugal, a relação da liberdade de expressão e da liberdade de informação não é um valor culturalmente adquirido como, por exemplo, se verifica na democracia norte-americana, onde a sua vinculação constitucional a uma ideia de Estado de Direito Democrático é essencial. As fontes são essenciais para tratar factos. Não devem ser utilizadas para canalizar meras opiniões. As opiniões devem ser assumidas por quem as tem. O caso Watergate consagrou a teoria da tripla confirmação de factos e é por aí que o jornalismo deve ir. Em Portugal, verifica-se uma diabolização do uso das ditas fontes por várias razões. Há um ensino e uma investigação do jornalismo muito medíocres. Não raras vezes, quem leciona, investiga e publica são ex-jornalistas que nunca foram para lá da mediania ou têm uma vinculação clara a interesses políticos. Temos, aliás, casos tão interessantes como os de ex-assessores políticos que foram jornalistas e fizeram teses a dar uma dimensão ‘científica’ à manipulação pura e simples que faziam da informação e dos jornalistas. Esses são os que diabolizam o jornalismo de fontes.

2- De que forma é que as fontes *oficiais* e aquelas que são *personais* podem complementar-se?

Elas complementam-se potencialmente a partir da inteligência e do inconformismo do jornalista. Habitualmente, as fontes oficiais contam as versões convenientes. As fontes pessoais podem ajudar a abrir fissuras nessas versões, por vezes tão longínquas da verdade ou sequer de uma pequena aproximação a ela.

3- Acha que há uma relação recíproca no sentido de as autoridades serem fonte do jornalista mas também de o jornalista ser uma fonte da polícia?

Não pode haver uma relação recíproca desse tipo. O jornalista não pode ser fonte da polícia ou de qualquer poder. O que pode acontecer é o trabalho do jornalista revelar factos que se tornam razões objetivas para abrir investigações oficiais, seja no foro penal, administrativo ou outro. Essa é uma das essências do jornalismo.

4- Pessoalmente, já lhe aconteceu dar uma notícia e isso ser ponto de partida para uma investigação judiciária?

Sim. Já fiz investigações que originaram inquéritos. Na década de 80 fiz um trabalho no Expresso sobre o treino militar dos comandos que levou à extinção temporária desta tropa especial. Quinze anos depois do fim da guerra recrutavam e treinavam jovens como se fossem para a guerra. Num dos exercícios morreram dois recrutas e o estado-maior do exército tentou ocultar tudo. Mais tarde, fiz uma reportagem sobre desembarques de droga na costa portuguesa, com proteção de agentes da então chamada Guarda Fiscal e da Polícia Marítima, que deu origem a uma investigação da Polícia Judiciária Militar. A guarda Fiscal foi extinta. Fiz também uma investigação sobre o uso de faturas falsas por um deputado, que era vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, que levou à demissão deste e à abertura de um inquérito.

5- Quais são os principais cuidados a ter com as fontes?

Saber avaliar a sua credibilidade e potenciais interesses na revelação de factos que possam traduzir-se numa manipulação do próprio jornalista. Uma fonte só é credível se jogar limpo com o jornalista. Pode ter alguns interesses pessoais na divulgação de certos factos mas isso nunca pode prevalecer sobre o interesse público. Depois há que saber proteger a identidade das boas fontes, tantas vezes alvo de perseguições nos locais de trabalho ou de outro tipo.

6- A coexistência dos objetivos da investigação judiciária com os objetivos da investigação jornalística é problemática? Se sim, quando e porquê? Se não, como é que conseguem coexistir sem problemas?

Em regra, essa coexistência não é problemática. Os magistrados e os polícias têm uma vinculação ao código de processo penal, aos seus prazos e regras, que não se aplicam aos jornalistas. Estes têm uma vinculação mais direta aos leitores e ao dever/obrigação de informar. Os tempos de trabalho são muito diversos e os objetivos também, ainda que no último patamar esteja a procura da verdade, que vincula ambos. A investigação judiciária imputa crimes e pode privar alguém da liberdade. A investigação jornalística deve ser orientada pela lógica da responsabilidade/responsabilização mas não pela mesma ideia de sanção que existe nas leis penais. São formas muito diferentes de prosseguir a defesa do interesse público.

7- Como é que um jornalista lida com o segredo de justiça?

Um jornalista deve defender a lei democrática como instrumento da igualdade entre as pessoas. Deve defender o funcionamento básico das instituições – todas e, em particular, as judiciais – como uma forma de dar algum poder a quem não tem poder, os mais desprotegidos. Só uma justiça que saiba defender os interesses mais fracos e os bens essenciais da comunidade pode ser considerada uma justiça própria de um país democrático. Este deve ser o compromisso essencial do jornalista na relação com a lei e não uma submissão acéfala a regras que são criadas apenas para restringir a liberdade de imprensa e a transparência do funcionamento da máquina judicial. O

segredo de justiça, por isso, deve ser respeitado mas não é uma vaca sagrada. Ele pode ser um verdadeiro abafador do interesse público. Imagine-se a aplicação restrita do segredo de justiça à detenção de um ex-primeiro-ministro: o que seria possível saber ao longo do primeiro ano de inquérito? Se fosse suspeito de crimes de corrupção não poderíamos saber? Isto pacifica uma comunidade? A resposta parece-me clara: a imposição do segredo de justiça a um caso destes sob a forma que criminalizasse de forma severa a divulgação de dados, incluindo com a prisão de jornalistas, como alguns pretendem, seria um verdadeiro atentado à democracia. Em síntese, acho que o jornalista deve preparar-se para avaliar caso a caso, de forma sempre proporcional e adequada tendo em conta os factos em presença, se respeita ou não o segredo de justiça. A regra deve ser respeitar quando estão em causa pessoas anónimas, crianças, idosos, sem qualquer relação útil e direta com a promoção do interesse público. Nos casos em que estão envolvidas figuras públicas, sobretudo políticos, empresários, gestores, deve ser consensual que estes têm uma reserva menor da sua privacidade e, por isso, o jornalista deve noticiar os casos em que estão envolvidos.

8- A justiça e o jornalismo têm tempos diferentes. Não há salas de imprensa nos tribunais, muitas vezes não há sequer um oficial de justiça que venha falar com os jornalistas. A justiça ainda não aprendeu a comunicar?

É verdade, a justiça, salvo raras exceções, está muito longe de saber comunicar. Não tem sensibilidade nem meios. É uma revolução de mentalidades e organização que ainda não foi feita.

9- A concreta realização da justiça é diferente da verdade jornalística?

Uma e outra estão vinculadas à confirmação absoluta de factos. A exigência da justiça é muito maior do que a do jornalismo para chegar à tal verdade porque ela, no limite, mete pessoas na cadeia. Tem de haver válvulas de segurança muito maiores. Mas a caminhada na busca da verdade jornalística não pode abdicar da exigência. Primeiro, é fundamental definir se estamos ou não perante um caso de manifesto interesse público. Depois, é preciso perceber que tipo de fontes podemos ter na história e evitar a contaminação desta por interesses privados das ditas fontes. Nunca

se deve abdicar da regra da tripla confirmação de factos, que o jornalismo de investigação norte-americano consagrou no caso Watergate, entre outros. Essencial mesmo é fugir do preconceito. Isso destrói qualquer boa notícia. Finalizando, parece-me que uma e outra têm finalidades diferentes mas concretizações e conseqüências diversas.

b. Entrevista a Ana Luísa Nascimento

Jornalista de investigação no Correio da Manhã. Entrevista realizada por e-mail.

1. Do seu ponto de vista, qual é a importância das fontes no jornalismo e, sobretudo, no jornalismo judiciário?

As fontes são fundamentais no jornalismo e, obviamente, no jornalismo judiciário, e não me refiro à questão de fonte como alguém que apenas fornece informação, mas como alguém que ajuda a explicar, confirma e ajuda tecnicamente o jornalista.

2. Quais é que são os principais cuidados que acha que um jornalista deve ter com as fontes?

É fundamental haver uma relação de confiança entre jornalista e fonte, e essa confiança conquista-se, progressivamente, e tem que ter como base uma relação de verdade. Uma fonte que engane um jornalista, não pode ser fonte; e um jornalista que engane uma fonte, deixa de merecer a sua confiança.

3. As fontes tanto podem ser oficiais - como os comunicados da PJ ou da PSP a que toda a gente tem acesso – ou, então, cada jornalista tem as suas próprias fontes. De que forma é que se podem complementar?

As fontes oficiais são um bom ponto de partida para uma notícia, pois muitas vezes comunicam a própria notícia. Mas um jornalista não pode e não deve ficar pela

informação oficial. Será isso a marcar a diferença no trabalho final e é também por isso que uma mesma notícia em diferentes meios de comunicação é tratada de forma diferente, sendo comum dizer-se que foi “melhor tratada” em determinado jornal comparativamente com outro.

4. O facto de as notícias se viverem cada vez mais ao segundo, traz complicações quando diz respeito a confirmar dada informação com várias fontes? No sentido de “tem de se dar já a notícia”.

Não diria que traz complicações, traz, antes, uma maior necessidade de rapidez e é nesses casos que as fontes podem fazer a diferença. Um jornalista tem que saber rapidamente a quem recorrer, e quem sabe ganha tempo.. Complicação é avançar uma notícia sem confirmação, isso não pode acontecer. Uma notícia errada é fatal para um jornalista, retira-lhe credibilidade.

5. É frequente tentarem enganar o jornalista? Uma fonte que acaba por passar informações falsas? Se sim, como se lida com isso?

Que eu tenha conhecimento, não é uma situação frequente. Pode haver tentativa de manipulação, no sentido de a fonte tentar levar o jornalista para o ‘lado’ da notícia que lhe dá mais jeito, agora enganar deliberadamente não. E se isso acontecer, o jornalista deve imediatamente revelar a fonte.

6. Imagine que está no terreno, num tribunal ou na cena de um crime, por exemplo. Quem lá está, oficialmente, não pode dar informação. Mas acontece fazerem-no *off the record*, mesmo que não seja uma fonte sua?

Pode acontecer, sim, mas isso depende de pessoa para pessoa, independentemente da sua função.

8. Como é que um jornalista lida com o segredo de justiça?

O segredo de justiça não pode ser um obstáculo à divulgação de uma informação de relevante interesse público. Não cabe ao jornalista proteger o segredo de Justiça, porque, tal como o nome indica, o segredo é da Justiça, não do jornalista.

9. A coexistência dos objetivos da investigação judiciária com os objetivos da investigação jornalística é problemática? Se sim, quando e porquê? Se não, como é que conseguem coexistir sem problemas?

Como costumam dizer na Justiça, o tempo da Justiça não é o tempo da comunicação. Tem que haver colaboração e entendimento de parte a parte.

10. Como é que olha para a relação entre a justiça, por exemplo a nível dos tribunais, e o jornalismo/que problemas identifica? Não há salas de imprensa nos tribunais, muitas vezes não há sequer um oficial de justiça que vá falar com os jornalistas. Há uma falha de comunicação?

Costumo dizer que, apesar dos discursos politicamente corretos, por vezes a Justiça parece não querer comunicar. Trata-se de um tema recorrente, que se discute há anos, mas nada é feito para melhorar. E não falo de gabinetes de imprensa, porque como já vários processos o demonstraram, a questão tem mais que ver com a boa vontade e cultura do magistrado de determinado processo, por exemplo, do que com uma questão física de gabinete. Quando um magistrado tem noção do processo que tem em mãos e que esse caso tem impacto mediático, como já aconteceu, esse mesmo magistrado elabora uma informação e acaba por arranjar forma de a divulgar. O grande problema é que há muitos magistrados que acham que não têm nem gostam de comunicar.

11. A concreta realização da justiça é diferente daquilo que é a verdade jornalística?

A verdade para ser verdade jornalística deve refletir a realização da Justiça; se essa realização corresponde a uma sentença justa, isso já é diferente... A Justiça acaba

muitas vezes por ilibar por dúvidas ou falta de provas, mas o facto de o processo ser encerrado para a Justiça, não significa que termine para o jornalista.

c. Entrevista a Cláudia Rosenbusch

Jornalista na área da Justiça na TVI. Entrevista realizada por e-mail.

1. Do seu ponto de vista, qual é a importância das fontes no jornalismo e, sobretudo, no jornalismo judiciário?

As fontes dão-nos as notícias (o que é novidade) ajudam-nos a percebermos melhor um tema, permitem-nos cruzarmos informação (entre fontes) para confirmar (ou não) uma história.

2. Quais é que são os principais cuidados que acha que um jornalista deve ter com as fontes?

Perceber a motivação das fontes é importante, mas muito mais importante é NUNCA deixar de cruzar informação com mais do que uma fonte.

3. As fontes tanto podem ser oficiais - como os comunicados da PJ ou da PSP a que toda a gente tem acesso – ou, então, cada jornalista tem as suas próprias fontes. De que forma é que se podem complementar?

As fontes próprias permitem ao jornalista trazer valor acrescentado ao trabalho. Permitem que se dê mais informação que a maioria. Sobretudo as fontes pessoais permitem conseguir a informação que por regra as fontes oficiais procuram esconder.

4. O facto de as notícias se viverem cada vez mais ao segundo, traz complicações quando diz respeito a confirmar dada informação com várias fontes? No sentido de “tem de se dar já a notícia”.

Sem dúvida quem sim, mas se cedermos a pressão corremos o risco de começar a dar informações erradas e isso é desastroso para a credibilidade do jornalista. Muitas

vezes acredito nas notícias em função de quem as assina. A credibilidade de um jornalista é tudo.

5. É frequente tentarem enganar o jornalista? Uma fonte que acaba por passar informações falsas? Se sim, como se lida com isso?

Há quem tente enganar jornalistas, há quem "engane" ainda que não intencionalmente. As vezes há falhas de comunicação. Aprendi com os mais velhos uma regra de ouro: não há fontes mas o que há é maus jornalistas, porque não confirmam devidamente as informações.

6. Imagine que está no terreno, num tribunal ou na cena de um crime, por exemplo. Quem lá está, oficialmente, não pode dar informação. Mas acontece fazerem-no *off the record*, mesmo que não seja uma fonte sua?

Vou responder com um exemplo: durante o interrogatório ao Sócrates uma pessoa no tribunal que eu conhecera naquele dia disse-me que o MP tinha pedido prisão preventiva para Sócrates. Não avancei com a notícia porque não confirmei com mais fontes.

7. Já lhe aconteceu dar uma notícia e isso ser ponto de partida para uma investigação judiciária?

Sim. Um exemplo: Numa peça em que denunciei práticas irregulares por parte do então presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, o visado foi exonerado pelo ministro da saúde e e um processo de inquérito crime foi aberto.

8. Como é que um jornalista lida com o segredo de justiça?

Lidaria melhor se a justiça prestasse mais informação oficial.

9. A coexistência dos objetivos da investigação judiciária com os objetivos da investigação jornalística é problemática? Se sim, quando e porquê? Se não, como é que conseguem coexistir sem problemas?

Quando o jornalista se limita a dar informação que está no processo judicial está a "parasitar" a investigação. Quando investiga por si, até pode originar processos judiciais e auxiliar a investigação da justiça. Divulgar informação que possa prejudicar uma investigação é um mau serviço que o jornalismo presta, mas as vezes nem acontece de propósito.

10. Como é que olha para a relação entre a justiça, por exemplo a nível dos tribunais, e o jornalismo/que problema identifica? Não há salas de imprensa nos tribunais, muitas vezes não há sequer um oficial de justiça que vá falar com os jornalistas. Há uma falha de comunicação?

A comunicação da justiça é regra geral muito deficiente. É uma comunicação reativa (limita-se a maioria das vezes a reagir a notícias) e alarga o âmbito do segredo de justiça ao ridículo. Exemplo: já me recusaram dizer a que horas começou uma diligência, invocando o segredo de justiça.

11. É formada em Direito e costuma cobrir temas ligados à Justiça. Devem ou não existir jornalistas especializados em determinadas áreas, como esta? Se sim ou se não, porquê?

A especialização é fundamental para melhor informar numa área tão complexa como esta. Mas não é obrigatório ter o curso de direito. Quem estudar os assuntos, for curioso, humilde e sempre disposto a saber mais, chega lá.

12. A concreta realização da justiça é diferente daquilo que é a verdade jornalística?

A verdade jornalística deve ser a justiça bem explicada aos cidadãos. Exemplo: podemos explicar que os factos ficaram provados mas o crime estava prescrito e por isso o Arguido foi libertado.

d. Entrevista a Paulo Santos

Chefe de redação do Correio da Manhã. Entrevista realizada por e-mail.

1. De que forma os jornalistas e as fontes oficiais dependem um do outro?

Não há propriamente uma dependência. Quando um jornalista contacta uma fonte oficial (alguém que está autorizado para falar em nome de algo) é para esclarecer dúvidas ou aprofundar determinada matéria com alguém conhecedor do caso ou processo em causa. O interesse do jornalista é dar toda a informação possível aos seus leitores sobre um facto que considera relevante e a fonte oficial tem todo o interesse em que essa mesma informação seja transmitida ao público o mais fielmente possível. O que acontece, por vezes, é que as fontes oficiais não esclarecem, ou não contribuem, com toda a informação que o jornalista necessita para produzir a notícia e, nestes casos, tem de recorrer a outras fontes. Na prática, isto significa que a notícia não fica dependente do que a fonte oficial transmite – caso o jornalista entenda que não é suficientemente esclarecedora. Ou seja, a dependência acaba por ser muito relativa, já eu a notícia – em muitos casos – não resulta apenas daquilo que a fonte oficial diz. Uma realidade que se verifica, sobretudo, em áreas como a política ou a economia.

Já no domínio do crime é um pouco diferente. Aqui, a maior parte da informação recolhida não resulta de fontes oficiais, mas simplesmente de fontes. E neste ponto contexto sim, os jornalistas dependem muito daquilo que as suas fontes lhes transmitem.

2. “Aquele a quem couber prestar esclarecimentos deve ter um razoável conhecimento dos factos em investigação, das implicações jurídicas da matéria em causa e, finalmente, da comunicação pública. Deve, por isso, a meu ver, ser um magistrado ou um polícia, ainda que, porventura, auxiliado por um profissional de comunicação social”, Pedro do Carmo. Concorda? Porquê?

Naturalmente. Como disse na resposta anterior, o jornalista contacta as fontes oficiais para esclarecer todas as dúvidas que determinado facto levanta. A principal

preocupação de um jornalista deve ser o de transmitir com rigor e objetividade um determinado facto. Daí contactar quem efetivamente está na posse de todos os elementos e tem autoridade para o fazer.

A questão do ‘profissional de comunicação social’ levantada por Pedro do Carmo também faz sentido. Por dois motivos: primeiro, porque permite descodificar um determinado tipo de linguagem que ao público (e aos próprios jornalistas) soa – em muitos casos – estranha e hermética. Depois, porque nem todos têm a capacidade de comunicar da forma que um determinado acontecimento impõe. Isto poderá resultar mais fácil – em muitos casos – se essa informação for transmitida por um profissional da comunicação.

3. Como é que o jornalista “descodifica” a linguagem institucional das autoridades de forma a ser entendida pelo público?

Contactando quem tem capacidade para o fazer. Advogados, magistrados, políticos, economistas, ordens, sindicatos, constitucionalistas, etc. O importante é que os leitores e o público em geral entendam do que é que se está a falar. E cabe ao jornalista explicá-lo de forma simples e perceptível. Nenhum texto deve ser publicado com termos que o leitor não vai entender – mesmo se corretamente aplicados?

4. Um comunicado da PJ, por exemplo, chega à redação do CM. Que passos são dados desde aí até à publicação da notícia? São pedidos esclarecimentos adicionais à PJ?

O primeiro passo é estabelecer a sua importância. Nem todas as notícias têm a mesma relevância, naturalmente, pelo que temos de definir o espaço que lhe vamos atribuir. Quando entendemos que é suficientemente importante para ter lugar de destaque numa página do jornal, o passo seguinte é contactar a PJ para obter informação adicional. Mas podemos - e devemos – ir mais longe, se for realmente uma notícia relevante, contactando não apenas outras fontes ligadas ao processo como ir ao terreno explorar todos os ângulos da mesma e ouvido quem, de uma forma ou de outra, poderá estar ligado a ela.

5. Por norma, os comunicados são o ponto de partida da notícia ou apenas a confirmação daquilo que já obtiveram com outras fontes?

Há casos em que os fatos constantes nos comunicados já foram noticiados no jornal. Pode haver um dado ou outro novo e, assim sendo, atualizamos a informação. Isto tem a ver com o facto de os comunicados da PJ ou de outras forças policiais não se reportarem normalmente a notícias do dia ou, às vezes, até da véspera. Por exemplo, aos fins-de-semana não há comunicados. Muitos do que chegam na segunda-feira são de acontecimentos de sexta-feira, sábado ou domingo.

Mas, em muitas situações, os comunicados são o ponto de partida para as notícias.

6. Porquê as rondas na secção Portugal?

A maioria das notícias de uma secção como o Portugal – que vive do momento, dos acontecimentos do dia – resulta das rondas. Primeiro, permite-nos saber, quase em tempo real, o que se está a passar em todo o País nas matérias trabalhadas no Portugal. E, tendo conhecimento dos acontecimentos no momento exato em que eles acontecem permite trabalhá-los melhor, quer enviando jornalistas para o local, quer trabalhando a partir da própria redação. Sem as rondas a secção de Portugal não faria sentido.

7. Deve ou não haver jornalistas especializados, como por exemplo, jornalistas judiciários?

Talvez por estar na profissão já há alguns anos, sou contra especializações de um modo geral. Admito uma ou outra exceção (no caso do desporto ou da cultura), mas sou da opinião que um bom jornalista é bom em qualquer matéria. E tenho conhecido excelentes jornalistas que atravessaram várias áreas imprimindo sempre grande qualidade aos seus trabalhos.

É evidente que o facto de estar mais ligado a uma matéria do que a outra permite-lhe entendê-la melhor, dominar conceitos criar fontes. Mas não deve

focalizar-se apenas nesta ou naquela área, pois fica muito limitado. A polivalência é importantíssima nas redações de hoje. Permite-nos ajustar o dia a dia com a realidade presente sem que isso se reflita no produto (qualidade) final.

8. O que é que falhou no “Arrastão de Carcavelos” ?

Este é um bom exemplo para falar de fontes - oficiais ou não -, da necessidade de ir ao terreno, independentemente da informação que chega à redação e da importância das rondas. Mas primeiro, os factos: um grupo indeterminado de pessoas instalou o pânico na praia da Carcavelos roubando os banhistas e levando tudo o que encontrava pela frente (um tipo de informação que seria possível obter numa ronda, embora só no local e numa fase posterior se conseguisse apurar a verdadeira dimensão do caso).

Mas é evidente que alguma coisa falhou. Basicamente, penso que a polícia terá minimizado a questão e os jornais terão ampliado o que se passou. A polícia minimizou por dois motivos: primeiro, porque o número de queixas apresentado não era minimamente consentâneo com os relatos. Depois, por uma questão de alarme social - viviam-se tempos agitados, com referências diárias de atos de pequena criminalidade praticados em grupo.

Quanto aos jornais, fizeram o seu trabalho a partir dos relatos de quem estava na praia e viu e eventualmente dos polícias que estavam (ou chegaram) ao local.

Em síntese, houve um arrastão mas, provavelmente, numa dimensão muito inferior ao que foi referido quer em termos de vítimas que no número de elementos que compunha o grupo.

A 'falha', na minha opinião, residiu de a polícia ter negado a existência do 'arrastão'. Mesmo se a palavra fosse excessiva em relação ao que se passou, deveria ter admitido de uma forma mais frontal a situação de pânico que se instalou na praia e os atos cometidos por aquele grupo de pessoas. Porque não é possível dizer que houve pouco ou nada, quando havia relatos de tanta gente a dizer o contrário. Mais: a própria polícia destacou para o local um amplo contingente logo que foi conhecido o caso.

e. Entrevista a Carlos Anjos

Antigo inspetor da Polícia Judiciária. Entrevista presencial.

1. Alguém detido pode funcionar como fonte e/ou informador?

O arguido recorre sempre àquilo que é melhor para ele. Se for melhor para ele ter a possibilidade de ter uma pena mais reduzida, se colaborar com a justiça, então ele colabora com a Justiça. Por exemplo, o caso de João Perna, motorista de José Sócrates, que passou de prisão preventiva para prisão domiciliária. O único dado diferente aqui é que ele colaborou com a justiça, quando no primeiro interrogatório se tinha recusado a fazê-lo.

Na fase pré-tribunal, na investigação criminal, muitas vezes há claramente uma negociação. A polícia dispõe de uma faculdade que é o princípio da oportunidade do direito de mitigar. Por exemplo: se eu andar a seguir uma rede de tráfico de droga, posso ver três ou quatro negócios e não atuar se estiver à espera de fazer detenções em maior escala, de um negócio com mais quilos. Ou seja, permite atuar quando é melhor para a investigação. Por outro lado, também permite recorrer ao elo mais fraco da rede, que a partir de dado momento quase que passa a trabalhar como agente infiltrado. Ou seja, a PJ tem no seu raio de ação uma quantidade de pessoas, que estando do lado de lá do crime, fornecem informações.

Se a pessoa que se dedica ao pequeno furto me der algum tipo de informação de pessoas que fazem assaltos à mão armada, que assaltam ourivesarias, por vezes há uma certa condescendência – não com o crime porque se o vir sou obrigado a atuar mas há quase a obrigatoriedade da recolha de informação. Uma polícia sem informação é uma polícia inativa. É claro que a polícia serve-se dos arguidos e eles servem-se da polícia. Quando eles dão alguma coisa, nós temos de dar alguma coisa em troca.

2. Como se convence estas pessoas a colaborar com as autoridades?

Eu nunca confio, nem nunca confiei, em nenhum informador. Acho que o informador é a arte mais desprezível que há no mundo do crime, é alguém que renega aquilo que andava a fazer. E, portanto, acho que é um traidor. E quem trai as pessoas com quem trabalha e depois se passa para o nosso lado, na primeira oportunidade, se nos puder trair, trai também. A primeira regra que aprendemos na escola da PJ é confiar nunca nos informadores.

Há diversos casos na polícia em que os informadores se passaram para o lado da polícia e depois fugiram. O polícia nunca pode perder a natureza de que aquela pessoa é um criminoso, não estamos do mesmo lado, a polícia está a fazer um trabalho em prol da Justiça e ele está a fazer um trabalho de beneficiar a sua posição no processo e safar-se.

Acontece algumas vezes o polícia perder a noção de que a pessoa que está a colaborar é um criminoso e passa a tratá-lo como um igual e isso tem tudo para correr mal. Primeiro, é preciso fazer perceber ao informador que a investigação é dirigida pela polícia e não pelo criminoso. No grande gripe – tráfico de drogas e de armas – o informador tenta marcar o compasso da investigação, como os locais e as datas dos encontros. E isso nunca pode acontecer. Os encontros ocorrem no espaço que a polícia quer porque isso é determinante para que as coisas corram bem. E também é uma forma para fragilizar os criminosos, visto que não estão no espaço deles. É preciso escolher sítios em que haja pouca gente para não haver danos colaterais, caso haja complicações. E nunca devemos deixar o criminoso contactar a rede de bandidos sem estar devidamente acompanhado pela polícia. Se eu me encontrar com um informador nas Amoreiras, por exemplo, a seguir ele deve ser seguido por uma equipa para saber para onde ele vai. Será que ele vai levar a informação que recebeu aos outros?

Há dez anos tivemos um caso com a maior rede turca de tráfico de droga em Portugal. O líder da rede cá era português, foi detido e conseguimos que ele passasse a trabalhar com a polícia. Ele ia encontrar-se com os turcos e eles queriam que ele fosse sozinho. Então, a PJ foi ao hospital para lhe engessar a perna e o braço para fingir que ele os tinha partido. Assim, um de nós podia ir como motorista dele, para no encontro justificar a presença de outra pessoa.

3. Que garantias dão as autoridades para os informadores colaborarem?

Se for antes do processo, poderá haver algum tipo de condescendência, no caso de pessoas que cometem pequenos crimes, não frontal. Se o processo estiver em tribunal, há especial atenuação da pena. Imagine: alguém comete um crime e passa a querer colaborar com a Justiça, é condenado a dez anos mas a pena pode ser atenuada para três anos e pena suspensa, por exemplo. E também temos informadores pagos. Se houver um crime de homicídio num determinado sítio e nós não tivermos a mínima ideia do que aconteceu, se houver alguém que diga que sabe quem foi o autor e afirma que tem forma de o provar mas quer x dinheiro, então temos um fundo que permite pagar isso.

4. Nunca foram enganados?

Nunca houve um negócio, pelo menos de que eu tenha conhecimento, em que se tivesse pago primeiro.

5. Quanto podem chegar a pagar?

Depende do tipo de caso e de informação. Uma informação certa quanto ao violador de telheiras, por exemplo, podia levar a um valor que sobre um violador isolado não levaria nunca.

6. Existe um cruzamento de fontes entre a PJ, a PSP e a GNR?

O mundo das informações é um meio muito restrito, é um pouco como no jornalismo. Ou seja, nunca ninguém quer dar as suas fontes à morte. Quanto muito posso dar a informação mas não o informador. E já aconteceu na PJ alguém ter um informador muito bom em relação ao tráfico de droga e esse informador gozava de alguma impunidade por ser o melhor informador daquela equipa. E acabou por ser preso por outra equipa da PJ, noutra processo, porque não faziam a mínima ideia que ele era um informador.

No entanto, quando vamos ao terreno e temos de sair da grande cidade onde estamos sediados e precisamos de ir ao bairro, falar com a PSP ou com a GNR porque precisamos de informação da pessoa A ou X, eles até nos dizem que têm um determinado informador e vão ver o que conseguem. Mas o informador não nos dão.

7. O jornalista também pode funcionar como fonte da Polícia Judiciária?

Acho que sim. Há jornalistas que acham que os polícias são fontes deles. E há polícias que acham que os jornalistas são fontes deles. Eu acho que são as duas coisas e é uma relação muito democrática. E antes de ser meu amigo, é jornalista. Aquilo que eu não quero que eles, jornalistas, saibam não digo. Eu sei que todas as conversas, entre mim e um jornalista, que tiverem interesse para a sua profissão, vão ser utilizadas.

O jornalista tem acesso a fontes e a informações que nós não temos porque nós temos um estigma que os jornalistas não têm. É muito mais fácil um jornalista chegar à fala com um 'tipo' que matou alguém e está fugido. Ele sabe que o polícia prende-o e o jornalista não.

E existe outra coisa: eu necessito de provar as informações que tenho em tribunal. A informação que eu tenho, enquanto polícia, não me serve para nada, para fazer um texto bonito. Zero. Ou eu sustento aquela informação em tribunal com provas para que a pessoa seja acusada ou, então, não me serve para nada. A informação para o jornalista não precisa do grau probatório de que a polícia precisa. A relação entre jornalistas e polícias tem de ser honesta, cada um tem de saber o seu papel.

8. E é honesta?

Acho que a Justiça ainda não aprendeu a tratar com lealdade o jornalismo. O tempo da Justiça é diferente do tempo do Jornalismo. Por exemplo, Sócrates foi preso e, provavelmente, está acusado daqui a um ano. Isto para o jornalismo é insustentável. O Jornalismo não aguenta, sem dizer nada, um processo desta natureza tanto tempo. E, por isso, estabelecem-se aqui conflitos.

9. Como é que olha para as fugas de informação?

Normalmente, a investigação é muito boa a guardar o segredo da investigação até ao momento em que lhe interessa. Os processos tornam-se públicos, não por iniciativa da investigação mas por iniciativa da defesa. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Quando começamos a investigar os processos, eles chegam a estar um ano sem ninguém saber deles. O processo passa por muita gente e há de haver alguém que fale. Às vezes ainda não chegamos ao sítio das buscas e já lá estão os jornalistas. Do meu ponto de vista, toda a gente fala.

No entanto, acho que há choques térmicos na investigação que têm de ser feitos assim. Se ela estiver inquinada, se estiver a investigar um caso recente, a fuga de informação pode estragar-me a investigação. Por exemplo, se eu tiver uma escuta telefónica, o normal é que os arguidos falem do caso que passou há pouco tempo. E se souberem que há uma investigação calam-se. Por outro lado, se for um crime de corrupção que aconteceu há quatro ou cinco anos, ninguém está agora a falar sobre isso. Por isso, pode haver a necessidade de trazer o tema à imprensa para que os envolvidos se voltem a lembrar dele e falem sobre o assunto. E isso acontece. Eu necessito de abanar a árvore para ver se cai alguma maçã.

É frequente usar-se o jornalismo para o fim que se pretende e consciente de que se pode estar a enganar o jornalista. Conheço casos em que estamos quase à beira da detenção de uma determinada pessoa e depois sai uma notícia de que o suspeito de determinado crime não é aquele mas é outro. Ou que a polícia não tem nada. Isso enfraquece as defesas da pessoa que está ser procurada.

10. Considera que os tribunais prestam a informação necessária ou deveriam fornecer mais dados?

Acho inadmissível que os tribunais portugueses não tenham uma sala para a imprensa. Dar condições de trabalho aos jornalistas é uma forma de os controlar. Não me parece que seja violador do segredo de justiça haver pontos de situação de x em x horas. Isso evitaria especulação.

11. E tal não acontece porquê? Tem ideia?

A Justiça ainda é muito formalista, muito ritualista. E, acima de tudo, acho que a Justiça ainda não tem muito respeito pelas pessoas – nem pelas que vão ao tribunal, nem pela sociedade. Isto é um ato de comunicar com a sociedade. Vejamos o caso dos Vistos Gold ou o do Sócrates: A Justiça tem a obrigatoriedade de perceber que aquilo é um caso nacional. O país parou à frente dos telejornais. O dizer às pessoas o que está a acontecer dentro do tribunal não viola o segredo de justiça, não é informação do processo. Assim, cada um diz o disparate que quer.

Acho que é um erro o despacho do Juiz Carlos Alexandre, no caso Sócrates, não ser do conhecimento público. O que é que pode atazanar a investigação? O arguido e as pessoas a ele ligadas. A promoção do Ministério Público das medidas de coação é dada a todos os arguidos. O despacho do juiz também é dado a conhecer. Se as partes do processo sabem, qual é a razão de o despacho não ser divulgado para todos nós? Se isso acontecesse, já sabíamos se Sócrates estava a mentir ou não e tirava o ruído completo à comunicação.

A Justiça não está preparada para o século em que vive. A seguir, para anular a especulação vai ter que se dizer mais. Quem decide a Justiça decide com base numa sociedade que está desatualizada. Dá até uma sensação de terceiro mundo. As pessoas têm de comunicar e a Justiça comunica muito mal.

12. Do seu ponto de vista deveria existir um jornalismo judiciário? Os jornalistas deveriam ter mais formação na área da Justiça?

Era obrigatório. Nos últimos anos o jornalismo perdeu especialidade. Os cursos superiores não dão nenhuma experiência de vida. Às vezes fico chocado com a falta de conhecimento jurídico dos jornalistas que falam sobre Justiça. Às vezes o problema é levantado por não se perceber os meandros. E também acho que os jornalistas não procuram ações de formação.

13. O que é, para si, a concreta realização da Justiça?

Não existe concreta realização da justiça. Justiça haveria se não tivesse havido crime porque se corre sempre atrás de um prejuízo que é irrealizável. A justiça visa apenas reparar casos, não visa mudar sistemas. Para a polícia que prendeu o homicida, a Justiça está feita mas para os familiares que perderam aquela pessoa, a Justiça nunca é feita. Se a componente indemnizatória for paga, continua a não ser feita Justiça. Nós nunca chegamos à verdade absoluta daquilo que se passou, nós chegamos à verdade material, que é aquela que é possível provar. Há uma distância sempre muito grande entre a verdade material e a verdade absoluta. A investigação criminal é tentar reconstruir o facto que se passou.

No caso meco, alguma vez alguém saberá o que se passou? Só saberá João Gouveia, o único que sobreviveu daqueles que estavam na praia. Podemos ter dúvidas e noções mas ele é o único que sabe a certeza. Construiu a versão dele, que é a que contou à polícia.

Se me falar da justiça enquanto paradigma da reparação total do dano cometido, não acredito. Acho que é uma reparação mínima do que acontece. Tenho dúvidas que se faça ressocialização nas cadeias mas o princípio que está ali é devolvê-lo a outra pessoa à sociedade. Como o dano dificilmente é reparado, a Justiça nunca se fará.

f. Entrevista a Rui Pereira

Antigo ministro da Administração Interna. Entrevista presencial.

1. Como é que vê a relação entre os media e a Justiça?

Os media podem desempenhar um papel muito positivo em relação ao sistema de justiça. E, em alguns casos, também perturbar o seu funcionamento. Nos últimos quarenta anos, a justiça tornou-se mais acessível aos cidadãos – antes era uma relação muito distanciada, as pessoas não percebiam muito o que se passava nos tribunais ou

o que diziam os magistrados ou os advogados. OS media têm facilitado essa aproximação e essa compreensão: inúmeros programas em TV, rádio, acerca de temas de justiça. Professores de direito, juízes e magistrados que comentam casos sem violar os seus direitos de sigilo.

Em alguns casos, a situação é um pouco mais tensa porque os jornalistas não se movem pela mesma lógica que os tribunais. O dever dos jornalistas é informar e não são muito impressionados pelo segredo de justiça e procuram informar o público o mais depressa possível. São dois tempos diferentes e dois objetivos diferentes. E, muitas vezes, os tribunais retraem-se aos media porque têm medo de se expor em demasia e de violar o segredo de justiça. No entanto, há uma aprendizagem que os tribunais têm de fazer: não se pode continuar a considerar o sistema de justiça como uma espécie de torre de marfim, que se possa isolar dos media com um cordão humanitário. Os tribunais têm de aprender a comunicar com o público através dos media.

2. Os tribunais são eficazes a comunicar?

Há muito pouca informação e muito pouca informação qualificada. O tribunal podia ter porta-vozes. Não tem muito sentido, nos casos mediáticos, colocar um funcionário de justiça, sem experiência no contacto com os media, a dar informações. Valia mais haver um porta-voz, que pode ser um magistrado, desde que tenha uma certa vocação para contactar com os media.

3. Como encara as violações do segredo de justiça?

O que me preocupa não é só o problema das violações do segredo de justiça, é o problema do âmbito. O segredo de justiça tem de ser muito restringido. Não podemos colocar a justiça fechada numa gaveta a sete chaves. O segredo de justiça deve ser reservado para situações em que realmente se justifica. No caso Sócrates não há nenhuma razão para todos nós não sabermos o que diz o despacho aplicação da medida de coação, porquê? É conhecido pelo próprio, pelo Ministério Público, pelo juiz. Qual é o interesse em o manter secreto? Nenhum. O bom nome do arguido é

protegido pelo segredo deste despacho, quando já toda a gente sabe que está preso preventivamente, que lhe são imputados crimes de fraude e branqueamento de capitais? Não. Só se deve sujeitar a segredo de justiça aquilo que é imprescindível para garantir o êxito da investigação ou a intimidade das pessoas.

4.O Jornalista pode funcionar como fonte das autoridades?

Há inúmeros casos de jornalismo de investigação, em que é o esforço do jornalista que desencadeia processos judiciais. Muitas vezes, as denúncias da comunicação social levam à instauração de processos criminais e esse é um papel positivo da comunicação social, no seu direito e dever de informar. Em Portugal, vigora o princípio da legalidade: sempre que o Ministério Público adquiere conhecimento da prática de um crime – como possível – deve instaurar um processo.

É evidente que na comunicação social há jornalistas especializados em matérias de segurança e criminais e têm a sua carteira de fontes, que pode ser melhor ou pior recheada. Quer nas forças de policia criminal, quer nos serviços de informações, isso acontece. Claro que é um jogo complicado, muitas vezes não se percebe se é o policia que lucra com as informações do jornalista ou o jornalista com as informações do policia. Em certas situações a informação é complementar e há um conhecimento da realidade que forma uma espécie de puzzle. Há muitos jornalistas que têm muito conhecimento e funcionam, verdadeiramente, como fontes de polícias e dos agentes dos serviços de informações. Várias situações dessas dão uma relação ambivalente – uma espécie de interesse recíproco.

5. Que cuidados se deve ter com as fontes no âmbito da investigação judiciária?

Há uma preocupação do cruzamento de fontes e um dos perigos é uma intoxicação com uma fonte que é única e que é camaleónica, que veste roupagens diferenciadas. Se me disser que um presidente de câmara é corrupto, eu registo essa informação, vale o que vale se for vaga. Mas se me disser que enriqueceu, que tem uma vivenda no Estoril devido a um loteamento, a notícia ganha mais credibilidade. Mas se eu for polícia, vou procurar cruzar essa informação com outras que tenham

autonomia – sejam informadores, ou sejam fontes que podem vir na internet. Devemos ter cautelas: cruzar informações e verifica-las. Por natureza, os agentes são desconfiados e devem sê-lo. E devem ser como uma folha em branco, sem pré compreensões ideológicas, manter um certo distanciamento.

6. Há condescendências para os detidos que colaborarem com a investigação?

Em Portugal vigora o princípio da legalidade. No processo o Ministério Público não pode isentar de responsabilidade criminal quem quer. No entanto, há já no direito português certos esquemas para favorecer a figura do arrependido, por exemplo no domínio do terrorismo. Pertencer ao Estado Islâmico já é crime mas se vierem para Portugal e se arrependerem e abandonarem a organização, podem ser isentos de pena. O mesmo com as associações que se dedicam ao tráfico de droga. Essas pessoas podem tornar-se informadoras.

7. Em que situações se recorre aos agentes encobertos?

Só pode recorrer a agentes encobertos a Polícia Judiciária – em ações inseridas na investigação criminal. Em Portugal há algumas pessoas que podem ter um documento de identificação verdadeiro com um nome falso – agentes da PJ, agentes de serviços de informação e testemunhas em programas de proteção.

8. Que outras fontes pode ter a investigação judiciária?

Que outras fontes? Todas. As fontes abertas são a comunicação social e a internet, por exemplo. A internet dá um manancial de informação inesgotável, em matéria de terrorismo, de recrutamento, em matéria de crimes sexuais contra crianças, por exemplo. Há também meios de recolha de prova intrusivos como as intercepções telefónicas. As fontes humanas são centrais mas na investigação criminal a intercepção das comunicações tem uma importância crescente, o telemóvel veio introduzir uma grande revolução nas comunicações pessoais e isso, em alguns casos, facilita a investigação. As pessoas deixam rasto daquilo que fazem.

9. O que é, para o professor a concreta realização da Justiça?

A palavra justiça pode escrever-se com ‘j’ minúsculo ou com ‘J’ maiúsculo. A grande justiça é a que se escreve com ‘j’ minúsculo e a pequena Justiça a que se escreve com maiúscula. Justiça é sinónimo de tribunais, a pessoa comparece perante a Justiça. A justiça é a distribuição pelas pessoas daquilo que lhes é devido. A Justiça é um sistema que deve fazer coincidir o direito com a justiça com ‘j’ minúsculo E isso nem sempre acontece.

Uma norma jurídica que admita a tortura nem sequer é norma jurídica, para além de ser imoral. Acho que essa coincidência essencial entre o direito e a moral existe e acho que o papel dos juízes, por exemplo, para citar um grande filósofo do direito, é o de fazer coincidir o direito com a moral social, que é reconhecida pela comunidade.

g. Entrevista a Pedro do Carmo

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária. Entrevista presencial.

1. A Polícia Judiciária emite comunicados para as redações dos jornais e das agências.

Quem os deve redigir?

Nos dias que correm é de facto de uma enorme responsabilidade. Uma palavra errada pode ter consequências graves e exige, cada vez mais, especial cautela por parte de quem assume a responsabilidade de comunicar em nome das instituições.

Essa comunicação tem de ser tão cuidada quanto possível e esse cuidado só é possível ser tido, de facto, por quem dominar o tema e isso significa dominar os canais de comunicação, a linguagem e numa instituição que lida com matéria tão sensível como a investigação criminal dominar também o conteúdo da comunicação. Isto é, quem comunica o que pode comunicar, como e quando. Podem colidir vários interesses – o da comunicação, o da opinião pública em saber o que se passa o interesse da própria instituição em transmitir uma imagem que corresponda à imagem

que tem de si própria. Também é preciso algo que nos aguice a cautela, que nos coloque atentos quando comunicamos e esse factor é a responsabilidade.

De uma comunicação errada e inapropriada podem resultar graves problemas para o autor da comunicação ou para o responsável da instituição. Por isso, é importante que essa comunicação esteja nas mãos de quem, de facto, mais riscos corre. Daí que não seja a mesma coisa ter um inspetor a assumir a comunicação e ter um diretor. Se o inspetor ou outro funcionário se enganar a responsabilidade é pedida ao seu responsável. A comunicação deve ser assumida por quem tem as mãos na massa e a cabeça no cepo – ou seja, alguém que domine a matéria e alguém que, se as coisas correrem mal, fique sem cabeça.

2. O mesmo acontece com as conferências de imprensa?

Sim. Se quem for lançado para a frente dos microfones for alguém que foi ‘brefado’ mas a quem não deram a conhecer tudo, então temos dois cenários: ou é uma comunicação seca – não perguntem mais nada, limita-se a dar uma cara ou uma voz – ou se disser demais, pode colocar em risco a investigação ou pode estar a violar o segredo de justiça sem ter consciência disso. A partir do momento em que sai o comunicado, as autoridades são autorizadas a designar alguém para prestar declarações – caso das televisões e da rádio que precisam de imagem. Mas as declarações têm de se restringir ao comunicado. As informações são sempre para ontem. Nós também temos que compreender o vosso papel e as circunstâncias em que se movem. Sempre que possível tentamos não deixar de atender.

3. Admite que quem comunica na Polícia Judiciária possa ser auxiliado por profissionais da comunicação social?

Não é tarefa que possa ser facilmente delegada ou confiada em que não tem por função compreender o todo. Eu acho que é importante que esse auxílio ocorra e de alguma forma já acontece – temos um gabinete de imprensa – esse suporte de assessoria é importante. O que não me parece já é que deva ser confiada a uma pessoa com formação jornalística. Não podemos ter a ideia de que contratando um

jornalista para o gabinete de imprensa podemos dormir descansados porque temos alguém que fala a mesma linguagem.

O primeiro risco é o de que o jornalista pode conhecer a cultura e prática jornalística mas já não conhece tão bem a da instituição e ele vai trabalhar para a instituição, não vai trabalhar para os jornais. Temos que perceber se nos colocamos no lugar de quem vai comunicar ou de quem recebe.

4. Defende um jornalismo especializado, um jornalismo judiciário, em nome do rigor da informação que é prestada acerca da atividade das polícias?

A investigação criminal tem especificidades jurídicas muito próprias. Há matérias que exigem conhecimento técnicos e jurídicos – e, por isso, a formação dos jornalistas nesta matéria era importante. Não havendo essa preparação, o jornalista usa o senso comum e isso não chega. Com certos jornalistas tenho que ter mais cautela do que com outros que eu sei que conhecem e dominam a matéria.

5. Essa cautela está patente nos comunicados de imprensa?

Todos os comunicados são por mim aprovados e só depois divulgados. A nossa cautela é a de que a linguagem seja suficientemente clara e rigorosa sem ser excessivamente técnica. Linguagem simples, correta mas também acessível.

Tudo o que permita identificação da vítima e do autor – estão excluídos nomes e moradas e a identificação da localidade é de tal forma que não permita mesmo identificar. Tudo é ponderado. Omitimos referência à raça e à religião. Mesmo em relação ao crime –evitamos pormenores que possam identificar vítima e autor.

O que é que o comunicado pretende em teoria? Divulgar a ação da Polícia Judiciária, não pretende dar notícia do crime, nem da resolução. Pretendemos é divulgar o nosso trabalho.

6. Depois da emissão do comunicado, costumam receber pedidos de esclarecimentos por parte dos jornalistas?

É frequente! Os comunicados são parcos em pormenores e há vontade de saber mais. Em regra, há sempre esse interesse em saber mais qualquer coisa.

7. E ligarem antes mesmo do comunicado, já com conhecimento da notícia?

É, pode acontecer. E, nesse caso, não comentamos. O comunicado para nós é relevante. Se for um facto óbvio, mesmo não havendo comunicado, não vamos negar. Por exemplo: um ataque à bomba no Rossio. Mas noutras circunstâncias posso nem comunicar a existência/essência da investigação.

8. Como lidam os jornalistas com o segredo de justiça?

Muitas vezes o jornalista aceita o “embargo” por saber que pode prejudicar a investigação. Há uma aceitação dessa necessidade, que também só acontece se for uma relação leal . – **E é leal?** – É, é leal. Os jornalistas que nos contactam são sempre os mesmos. Habituarão-se a respeitar a nossa profissão, sabendo que nós também respeitamos a deles. Quando chegamos ao momento de divulgar o comunicado já não há risco para a investigação – quando está em risco não fazemos comunicado.

9. O jornalista pode funcionar como fonte para Polícia Judiciária?

Por vezes somos confrontados com a essência de um crime através da comunicação social. Há também alguma reciprocidade, não intencional, evidente. Temos que reconhecer que, por vezes, é graças ao trabalho do jornalista que se conhecem informações relevantes.

As pessoas ligam primeiro para jornal do que para polícia. E isto acontece por várias razões – (sem nenhuma certeza) – vontade de protagonismo; vontade de condicionar a investigação; tentar obter ganhos políticos ou de outra natureza;

10. De que forma os jornalistas e as autoridades dependem uns dos outros?

O jornalista não pode fazer o trabalho da polícia e a polícia não pode fazer o trabalho do jornalista – só pode redundar em mau resultado, para ambas as partes. Uma confusão de papéis e logo à partida coloca-se em causa o êxito da investigação. O jornalista não está impedido de colaborar com a investigação mas não como jornalista.

h. Jornal Correio da Manhã

ESTA TERÇA-FEIRA JACKPOT € **51.000.000**

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro milhões

DEFESA

Negócio de Portas arruína estaleiros

PÁG. 24

SEGUNDA-FEIRA 16/12/2013 € 0,90 (C/V/A)

CORREIO da manhã

www.cmjornal.pt

Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

Grátis HOJE NÃO PERCA

'CORRIDA DE CAVALOS'

DIVIRTA-SE COM ESTA OFERTA PARA TODA A FAMÍLIA

15 JOGOS GRÁTIS ENTREGUES AOS DOMINGOS E 2.ª FEIRAS COMO O SEU CORREIO DA MANHÃ

ONDA ARRASTA SETE ESTUDANTES

■ **Alunos da Lusófona** estavam sentados no areal quando foram levados pelo mar

■ **Cada um representava** um curso da universidade no Conselho da Praxe PÁGS. 4 A 11

SOBREVIVENTE	MORTO	DESAPARECIDOS
 JOÃO MIGUEL GOUVEIA	 PEDRO TITO NEGRAO	 TIAGO ANDRÉ CAMPOS
		 CATARINA SOARES
		 ANDREIA REVEZ
		 CARINA SANCHEZ
		 JOANA BARROSO

EMIGRAÇÃO

Meio milhão deixa País

PÁG. 19

PETER O'TOOLE

Morreu Lawrence da Arábia

PÁG. 43

OLHANENSE 2 | 3 BENFICA

Vitória salta do banco

■ **Encarnados** estiveram a perder por duas vezes mas deram a volta PÁGS. 26 E 27

FC Porto afasta crise e vence Rio Ave (3-1) PÁGS. 28 E 29

MANDELA

Sepultado junto aos pais

PÁG. 37

ARGUIDO DO BPN

Queimado em 30% do corpo

PÁG. 15

Calife

Entrada de Benfica, 403

T. 217 785 030

www.calife.com.pt

AreaGest XXI

www.areagestxxi.com

Consultores no sector da restauração, nomeadamente:

- Aquisição e venda de negócios
- Acompanhamento de projetos
- Apoio ao início de projetos empresariais

Av. Almirante Reis, n.º 28, 1.º/2.º do 1150-018 Lisboa
Tel. 21 812 04 75 - Tim. 96 144 74 27
E-mail: geral@areagestxxi.com



SESIMBRA ■ JOVEM QUE ESCAPOU À MORTE JÁ FOI OUVIDO PELA POLÍCIA MARÍTIMA

Onda arrasta sete



■ Representavam cursos da Lusófona no Conselho Oficial da Praxe Académica. Um dos estudantes sobreviveu, um morreu e cinco estão desaparecidos

EM ANEXO: P. 10

■ **MAGALI PINTO/JOÃO C. RODRIGUES***
TEXTOS **PEDRO CATARINO** FOTOS

Sentados no areal da praia do Moinho de Baixo, no Meco, Sesimbra, os sete estudantes universitários foram surpreendidos por uma onda e acabaram arrastados, na madrugada de ontem.

Apenas João Gouveia, de 23 anos, conseguiu sair da água. Os outros não resistiram à fúria da onda. O corpo de Pedro Negrão foi encontrado já de manhã, com uma fratura na coluna cervical. Joana Barroso, Carina Sanchez, Catarina Soares, Andreia Revez e Tiago André, na

casa dos 20 anos, continuavam ontem à noite desaparecidos.

Cada um dos jovens representava um curso da Lusófona no Conselho Oficial da Praxe Académica, e estariam na praia do Meco a cumprir uma atividade, daí estarem vestidos com o traje académico. Vários agentes da Polícia Marítima estiveram ontem de manhã na casa arrendada pelos jovens na localidade de Aiana de Cima, a poucos quilómetros da praia. Um morador disse ao **CM** que já

na noite de sexta-feira tinha visto os jovens a passear a pé no areal, tal como na madrugada de ontem, quando acabaram engo-

lidos pelo mar. As causas da tragédia estão a ser investigadas.

Os pais e amigos das vítimas foram sendo avisados ao longo da manhã de ontem e estão inconsoláveis. “Eu quero a Carina de

volta. Isto não pode estar a acontecer”, gritava a mãe de Carina Sanchez, auxiliada pelos psicólogos do INEM, que se

Estudantes estavam vestidos com o traje académico

AS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

TIAGO ANDRÉ CAMPOS



ANDREIA REVEZ



CARINA SANCHEZ



JOANA BARROSO



CATARINA SOARES



PEDRO TITO NEGRÃO



(Encontrado morto)



mantiveram no local durante todo o dia a apoiar as famílias.

Os sete amigos foram para Sesimbra na sexta-feira e pretendiam ficar até ontem numa casa arrendada. Mas o fim de semana acabou em tragédia. Foram vistos pela última vez, cerca da 01h00, a seguir a pé em direção à praia do Meco.

Hoje, as buscas pelos cinco amigos continuam com vários meios por terra, água e ar.

Os agentes da Polícia Marítima estão ainda a tentar avisar todos os familiares das vítimas. ■

*COM A.I.F./A.S.A./C.S./D.P./P.P.S./S.G.C.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL



SOBREVIVENTE | HOSPITAL

O sobrevivente da tragédia na praia do Meco foi assistido no Hospital Garcia de Orta, em Almada. João Gouveia teve alta horas depois e contou à polícia o que aconteceu



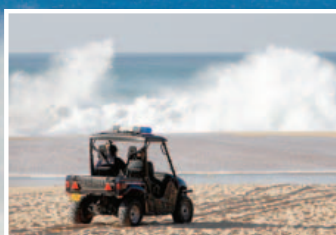
CASA | PSICÓLOGOS DO INEM

Psicólogos do INEM deslocaram-se à casa que os jovens arrendaram em Alfarim para descobrir dados que levassem à identificação dos mesmos e contactar os familiares

MORGUE | PAIS RECONHECEM

Os pais de Pedro Negrão, o jovem que foi encontrado morto ontem de manhã, tiveram de ir à morgue no Hospital de Setúbal reconhecer o corpo do filho

amigos



■ **SOBREVIVENTE.** João Miguel Gouveia foi o único jovem a resistir à força do mar. Foi ele que deu o alerta às autoridades e identificou os amigos desaparecidos.

UM DOS JOVENS TRABALHAVA NUM BANCO

● Pedro Negrão, a única morte confirmada entre os desaparecidos no Meco, acabara de tirar a licenciatura na Lusófona e estava trabalhar no BPI. Um amigo disse ao 'CM' que a vítima "era uma pessoa muito responsável".

OPERAÇÃO POR TERRA DURANTE TODA A NOITE

● As buscas por via marítima e aérea para encontrar os jovens desaparecidos foram suspensas às 18h30. Segundo as autoridades, estava previsto manter o patrulhamento terrestre toda a noite.

■ **MEIOS.** Bombeiros Voluntários de Sesimbra e INEM estiveram todo dia no local da tragédia.



■ **SOFRIMENTO.** A chegada ao local da tragédia foi muito dura para os familiares e amigos dos estudantes. Desesperados, tentavam encontrar uma explicação para o acidente.



Sobrevivente ligou de cabina para dar alerta

● "Quando consegui sair da água, o sobrevivente deu o alerta através do 112. Foi aí que se iniciou toda a operação", disse ontem ao CM Lopes da Costa, comandante do Porto de Setúbal. Ao que o CM apurou, João Gouveia, em pânico, ao perceber que tinha sido o único a conseguir sair do mar pelo próprio pé – e como os telemóveis do grupo teriam sido arrastados pela água – correu para a cabina telefónica instalada na praia e foi desse telefone que ligou para o 112. As buscas por mar, ar e terra começaram logo de seguida – mas só o corpo de Pedro Negrão viria a ser encontrado, já de manhã. ■



■ **DESESPERO.** Os familiares dos jovens não aguentaram o desespero. Foram apoiados pelo INEM e pelos bombeiros.



■ **APOIO.** Amigos e familiares dos desaparecidos apoiaram-se durante toda a tarde, enquanto esperavam novidades.



■ **LÁGRIMAS.** Com o passar das horas e a falta de notícias, os familiares ficaram desesperados e foram apoiados.



■ **ESPERANÇA.** As famílias mantinham durante a tarde uma réstia de esperança de voltar a ver os jovens.



TRAGÉDIA NO MAR

AUTARCA | SEM IGUAL
 O presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Pólvora, não tem memória de um acidente idêntico, apesar de o mar ser muito perigoso



BUSCAS | ALARGADAS
 As buscas pelos cinco jovens desaparecidos são hoje alargadas ao Cabo Espichel. Vão passar também de três para cinco milhas de distância da costa

AJUDA ■ FAMILIARES MANTÊM ESPERANÇA ENQUANTO NÃO HÁ CORPOS

INEM ajuda famílias a entrar no luto

■ Estão no terreno dois psicólogos do INEM e um dos bombeiros

● SARA G. CARRILHO/
 ANTONIO SÉRGIO AZENHA TEXTOS
 PEDRO CATARINO FOTOS

Não há consolo possível para familiares e amigos que esperam e desesperam a olhar para o mar.

Enquanto os jovens estiverem desaparecidos, resta-lhes a esperança. É com estes sentimentos que se encontram as equipas de psicólogos deslocados para o local (dois do INEM e um dos Bombeiros de Sesimbra).

“O apoio psicológico é fundamental para ajudar as famílias a entrarem no luto”, disse ao **CM** Márcio Pereira, coordenador da equipa de psicólogos do INEM, que lembra que a prioridade no terreno “é fazer a triagem dos familiares que possam estar em risco de desenvolver stress pós-traumático”.

“É muito importante a presença de um corpo para ajudar as famílias a entrarem no luto. Enquanto os jovens estiverem desaparecidos, as famílias têm es-

perança”, diz o coordenador nacional do Centro de Apoio Psicológico e de Intervenção em Crise, organismo do INEM que tem 12 profissionais em todo o País e que, dada a dimensão da tragédia, deslocou dois deles para a praia da Aldeia do Meço.

Os psicólogos começaram por se deslocar à casa que os jovens universitários arrendaram, na Aiana de Cima, para recolherem informações que permitissem levar à identificação dos desaparecidos e dos seus familiares. Depois foi montada uma tenda para receber os familiares e fazer um acompanhamento mais próximo. ■

“O apoio é fundamental para ajudar as famílias”

Márcio Pereira



Centro operacional foi montado num parque de estacionamento



Acessos à praia foram fechados para permitir manobras de socorro



CADA JOVEM REPRESENTAVA UM CURSO

● Os jovens que estavam na vivenda da Aiana de Cima não andavam na mesma turma, nem sequer no mesmo curso. Cada um representava um curso da Universidade Lusófona. Joana Barroso frequentava o curso de Serviço Social; Pedro Negrão frequentava Gestão; Tiago André estudava Comunicação Aplicada; Carina Sanchez estudava Design de Comunicação e Andreia Revez Engenharia. ■



GNR ISOLOU ACESSO À PRAIA

● O aparato em torno da praia onde os jovens desapareceram foi tão grande que a GNR teve de isolar totalmente o acesso à praia para permitir a entrada das autoridades na área.

LUTO ACADÉMICO DURANTE TRÊS DIAS

● A Universidade Lusófona manifestou num comunicado o seu pesar perante a tragédia que atingiu os jovens e explicou que foi decretado luto académico durante três dias.

PSICÓLOGOS TÊM FORMAÇÃO EM CRISE

● Os psicólogos do INEM têm formação específica para intervenção em crise. Têm de estabelecer um bom relacionamento com familiares, causar boa impressão e ter empatia.

PESCADOR | **MARÉS VIVAS**

Para Elídio Rodrigues, pescador de 77 anos, "a maré alta, as marés vivas e a lua cheia contribuíram para a grande dimensão das ondas no Meco



ALERTA | **ONDAS DE 4,5 METROS**

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera colocou toda a costa em alerta amarelo devido a agitação marítima. Preveem-se ondas de 4,5 metros na costa ocidental

RESTAURANTE | **PASSAGEM**

O restaurante Onda Azul esteve para ficar de portas fechadas, uma vez que a passagem de clientes estava interdita, mas as autoridades abriram percurso até ao local



PORMENORES

● **RÂQUEBI NO BENFICA**
Andreia Revez é natural de Loulé, onde jogou rãquebi. "Era uma excelente atleta. Jogou aqui no clube de Loulé, depois jogou no Benfica. É um dia triste para o desporto", disse ao 'CM' Paulo Laginha, presidente do Clube de Rãquebi de Loulé.

● **FAMÍLIAS PERNOITARAM**
Alguns familiares passaram a noite no local em duas tendas da Proteção Civil, uma das quais montada para o efeito, ao final do dia. As autoridades criaram o conforto possível, disponibilizando refeições e mantas. As famílias não conseguem afastar-se do local, na esperança de que os jovens apareçam



Tenda acolheu os familiares das vítimas da tragédia

Apoio às famílias

■ Quando as autoridades se aperceberam da dimensão da tragédia, de imediato mobilizaram todos os meios para localizar os jovens desaparecidos no mar e acolher os familiares. Assim, logo pela manhã, foi montada uma tenda para prestar apoio psicológico às famílias dos

estudantes desaparecidos e do colega encontrado sem vida. A tenda foi montada pela Proteção Civil. No seu interior, dois psicólogos do INEM e um dos Bombeiros Voluntários de Semsimbra confortaram as famílias das vítimas desta enorme tragédia no mar da praia do Meco. ■

Uma Mercedes-Benz

Ter um acidente deve ser um pormenor da sua viagem.

Linha Apoio Acidentes - 800 910 900 e a viagem continua.
www.mercedes-benz.pt/linhaapoioacidentes

Mercedes-Benz

TRAGÉDIA NO MAR



MECO | CURIOSOS

Muitos dos curiosos que estiveram na praia do Mecó desmobilizaram com a chegada da noite e a suspensão das buscas aéreas e marítimas



PATRULHAS | COSTA

As patrulhas terrestres são constituídas por três a quatro equipas de dois elementos (bombeiros e polícia). Percorrem a costa com veículos motorizados

BUSCAS ■ VAGAS PODEM ATINGIR OS QUATRO METROS

“Este mar está bravo”

■ Proteção Civil diz que as ondas são traiçoeiras na praia do Mecó e que as correntes são fortes

■ MANUELA GUERREIRO

É muito fácil ser surpreendido pelas ondas na praia do Mecó. As palavras são de Francisco Luís, vereador com o pelouro da Proteção Civil de Sesimbra, que recorda a força do mar que arrastou os sete jovens. “Estava muito bravo. Ali não se pode estar à beira da água desafento. As vagas são muito altas e podem atingir os quatro metros. As correntes também são fortes”, explicou o vereador, em declarações ao **CM**.

“O mar pode parecer que está chão durante quatro ou cinco minutos e, de repente, podem aparecer duas ou três ondas muito grandes e surpreender quem está à beira-mar. É o que deve ter acontecido”, acrescentou Francisco Luís.

O alerta para a tragédia foi dado às 02h25 e as buscas começaram pelas 02h47. O corpo de um dos rapazes foi retirado pelas 07h00. As operações concentraram-se a sul do local do desaparecimento, onde há mais probabilidades de deriva, numa área que começa na Lagoa de Albufeira, a norte, e se estende à praia da Foz, a três milhas da costa. No local estiveram perto de 50 operacionais, entre bombeiros, Proteção Civil, GNR, Marinha, Força Aérea e INEM.

As buscas contaram ainda com um helicóptero, uma lancha Cisne, uma fragata da Marinha e dois semirrigidos.

Meios utilizados

Operacionais	50
Veículos	19
Meios aéreos	1
Meios náuticos	4
Lancha	1
Fragata	1
Semirrigidos	2

Fonte: Elaboração própria

“É muito fácil ser surpreendido pelas ondas”

Francisco Luís



O grupo de sete jovens tem idades entre os 21 e os 25 anos. Um rapaz morreu, outro sobrevive. Quatro raparigas e um rapaz estão desaparecidos.

Sequência da tragédia

- 01h10** Onda atinge o grupo de jovens, arrastando-os para o mar
- 02h25** O único sobrevivente consegue telefonar para o 112 e dar o alerta
- 02h47** Foram iniciadas as buscas
- 03h48** Chega helicóptero da F. Aérea Portuguesa
- 04h50** Instalação do Posto de Comando Operacional na praia da Aldeia do Mecó
- 06h55** Polícia Marítima resgata cadáver do mar

12h00 Mantêm-se operações de busca no local

18h43 Suspensas as buscas marítimas e aéreas. Mantêm-se as buscas terrestres

Buscas 3 milhas de costa

Norte da Lagoa de Albufeira até à praia da Foz

Praia do Moinho de Baixo/Mecó

Aldeia do Mecó

Parque de Campismo

Aiana de Cima

Onde os jovens tinham casa arrendada

Praia da Foz

Praia do Moinho de Baixo

ALDEIA DO MECO

CABO ESPICHEL

SESIMBRA

CORREIO DA MANHÃ

TRAGÉDIA NO MAR



ESTACIONAMENTO | PAGO

O único parque de estacionamento aberto ontem na praia do Meço cobrou um euro a cada automóvel, mesmo os das famílias das vítimas



INVESTIGAÇÃO | CORPOS

Segundo Lopes da Costa, comandante do Porto de Setúbal, os meios estão agora empenhados em encontrar os corpos e só depois em apurar o que se passou

DESESPERO ■ PROFESSORES TAMBÉM SE DESLOCARAM À ALDEIA DO MECO

Colegas em romaria choram na praia

■ Dezenas de alunos da Universidade Lusófona não arredaram pé do areal do Moinho de Baixo

■ JOÃO C. RODRIGUES/
/MAGALI PINTO

De olhos vazios postos no mar e rostos molhados pelas lágrimas, dezenas de colegas dos jovens arastados pelo mar rumaram ontem à praia do Moinho de Baixo e não arredaram pé durante toda a tarde. "Porquê? Porque é que eles vieram para aqui ontem?", gritava uma jovem abraçada a um amigo. Mas ninguém tinha resposta para as perguntas. A romaria de alunos da Universidade Lusófona começou logo depois de almoço,

quando as notícias da tragédia começaram a correr entre os colegas. Primeiro, queriam saber quem eram as vítimas. Depois, mostravam-se incrédulos quando conheciam os nomes dos desaparecidos.

"Não acredito. Não é possível. Ainda anteontem estive com ele", dizia um jovem agarrado à namorada. Outros lamentavam não ter estado presentes para tentar evitar a tragédia.

Afastados das famílias e em silêncio para a comunicação social, vários grupos espalharam-se pela praia e pelos parques de estacionamento.

Só deixaram o local quando a noite já tinha chegado e as autoridades garantiram que nada mais havia a fazer até ao amanhecer.

No local estiveram também professores da universidade, que tentaram dar uma palavra de conforto aos alunos. O CM sabe que um destes professores é tio de um dos jovens desaparecidos. "Agora só podemos esperar", foram as únicas palavras.

Jovens em lágrimas procuravam explicação para tragédia

Na praia do Moinho de Baixo estiveram também centenas de populares, espantados pela dimensão da tragédia e com o aparato das buscas. "Nunca se tinha visto uma coisa assim por estes lados. Ainda pensámos que fossem pescadores. Assim ainda é mais trágico", disse a funcionária de um dos restaurantes daquela praia, lamentando o desaparecimento dos jovens. ■



■ Polícia Marítima e bombeiros apoiaram famílias até à intervenção dos psicólogos destacados

CORRENTES | CABO ESPICHEL

De acordo com os pescadores da zona, os corpos deverão ser levados para sul, na direção do Cabo Espichel, devido às fortes correntes



TRAGÉDIA | NOTÍCIA EM ESPANHA

A dimensão da notícia do desaparecimento de estudantes no Meco fez com que a TVE, canal espanhol, enviasse uma equipa de reportagem à praia do Moinho de Baixo

AMIGOS | SÍMBOLOS DE LUTO

Vários colegas do grupo de amigos arrastados pela onda na praia do Meco estão a prestar homenagem nas redes sociais através da publicação de símbolos de luto

PORMENORES

● **SEM ESPERANÇA**
Nas conversas mantidas entre os colegas da universidade era notória a ausência de esperança em encontrar mais sobreviventes.

● **ACUSAÇÕES**
Famíliares e amigos das vítimas ainda lançaram culpas do sucedido sobre o único sobrevivente, mas o trabalho dos psicólogos serenou os ânimos.

● **FRIO**
Mesmo depois do pôr do sol, foram muitos os que se recusaram a abandonar o local, apesar do frio que se fazia sentir.

● **FAMÍLIAS EM DOR**
Foi também a custo que as famílias das vítimas foram convencidas a regressar a casa. Algumas passaram a noite no local.

“Iam todos vestidos de negro”

■ Ontem à tarde, a casa situada na rua do Sol, na Aiana de Cima, perto da Aldeia do Meco, em Sesimbra, estava completamente fechada. Lá dentro estava o único sobrevivente, João Gouveia, que, segundo um amigo, estava a dormir “por ter estado durante toda a manhã a falar com os agentes da Polícia Marítima e a ajudar com os contactos dos pais dos colegas”.

“Ele não está bem, como se deve calcular. O que aconteceu foi uma tragédia. Isto está a ser muito difícil para os familiares e

■ **União.** Estudantes juntaram-se na praia do Meco para se apoiarem.



■ Vivenda localizada na Aiana de Cima foi arrendada entre sexta-feira e domingo

Sobrevivente passou a tarde de ontem a dormir

para os amigos”, disse o mesmo amigo.

O CM tentou falar com os vizinhos, mas todos disseram que não conheciam os jovens e que apenas os viram na sexta-feira e no sábado. No café junto à vivenda,

alguns clientes viram os jovens sair em direção à praia na noite de sábado.

“Eles iam todos vestidos de preto. Até estava um cliente que disse que não percebia a razão de ser daquilo”, disse ao CM um morador.

Todos os anos, os estudantes que integram o Conselho Oficial da Praxe Académica da Universidade Lusófona costumam arrendar uma casa na zona do Meco para se reunirem. Este ano, foram sete os amigos que se reuniram e a casa escolhida foi na Aiana, mas o fim de semana acabou em tragédia. ■ M.P.



■ Médicos e enfermeiros também estiveram na operação para ajudar familiares que se sentiram mal durante o decorrer das buscas

■ Familiares ficaram desesperados ao verem confirmados os nomes dos entes queridos como estando desaparecidos

Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- ▶ Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.
- ▶ Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.
- ▶ Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.
- ▶ Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.

A BELTRONICA Estimamos em todo o país, informe-se já!
AYERVO · BEJA · BRAGA · BRAGANÇA · COIMBRA · ÉVORA · FUNCHAL
FUNDÃO · GUARDA · LERMA · LISBOA · LOLE · P. DELGADA · PORTALEGRE
PORTO · SANTARÉM · SETÚBAL · V. CASTELO · VILA REAL · VISEU
Divisão de SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.



CORREIO
www.cmjornal.pt
da manhã
Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

FINANÇAS
Troika exige plano B ao Governo na avaliação
PÁG. 32

CHORO E ORAÇÃO NA PRAIA DA TRAGÉDIA

■ **Famílias** das vítimas desesperam. Corpos não aparecem PÁGS. 4 A 11

SOBREVIVENTE	MORTO	DESAPARECIDOS
 JOÃO MIGUEL GOUVEIA	 TIAGO ANDRÉ CAMPOS	 PEDRO TITO NEGRÃO
 CATARINA SOARES	 ANDREIA REVÉZ	 CARINA SÁNCHEZ
 JOANA BARROSO		

LOTARIA DO NATAL
€12.000.000*
A ESPERANÇA É A ESTRELA DESTE NATAL.
Anda a Roda no dia 24 de dezembro de 2013.

lotaria clássica

* Prémio total nas dez séries. Os prémios atribuídos de valor superior a 65.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

Villas-Boas ameaça lugar de Fonseca no Dragão

■ **Maus** resultados ditam saída do Tottenham PÁG. 28



Jardim trabalha defesa dos leões PÁG. 31

Benfica quer final da Liga Europa

■ **Águias** enfrentam gregos do PAOK nos 16 avos da prova

■ **FC Porto** disputa eliminatória com alemães PÁGS. 24 E 25



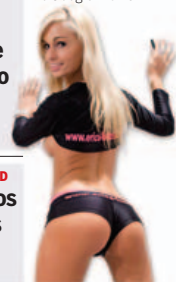
DIZ SUPREMO Cafés livres de taxa na música PÁG. 19

GAIA Morre de enfarte em assalto
■ **Empreiteiro** tinha 72 anos PÁG. 12

SEGUROS DA CGD Americanos e chineses na corrida PÁG. 23

Érica Fontes ganha a Cristiano Ronaldo

■ **Portuguesa** mais procurada no Google PÁG. 40





SESIMBRA ■ UM JOVEM MORREU E OUTROS CINCO CONTINUAM DESAPARECIDOS

Polícia reconstitui t

■ Sobrevivente, João Gouveia, foi ouvido em estado de choque, mas Polícia Marítima vai voltar a

● MAGALI PINTO/ZAHRAJIVÁ

As dúvidas sobre o que estavam a fazer os sete estudantes quando uma onda os arrastou, na madrugada de domingo, vão obrigar as autoridades a reconstituir a noite da tragédia e voltar a ouvir o único sobrevivente. A Polícia Marítima espera apenas que sejam encontrados os corpos dos cinco desaparecidos – Andreia Revéz, Carina Sanchez, Joana Barroso, Catarina Soares e Pedro Tito Negrão – para inquirir novamente João Miguel Gouveia, que continua em estado de choque. Apenas o corpo de um dos jovens, Tiago André, foi encontrado e os colegas não arrendam pé da praia.

Quando teve alta do Hospital Garcia de Orta, em Almada, no domingo de manhã, o sobrevivente da tragédia da praia do Moinho de Baixo, no Meco, em Sesimbra, foi logo ouvido por agentes da Polícia Marítima. Foi o jovem de 23 anos que forneceu os nomes dos amigos e que falou sobre o que aconteceu quando o grupo foi engolido pelas ondas. No primeiro testemunho, o jovem referiu que nunca ficou sem pé, mas que “uma forte corrente começou a afastá-los da areia”.

O comandante Lopes da Costa do porto de Setúbal adiantou que quando foi ouvido pela primeira vez “o jovem estava em estado de choque”. “A informação que nos chegou é a de que os jovens estavam todos juntos, sentados, muito próximos da zona de rebentação. Uma onda acabou por levá-los. O jovem que deu o alerta acabou por sair para a areia e, ao não ver os amigos, fez a chamada a avisar o que se tinha passado”, disse ao **CM** o responsável.

O grupo de sete jovens estava no fim de semana secreto da Comissão Oficial das Praxes Académicas, para organizar as praxes e eventos para o ano de 2014.

Amigos e familiares não se cansam de olhar para o mar que arrastou amigos



O grupo era composto por um representante de cada curso da Universidade Lusófona, que arrendou uma casa em Aiana de Cima, perto de Alfirim e da Aldeia do Meco.

No sábado, os jovens foram vistos a fazer um churrasco na moradia. À noite, seguiram trajados para a praia. No areal ninguém os

viu e o que aconteceu continua por apurar. A Polícia Marítima quer “perceber os detalhes”.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

COMPLETO



João Gouveia, de 23 anos, sobreviveu à tragédia

‘Dux’ é o líder da Comissão Oficial de Praxes

● João Gouveia, 23 anos, é o ‘Dux’ da Comissão Oficial das Praxes Académicas, da Universidade Lusófona, em Lisboa – este simboliza o expoente máximo das praxes. João Gouveia é considerado o líder, o chefe. O jovem foi eleito pelos seus colegas veteranos da Comissão de Praxe para ocupar a oposição de ‘Dux’. Está a ser apoiado por diversos amigos da Universidade Lusófona. ■

Emoção. Vários amigos e familiares dos cinco desaparecidos e da vítima mortal prestaram homenagem



POPULAÇÃO | CURIOSA

Dezenas de pessoas foram atraídas à praia do Meco, após saberem que os cinco jovens estavam desaparecidos. Os olhares curiosos estiveram presentes nos dois dias de buscas



APOIO | PROFESSORES

A Universidade Lusófona disponibilizou alguns professores que lecionam na área de psicologia para darem apoio aos familiares dos alunos desaparecidos

PATRULHAS | COSTA

Equipas de dois elementos (bombeiros e polícia) fazem parte das patrulhas terrestres envolvidas nas buscas. Percorrem a costa com veículos motorizados

ragédia

inquiri-lo para ter mais “detalhes”



SOBREVIVENTE ALERTOU AS AUTORIDADES

● João Miguel Gouveia apercebeu-se de que era o único sobrevivente e, como os telemóveis tinham sido arrastados pela maré, correu para uma cabina telefónica na praia e ligou para o 112.

FAMÍLIAS DESESPERAM EM FRENTE AO MAR



● Desde que foram informados sobre o desaparecimento dos jovens, no domingo, que os familiares vivem desesperados a olhar para o mar. Aguardam que os corpos sejam encontrados pelas autoridades.

PAIS RECONHECEM CORPO DE TIAGO NA MORGUE

● Os pais de Tiago André Campos, o jovem cujo corpo foi encontrado domingo de manhã, tiveram de ir à morgue no Hospital de Setúbal reconhecer o corpo do filho que foi arrastado por uma onda, na praia do Meco.

“É FÁCIL SER SURPREENDIDO PELAS ONDAS”

● Francisco Luís, vereador com o pelouro da Proteção Civil de Sesimbra diz que é muito fácil ser surpreendido pelas ondas na praia do Meco: “O mar estava muito bravo. Ali não se pode estar desatento.”

ACESSO ÀS PRAIAS CONTINUA ISOLADO

● O aparato em torno da praia onde os jovens desapareceram continua tão grande, que a GNR manteve ontem o acesso às praias isolado para permitir a entradas das autoridades na área e também para afastar olhares mais curiosos.

ESTUDAVAM TODOS NA LUSÓFONA

■ Jovens arrastados por onda no Meco

CATARINA SOARES

Barreiro



Estudante frequentava o último ano do curso superior de Turismo

TIAGO ANDRÉ CAMPOS

21 anos, Odivelas



Frequentava o curso de Comunicação Aplicada e tinha namorada

ANDREIA REVÉZ

21 anos, Loulé



Atleta de rãguebi frequentava o curso superior de Biotecnologia

PEDRO TITO NEGRÃO

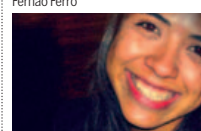
24 anos, Lisboa



O jovem tinha acabado o curso de Gestão de Empresas e já trabalhava

CARINA SANCHEZ

Fernão Ferro



Frequentava o curso superior de Design de Comunicação

JOANA BARROSO

22 anos, Santiago do Cacém



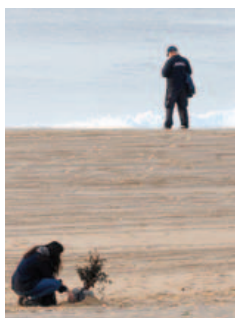
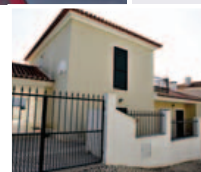
Jovem do Alentejo frequentava o mestrado do curso de Serviço Social



■ Familiares foram ontem buscar as viaturas conduzidas pelas vítimas

CASA ARRENDADA ESTÁ DESOCUPADA

● A casa na Aiana de Cima, Alfarim, arrendada durante o fim de semana pelos sete jovens estudantes, já estava ontem desocupada. Amigos chegaram à casa na passada sexta-feira.



Amigos fazem homenagem com memorial

● Familiares e amigos criaram ontem, no local da tragédia, um memorial em homenagem aos seis jovens arrastados por uma onda, na praia do Meco. Segundo a Polícia Marítima, o memorial foi criado exatamente no local onde os sete jovens estavam sentados, na madrugada de domingo – seis foram arrastados e um sobreviveu. Amigos e familiares deixavam a sua marca quando passavam. ■

TRAGÉDIA NO MAR



ESTACIONAMENTO | GRÁTIS

O dono do estacionamento junto à praia não cobrou dinheiro às autoridades nem aos familiares das vítimas, exceto a quem não se identificou como tal



JOVEM | TRABALHO NUM BANCO

Pedro Tito Negrão, que ainda se encontra desaparecido, tinha acabado de tirar a licenciatura na Universidade Lusófona e estava a trabalhar no BPI

LOULÉ ■ ANDREIA REVÉZ CRESCEU COM OS AVÓS NUMA MORADIA EM CERRO GUERREIRO



Andreia Revéz era vista pelos vizinhos como "humilde"



Jogou no Rúgbebi Clube de Loulé



Manuel é amigo da família

“ERA UMA ATLETA COM QUALIDADE”

Andreia Revéz começou a jogar no Rúgbebi Clube de Loulé em 2007. “Era muito esforçada e tinha muita qualidade como jogadora”, diz Severina Coelho, que pertence à direção do clube algarvio.

“É uma desgraça para a família”

Andreia Revéz, de 21 anos, uma das jovens desaparecidas, é natural de Loulé, onde cresceu na casa dos avós paternos. Há três anos, perdeu o pai

TIAGO GRIFF*

Sempre foi uma pessoa muito simpática, estudiosa, humilde e muito ativa no desporto. Ainda não acredito que uma coisa destas possa ter acontecido.” As palavras são de Manuel Simão, 63 anos, vizinho e amigo da família de Andreia Revéz, de 21 anos, uma das jovens levadas por uma onda no Meco e que continua desaparecida.

A jovem é natural de Loulé e cresceu na moradia dos avós paternos, na localidade de Cerro Guerreiro, onde continuou a viver, mesmo após a separação dos pais e apesar de a mãe também residir no Algarve. Há três anos, o pai de Andreia morreu, após um acidente de moto.

“A Andreia era como uma filha para a avó”
Manuel Simão

“É uma verdadeira desgraça para a família. A avó perdeu o filho e agora acontece isto... A Andreia era como uma filha para ela”, lamenta Manuel Simão, lembrando que sempre que a estudante tinha férias do curso de Biotecnologia na Universidade Lusófona, em Lisboa, “vinha para a casa dos avós”.

A habitação em Cerro Guerreiro estava ontem vazia. A família viajou para Sesimbra, onde está a acompanhar de perto as operações de resgate. “Fui eu que avisei o avô do que tinha acontecido, porque as autoridades estiveram em casa da família mas eles não estavam. Estão muito abalados, o que é normal numa situação destas”, revela ainda ao vizinho Manuel Simão. ■ COM H.N./J.T.

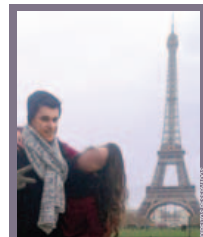


SANTIAGO DO CACÉM EM CHOQUE

Joana Barroso, 22 anos, partilhava casa em Lisboa com uma amiga de infância de Santiago do Cacém. “A minha filha está em choque. A Joana era muito pacata, dedicada aos estudos e muito amiga dos pais”, contou a mãe da

amiga. A cidade de Santiago do Cacém, de onde a jovem é natural, não se conforma com a situação. A estudante era conhecida da maioria das pessoas graças ao café Ribatejano, na família há várias gerações.

À porta de casa de Joana Barroso, em Santiago do Cacém, ainda está o carro da estudante



Tiago vivia em Odivelas e foi a Paris com namorada

Tiago Campos selou amor em Paris

Na rede social Facebook, Tiago André Campos (única vítima mortal confirmada) partilhava, há cerca de duas semanas, momentos de felicidade ao lado da namorada, na ‘cidade do amor’. A Torre Eiffel serviu como pano de fundo nas muitas fotos tiradas pelo jovem casal, que confessou estar a planear a viagem até Paris desde abril passado. Aliás, Tiago e a namorada colocaram mesmo um cadeado como prova de amor na Ponte de Arts, muito visitada por casais apaixonados.

TRAGÉDIA NO MAR



BUSCAS | RECOMEÇO

Arranca hoje ao nascer do sol o terceiro dia de buscas marítimas para encontrar os jovens desaparecidos. A operação de ontem foi interrompida pelas 17h47



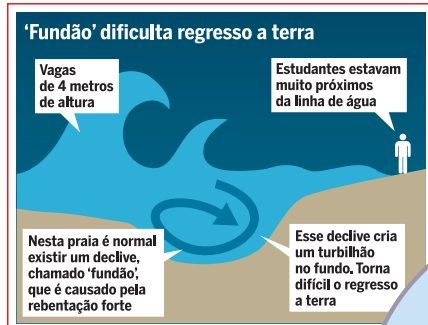
ALERTA | MARÉS VIVAS

A costa portuguesa está sob alerta amarelo devido a vagas de quatro metros. Hoje, com a passagem a lua cheia, podem ocorrer marés vivas

OPERAÇÃO ■ BUSCAS PROSEGUEM HOJE PELO TERCEIRO DIA

Espichel centra meios

■ Sentido das correntes conduz meios operacionais para junto do Cabo Espichel



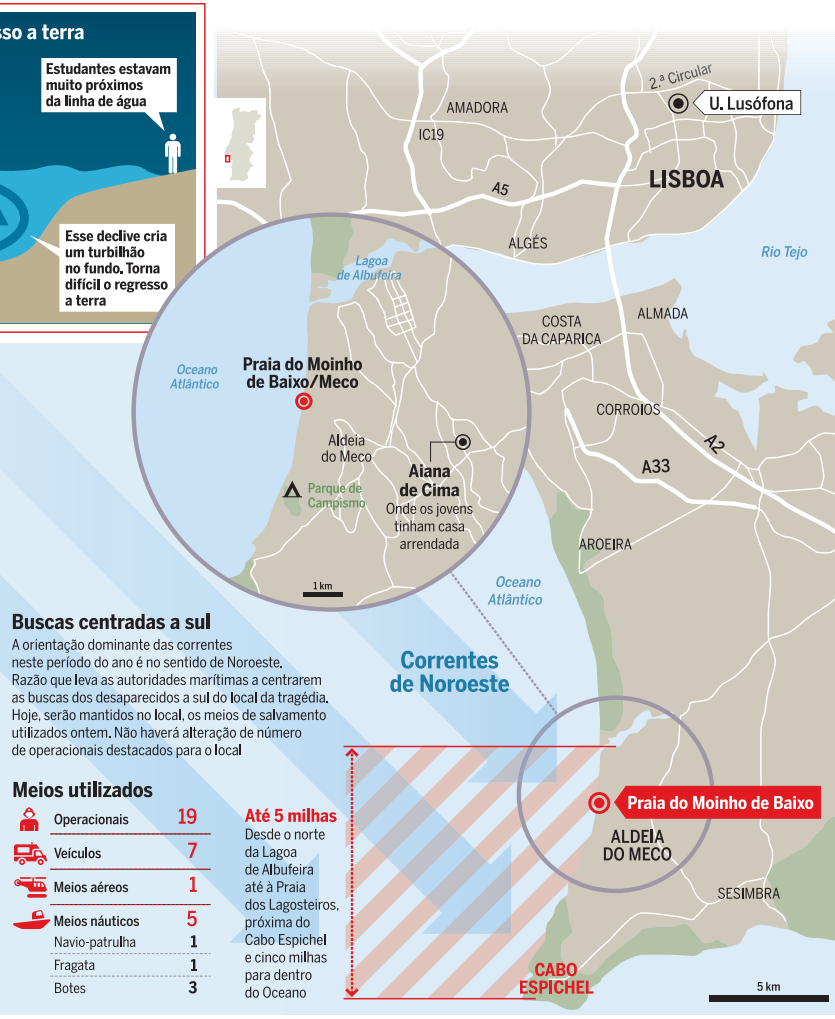
Sequência da tragédia

Domingo

- 01h10** Onda atinge o grupo de jovens, arrastando-os para o mar
- 02h25** O único sobrevivente consegue telefonar para o 112 e dar o alerta
- 02h47** Iniciadas as buscas
- 03h48** Chega helicóptero da F. Aérea Portuguesa
- 04h50** Instalação do Posto de Comando Operacional na praia da Aldeia do Meco
- 06h55** Polícia Marítima resgata cadáver do mar
- 18h43** Suspensas as buscas marítimas e aéreas. Mantêm-se as terrestres


Ontem

- 08h00** Reinício das buscas marítimas
- 08h57** Um navio-patrolha e uma fragata chegam ao teatro das operações
- 17h05** Helicóptero da F. Aérea realiza uma observação complementar
- 17h45** As buscas marítimas são suspensas



Fonte: Elaboração própria


CORREIO DA MANHÃ



**TRAGÉDIA
NO MAR**

BUSCAS | VÁRIOS MEIOS

Um navio-patrolha, uma fragata e um 'heli' fizeram parte dos muitos meios de busca no Meco. Em terra estiveram 10 bombeiros apoiados por oito viaturas



JOÃO GOUVEIA | BOLEIA

Um vizinho de João Gouveia disse ter visto o jovem, de Campo de Ourique, Lisboa, ser apanhado de carro por um amigo na sexta-feira. Seguiram para o Meco

EMOÇÃO ■ FAMILIARES PERDEM A ESPERANÇA OLHAR PARA AS ONDAS



“Só quero a minha filha de volta”

Familiares e amigos estiveram ontem na praia à espera que os corpos aparecessem

■ Pais desesperam com falta de notícias. Psicólogos do INEM tentam aliviar sofrimento

● MAGALI PINTO/JOÃO TAVARES/
JOÃO SARAGAMO TEXTOS
DUARTE RORIZ/SÉRGIO LEMOS FOTOS

As lágrimas não param de correr nos rostos dos pais de Andreia Revéz, Carina Sanchez, Joana Barroso, Pedro Negrão e Catarina Soares. Dizem já ter perdido a esperança. Durante todo o dia de ontem vários familiares dos jovens universitários estiveram de olhos postos no mar da praia do Moinho de Baixo, no Meco, em Sesimbra. O desespero dos pais, chorosos e em agonia, obriga à intervenção constante da equipa de psicólogos do INEM que tem confortado os familiares.

Às sete da manhã, chegaram à praia os pais de Catarina Soares. A mãe não saiu do banco de trás do carro e desesperava com a

falta de notícias. Manteve-se sempre acompanhada de vários familiares. A mãe de Carina Sanchez não se conforma: “Só quero a minha filha de volta. Isto é um pesadelo”. Por diversas vezes a mulher recebeu o apoio e suporte da equipa de psicólogos.

Éram 17h00 quando um polícia se dirigiu às famílias a informar que não havia ainda notícias da localização dos jovens, apesar das buscas decorrerem durante todo o dia por terra, água e ar.

Alguns familiares pernottaram nas tendas montadas pela proteção civil na praia. Esperam que os mar devolva os filhos. Alguns já admitem “só

querer fazer um funeral aos filhos”. Hoje realiza-se o velório de Tiago André Campos, em Lisboa, mas só amanhã é que vai ser cremado, depois de realizada uma missa onde são esperadas centenas de pessoas entre familiares e alunos da Universidade Lusófona.

Esperadas centenas de pessoas no velório de Tiago André

Recorde-se que o corpo de Tiago André foi encontrado na manhã de domingo, cerca das 07h00. Os pais, que buscas decorrerem durante todo o dia por terra, água e ar. Alguns já admitem “só viverem em Odivelas, foram avisados pouco depois e encaminhados à morgue de Setúbal para reconhecerem o corpo. Estão desolados. O corpo de Tiago será levado para a igreja para a última homenagem. ■

■ Familiares pernottaram em duas tendas da Proteção Civil



JARDIM | ALUNOS REUNIDOS

Após saberem da tragédia, ontem de manhã, vários alunos com capas negras reuniram-se no jardim de Campo Grande, local se realizam muitas praxes



FORMAS DE LUTA | HOMENAGEM

Vários alunos da Universidade Lusófona, contactados pelo CM, disseram estar a estudar várias formas de homenagearem ao colega morto e aos cinco desaparecidos

NOTÍCIA | INTERNACIONAL

A tragédia que se abateu no Meco está a ter grande projeção na comunicação social estrangeira: Espanha, França e Brasil são alguns dos países a dar destaque às buscas

Capas negras como forma de homenagem aos colegas

Mal viu a fotografia da colega e amiga Joana Barroso no jornal, o queixo começou a bater e as lágrimas caíram de forma automática dos olhos de Marta Lucas, 22 anos. A colega de Joana do curso de Serviço Social era o ex-ponente máximo da tristeza à porta da Universidade Lusófona, onde estudavam todos os jovens. A bandeira a meia haste naquele estabelecimento de ensino recebia o semblante pesado dos alunos, muitos deles vestindo o traje académico. “Virmos vestidos de preto é uma das muitas maneiras de homenagearmos os nossos colegas. Estamos unidos e de luto. Agora há que respeitar as famílias e, apesar de difícil, esperamos boas notícias dos outros colegas.



Alguns alunos esconderam os rostos à saída

Muitos foram os alunos que recusaram falar sobre o assunto, mas aqueles que o fizeram tiveram sempre uma palavra em comum: esperança.

O CM tentou falar com algum responsável da reitoria, mas este departamento remeteu para um comunicado, onde dizem estar a apoiar as famílias das vítimas. ■

DEPOIMENTOS

ANA BRITO
Estudante

“Poderia acontecer a qualquer um”

A coordenadora do curso pediu-nos para irmos de preto. Estamos todos de luto. Poderia acontecer a qualquer um.

CATARINA LIMA
Estudante

“Recebemos notícia com grande tristeza”

[Hoje] não se fala de outra coisa, mas as aulas decorrem de forma normal. Recebemos a notícia com uma grande tristeza.



■ A emoção apoderou-se de Marta Lucas, colega de Joana Barroso (desaparecida)

PSICÓLOGOS DO INEM AJUDAM FAMÍLIAS

Dois psicólogos do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e um dos bombeiros prestam apoio aos familiares que aguardam pelos resultados das buscas junto ao areal da praia do Meco. Os profissionais do INEM têm formação específica para intervir em situações trágicas e traumáticas e pertencem ao Centro de Apoio Psicológico e de Intervenção em Crise.



Psicólogos do INEM junto a um veículo dos familiares

LAÇOS PRETOS COMO LUTO NO FACEBOOK

São às centenas as manifestações de pesar e de apoio às famílias nas redes sociais, em especial no Facebook. Amigos e colegas da vítima mortal e dos cinco jovens desaparecidos trocaram a sua fotografia de perfil pela imagem do laço preto, em sinal de luto.



O laço preto tem sido utilizado por amigos das vítimas como sinal de luto

Tenha o Sistema de Comunicações Mais Avançado da Atualidade!

Aumenta a produtividade e elimina elevados custos mensais



Seja operador de si próprio. Tenha os telemóveis e os telefones a fazerem gratuitamente as chamadas para as redes fixas e móveis nacionais e internacionais através da sua central telefónica. Não pague chamadas nem aluguer de linhas. Tenha mais qualidade nas comunicações e economize muito dinheiro mensalmente.

A BELTRÓNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

Chamamos em todo o país, informe-se já!
AVEIRO - BEJA - BRAGA - BRAGANÇA - COIMBRA - ÉVORA - FUNCHAL
FUNDÃO - GUARDA - LISBOA - LISBOA - LOJES - P. BELGADA - PORTALEGRE
PORTO - SANTARÉM - SETÚBAL - V. CASTELO - VILA REAL - VISEU

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

ENVIADO PARA PGR
Relatório de swaps acusa Pina e iliba ministra
 PÁG. 31

CORREIO da manhã
 www.cmjornal.pt
 Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

EXAME
Correios entregam prova de professores
 PÁG. 17

PAIS DE DESAPARECIDOS ANGUISTIADOS

“É UMA DOR MUITO FORTE”

■ Desespero de familiares na praia à espera de recuperarem corpos. Emoção no velório de Tiago PÁGS. 4 A 6

MORTO: TIAGO A. CAMPOS
 DESAPARECIDOS: PEDRO T. NEGRÃO, CATARINA SOARES, ANDREIA REVEZ, CARINA SANCHEZ, JOANA BARROSO

CÂMARA GASTA 150 MILHÕES EM CAMPOS DE FUTEBOL

■ **Ricardo Rio**, novo autarca, denuncia contratos ruinosos PÁGS. 8 E 9

BRAGA
NEGÓCIO DE MESQUITA MACHADO PAGA RENDA DE 35 RELVADOS SINTÉTICOS

1 297 000 LEITORES **QUASE 1,3 MILHÕES LEEM O CM DIARIAMENTE** PÁG. 39

eurocabe
 Instituto Europeu Para Novos Cabelos

Soluções para a queda do cabelo

LISBOA Telefone 213 556 682
 PORTO Telefone 222 058 347

Vidas
Sofia volta a fazer sexo na 'Casa'
 ■ Depois de relação com Thierry envolve-se com Diogo PÁGS. 41 A 45

DROGA
Overdoses matam mais PÁG. 19

POR DIA
Cadeias custam 673 mil € PÁG. 10

Ronaldo salva fá da prisão PÁG. 30

Tozé é estrela do FC Porto B PÁGS. 24 E 25

Jesus elogia Oblak PÁG. 26

NECESSITA DE DINHEIRO? DIGA-NOS QUANTO

- Respostas no próprio dia
- Créditos concedidos por Entidades Autorizadas
- Mediador independente
- Créditos Pessoais/Empresas

PROCESSO VIÁVEL
 EX: 5.000€ MENSALIDADES 84 MESES 89.656
 TN12% TAEG 17% VALOR TOTAL IMPUTADO: 7.522.22€
 "PROCESSO VIÁVEL"®
 243 995 159 | 927 133 477 | 912 077 768



FAMÍLIAS ■ ESPERA É LONGA E DOLOROSA PARA FAMILIARES E AMIGOS DOS DESAPARECIDOS

“É uma dor muito fo

■ Pai de Catarina Soares desespera por notícias no areal da praia do Moinho de Baixo. O Meco

● VANESSA FIDALGO TEXTOS*
SÉRGIO LEMOS FOTOS

É uma dor muito, muito grande. Não são palavras, não são atos... É uma dor enorme, que não se compara a nada. Deveria ser eu a estar ali em baixo e não ela. Eu tenho 57 anos, já vivi muito. Ela tinha 22 anos. Ela ainda tinha muito para dar”, desabafa, de voz embargada, Vasco Soares, pai de Catarina Soares, jovem estudante da Universidade Lusófona que na madrugada de domingo foi atropelada, junto com mais seis colegas, pelas ondas na praia do Moinho de Baixo, em Alfárim.

Os amigos da família vão chegando ao longo de todo o dia, preferindo palavras de consolo e solidariedade para com o pai enlutado. A mãe, Fernanda, e o irmão, Gil, estão dentro das tendas que a Proteção Civil montou para apoiar as famílias. Não conseguem sair e encarar o mar que lhes roubou Catarina. Vasco, pelo contrário, não desvia o olhar das ondas. “Só quero agora que me devolva a minha menina. É tudo o que eu quero. Para poder avançar com a minha vida”, justifica.

Mas do mar não vêm sinais dos cinco desaparecidos, apesar dos esforços empreendidos nas buscas por mar e por terra. “Ontem ainda se ouviu dizer que tinham encontrado qualquer coisa, uns objetos, mas não será verdade, porque senão já tinham vindo falar comigo para identificar as coisas”, explica o pai da jovem estudante do Barreiro, que frequentava o último ano do curso de Turismo. “As capas foram o mal deles, foi impossível desvençillharem-se daquilo”, lamenta ainda Vasco Soares, que tem recebido apoio das equipas de psicólogos especialmente destacadas para apoiar os familiares das vítimas no local.

Por todo o areal, o ambiente é de consternação. Há flores,



■ Familiares dos jovens desaparecidos não tiram os olhos do mar, à espera de um milagre

“Mal sabiam que estavam a caminhar para a morte”

José Rodrigues

olhos inchados e molhados, abraços condoídos, mas o silêncio é absoluto e apenas quebrado pelo rugido das ondas que se desfazem na areia. Os habitantes da aldeia partilham do senti-

mento de desesperança que se vai apoderando das famílias. “Ainda os vi a descer para a praia. Mal sabiam que estavam a caminhar para a morte. É triste ter acontecido aqui”, afirma José Rodrigues, que apanha pinhas no seu terreno agrícola, nas imediações da praia. O Meco está de luto. ■ COM ZJ

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

COM ZJ



■ Esforços. As buscas por terra e por mar (com quatro lanchas, a fragata 'Bartolomeu Dias' da Marinha e o navio-patrolha 'Águia') estenderam-se ontem até ao Cabo Espichel.

Mais alunos deveriam ter ido ao convívio

● O fim de semana secreto da Comissão Oficial das Praxes Académicas (COPA) estava representado por sete jovens de cursos diferentes da Universidade Lusófona, mas deveriam ser mais os alunos presentes para representar os restantes cursos. Um estudante de Ciências da Comunicação contou ao **CM** que por motivos pessoais não pôde comparecer. Já o representante do curso de Arquitetura não compareceu porque tinha trabalhos da faculdade para fazer. ■

UNIVERSIDADE | LUTO

A Universidade Lusófona continua de luto. À porta da instituição, em Lisboa, está um placar com o símbolo de um laço preto, em homenagem aos jovens desaparecidos



PSICÓLOGOS | APOIO

Dois psicólogos do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e um dos bombeiros prestam apoio aos familiares que aguardam pelo aparecimento dos corpos

ALERTA | ONDAS DE 4,5 METROS

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera prevê para hoje ondas de 4,5 metros na Costa Ocidental. A sul do Cabo Raso estão previstas ondas de 3 a 3,5 metros

rte”
está de luto



VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

DESAPARECIDOS

Jovens arrastados por onda na praia do Meço



PEDRO TITO NEGRAO



CATARINA SOARES



ANDREIA REVÉZ



CARINA SANCHEZ

MORTO



JOANA BARROSO

SOBREVIVENTE



TIAGO ANDRÉ CAMPOS



JOÃO MIGUEL GOUVEIA

50 OPERACIONAIS NAS BUSCAS

● Perto de 50 homens, com o apoio dos navios da Marinha, têm percorrido a distância entre o Norte da praia do Meço e o Sul da praia dos Lagosteiros. Ontem, as buscas marítimas começaram às oito horas e foram suspensas às 18h55. As terrestres continuaram noite dentro.

■ Cristina Machado e Gualter Piassab, primos de Joana Barroso



“A JOANA ERA TRANQUILA E ALEGRE”

● Nem a chuva conseguiu que Cristina Machado e Gualter Piassab, primos de Joana Barroso, ardessem os pés do areal. Preferem esperar assim por notícias: “Em casa é mais angustiante.”

“O pai está a sofrer muito. Ele via para esta filha. Ainda estava a recuperar da morte repentina do irmão...”, lamenta Gualter, descrevendo a Joana como uma menina “tranquila e alegre”.



■ Funcionárias do lar em frente à casa da jovem Carina Sanchez

Fernão Ferro está em choque

■ Carina Sanchez, jovem que integrava o grupo que desapareceu na praia do Meço, vivia com a mãe, o padrasto e as três irmãs na freguesia de Fernão Ferro, no Seixal, e costumava trabalhar, nos tempos livres, no talho da família. Em Fernão Ferro, o assunto do desaparecimento de Carina, a jovem conhecida como

a ‘Pocahontas’, têm dominado as conversas. “Uma menina muito alegre, educada e trabalhadora. Ficámos em estado de choque com a notícia e logo agora acontecer-lhe isto na flor da vida”, foram estas as palavras das funcionárias do lar que funciona em frente à moradia da jovem. Ouvidos pelo **CM**, foram vários os

populares que disseram “lembrar-se de ver a Carina levar a irmã mais nova à escola”. O talho da família só ontem voltou abrir portas, por insistência dos empregados. Ao **CM**, um funcionário do talho explicou que era melhor “abrir o estabelecimento para ajudar o padrasto da Carina a não pensar no assunto”. ■A.B.

Aumente os Lucros da sua Empresa
Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- ▶ Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.
- ▶ Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.
- ▶ Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.
- ▶ Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.

A BELTRONICA
AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • EVORA • FUNCHAL
FUNDÃO • GUARDA • LERDA • LISBOA • LOULE • P. DELGADA • PORTALEGRE
PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU
Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional Chamada Local

TRAGÉDIA NO MAR



HOMENAGEM | VELA

O curso de Engenharia Biotecnológica da Lusófona fará hoje de manhã uma homenagem aos colegas, colocando uma vela na praia do Meco



FUNERAL | ALUNOS TRAJADOS

Os familiares de Tiago André pediram a todos os alunos para vestirem hoje o traje académico no funeral, ao contrário do que foi pedido para o velório

LISBOA ■ EMOÇÃO E DOR EM VELÓRIO

“O que vai ser de mim sem o meu filho?”

■ Anabela Pereira não se conforma com a morte do filho, Tiago André. Ontem, no velório, foi amparada pela namorada do jovem de 21 anos que morreu na praia do Meco



■ Namorada do jovem apoiou mãe de Tiago

● MAGALI PINTO TEXTO
MARILINE ALVES FOTOS

Anabela Pereira teve de ser amparada para conseguir subir a escadaria da Igreja de São João de Deus, em Lisboa, ontem à tarde, quando se realizou o velório do filho Tiago André Campos, 21 anos. O estudante de Comunicação Aplicada na Universidade Lusófona vai hoje ser cremado. “O que é que vai ser de mim sem o meu filho? Eu que lhe dizia para ter muito cuidado e agora foi acontecer-lhe isto”, gritava a mãe, que foi apoiada pelos amigos do filho, que não conseguiam conter as lágrimas ao ver o desespero de Anabela.

São esperadas centenas de pessoas no funeral e na cremação de Tiago André Campos. Alguns amigos vêm de Oxford, em Inglaterra, onde o jovem passou alguns meses a estudar. “O meu filho adorava-vos. Dizia tantas vezes que era tão feliz com os amigos”, dizia Anabela. A mulher teve a notícia da morte do filho na praia do Moimho de Baixo, no Meco, em Sesimbra, no domingo de manhã. Tiago André



■ São esperadas centenas de pessoas



■ Urna a ser levada para a Igreja de São João de Deus

foi cuspidor pelas águas do mar no domingo pelas 07h00.

Andreia Domingues, a namorada do jovem, estava inconsolável. Ainda assim, teve forças para ajudar a mãe de Tiago André, que não parava de chorar ao ver a urna branca com o filho.

Cartazes, peluches e mantas foram largados no caixão por parte de amigos e familiares. Nenhum amigo que esteve na Igreja de São João de Deus usou traje académico, a pedido da família. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

COMISSÃO



■ Emoção. Andreia Domingues, namorada de Tiago, a limpar as lágrimas.



■ Dor. Os amigos de Tiago André não estavam muito tempo dentro da igreja. Saíram de lá lavados em lágrimas e em desespero.

ESTA SEXTA-FEIRA
JACKPOT

€ **63.000.000**

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE
EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro
milhões

ACORDO PS-PSD

**PME pagam
menos
imposto**

■ 17% de
taxa de IRC
PÁG. 27



QUINTA-FEIRA 19/12/2013 € 0,90 (C/IVA)

**CORREIO
da manhã**

www.cmjornal.pt

Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

CONDUÇÃO

**Limite
do álcool
reduzido
para 0,2 g/l**

PÁG. 18

NOVA MENINA ACUSA PADRE

**SEGUNDA VÍTIMA
DENUNCIA ABUSOS
DE PÁROCO DA GOLEGÃ**

■ **Fica com caução**

e está proibido
de contactar com
crianças e jovens

PÁGS. 4 E 5



**EMOÇÃO
E LÁGRIMAS
NO ADEUS
A ESTUDANTE**

■ Agravamento do estado do mar
ameaça buscas no Meço

PÁGS. 6 A 8

CAUSE 09/2012



PROVA REPETIDA EM JANEIRO

PÁGS. 10 E 11



**VIOLÊNCIA
E CAOS NO EXAME
DOS PROFESSORES**

**Morto em
queda de
helicóptero
no Algarve**



■ **Acidente na
serra de Monchique**

PÁG. 12

**BCP acelera
reformas
antecipadas**

PÁG. 23



T. 217 785 030

Estreada do Ramalho, 663 www.califa.com.pt

**Advogadas sexy alvo
de processo da Ordem**



■ **Distrital de Lisboa faz queixa** PÁG. 19

**USF
Saúde
suspende
incentivos**

PÁG. 20

**GONDOMAR
Parteiro
da própria
filha**

PÁG. 21

**Cardozo
abdica
das férias**

■ **FC Porto
na mira**

PÁG. 32

**Messi dos
Açores é
promessa**

■ **Estrela
do leão**

PÁGS. 24 E 25



REAL

Cervejaria-Restaurante

Abertos na noite de Réveillon
e Almoço no dia de Ano Novo

RESERVAS: 213870456

R. Escola Politécnica 275

(Largo do Rato)

www.realfabrica.pt



LISBOA ■ ALUNOS DA LUSÓFONA ESTENDERAM AS CAPAS NEGRAS PARA O AMIGO

Lágrimas no adeus a estudante

■ Última homenagem a Tiago André Campos contou com cântico acadêmico enquanto urna era levada pelas escadas da igreja. Mãe teve de ser amparada no funeral

● MAGALI PINTO* TEXTOS
DUARTE RORIZ FOTOS

O cântico acadêmico nas escadas da Igreja de São João de Deus, em Lisboa, acompanhou a urna a ser colocada no carro fúnebre. Centenas de estudantes da Universidade Lusófona choraram na despedida de Tiago André Campos, 21 anos. O corpo do aluno de Comunicação Aplicada foi encontrado no domingo de madrugada na praia do Meço. Ele e mais seis amigos foram arastados por uma onda. O cadáver de Tiago André foi, até agora, o único a aparecer. Apenas um dos jovens sobreviveu.

Anabela Pereira, a mãe de Tiago, estava inconsolável. Foi amparada pelos familiares e amigos. Durante toda a missa chorou. Em alguns momentos gritava pelo filho. "Por que é que isto te foi acontecer, meu filho? A vida deixa de fazer sentido", lamentava. O companheiro e

os restantes familiares tentavam consolá-la. Sem sucesso.

Os amigos de Tiago André não conseguiam controlar as lágrimas. Estavam trajados, abraçados e fizeram questão de cantar pela última vez em homenagem ao amigo. Antes da missa, que aconteceu pelas 14h00, os amigos estenderam as capas para que a urna que transportava Tiago André passasse sobre elas. A emoção tomou conta de todos os estudantes.

No final da missa, quando o corpo foi colocado no carro fúnebre para seguir para a cremação na Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira, o pai e a mãe choravam pelo filho. Antes disso, Anabela Pereira tinha lembrado que o filho adorava estar com os amigos. "Ele era tão feliz com vocês. Não merecia isto", dizia, não acreditando na

morte do filho. Também a irmã mais nova de Tiago André teve de ser segurada pelos amigos. O rosto inchado demonstrava noites perdidas a chorar.

Já Andreia Domingues, a namorada de Tiago, que tinha estado em Paris recentemente

com o namorado, estava a ser amparada por amigos e familiares. A jovem estava de mãos dadas com a irmã de Tiago André. Já no dia anterior, Andreia apoiou a mãe de Tiago. Dentro da igreja manteve-se

sempre perto de Anabela Pereira e nos momentos de maior emoção não hesitava em acarinhá-la para a confortar. Os pais não se conformam com a tragédia. Tiago André partiu a coluna cervical com o impacto da onda. Não resistiu. ■ FCOM/S.G.C.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

COMPLETO
em papel

Mãe e namorada tiveram apoio dos familiares



■ Tiago André Campos tinha 21 anos e estudava Comunicação Aplicada na Univ. Lusófona



■ Momento em que a urna que carregava Tiago passou sobre as capas

TIAGO CAMPOS ERA "VOLUNTÁRIO LEONINO"

● Tiago André Campos era "voluntário em dias de jogo do Sporting Clube de Portugal", pode ler-se na página do site oficial do clube de Alvalade, que "endereça as mais sinceras condolências" à família e aos amigos do jovem.

TRÊS DIAS DE LUTO NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA

● A Universidade Lusófona decretou três dias de luto pelo jovem que foi encontrado morto, mas também pelos estudantes que permanecem desaparecidos no mar. Professores de Psicologia estão a apoiar alunos e familiares.



■ EMOÇÃO Namorada e irmã de Tiago André Campos desceram as escadas da igreja de mãos dadas. Estavam inconsoláveis. Tiveram de ser amparadas



INEM | PSICÓLOGOS DÃO APOIO

As famílias dos jovens desaparecidos têm sido apoiadas, na praia do Meco, por psicólogos do INEM com formação específica para intervir em casos trágicos e por bombeiros



DESCANSO | TENDA PARA FAMÍLIAS

A Proteção Civil montou uma tenda junto ao areal onde decorrem as buscas, para confortar familiares das vítimas, onde disponibiliza refeições e mantas

REUNIÃO | MAIS ALUNOS

Mais alunos deveriam ter estado no fim de semana secreto da Comissão Oficial das Praxes Académicas. Faltaram devido a trabalhos da faculdade e por motivos pessoais



“Natureza devastadora”

■ “Estamos declaradamente em presença de laços de amizade que se criaram num grupo de jovens que resolveram, como é comum nestas idades, confraternizar entre amigos, numa praia que infelizmente viria a pôr fim às suas vidas”, disse ao **CM** o reitor da Universidade Lusófona, Mário Moutinho.

O reitor não acredita na tese de que os jovens estavam a fazer praxes. “Pensar que esta tragédia tenha tido alguma relação com as praxes académicas é macabro. A morte de um grupo de jovens não é desejada por ninguém e as forças devastadoras da natureza não são controladas pelos humanos”, concluiu.

Recorde-se que os jovens estavam no fim de semana secreto da Comissão Oficial das Praxes Académicas da universidade.



Mário Moutinho, reitor da Lusófona, não acredita na tese de que os jovens estavam a praxar

Tiago André, Pedro Negrão, Catarina Soares, Andreia Revéz, Carina Sanchez, Joana Barroso e João Miguel Gouveia (sobrevivente) representavam cada um deles um curso da uni-

versidade. Alugaram uma casa na aldeia de Aiana de Cima, a alguns quilómetros da praia do Meco, e na madrugada de domingo acabaram por ser arrastados por uma onda. ■

VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

DESAPARECIDOS

■ Jovens foram arrastados por onda na praia do Meco, em Sesimbra



PEDRO TITO NEGRÃO
24 ANOS
Lisboa



CATARINA SOARES
22 ANOS
Barreiro



ANDREIA REVÉZ
21 ANOS
Loulé



CARINA SANCHEZ
23 ANOS
Fernão Ferro



JOANA BARROSO
22 ANOS
Sant. Cacém

URNA DE ALUNO PASSOU SOBRE CAPAS NEGRAS

Os estudantes da Universidade Lusófona fizeram questão de estender as capas negras para o caixão que carregava o corpo de Tiago André Santos passar. Foram vários os alunos que ontem foram ao funeral do jovem de 21 anos. No dia anterior também estiveram no velório. A mãe de Tiago André pediu aos estudantes que utilizassem o traje académico na despedida ao filho.

■ **HOMENAGEM** O momento em que os alunos cantaram para prestar homenagem ao amigo. Nenhum dos presentes conseguiu controlar as lágrimas



Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

RDIS sobre Banda Larga

Linhas de Comunicações Unificadas sobre IP

- Contribui para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.
- Os Telemóveis e os Telefones fazem chamadas gratuitas para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais, e ainda se elimina as faturas com alugueres de linhas telefónicas, fazendo economizar muito dinheiro mensalmente.
- Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes ou negócios por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.
- Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.

A BELTRÔNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

Estamos em todo o país, informe-se já:
ALGARVE - BEJA - BRAGA - BRAGANÇA - COIMBRA - Évora - FUNCHAL
FUNDÃO - GUARDA - LERMA - LISBOA - LOULÉ - P. DELGADA - PORTALEGRE
PORTO - SANTARÉM - SETÚBAL - V. CASTELO - VILA REAL - VISEU

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

TRAGÉDIA NO MAR



ALERTA | ONDAS

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera mantém o alerta de agitação marítima para a costa portuguesa, com ondas de 5,5 metros a Sul do Cabo Raso



MECO | CURIOSOS

O desaparecimento dos jovens tem levado inúmeros curiosos à praia do Meco, em Sesimbra, muitos dos quais esperam ajudar nas buscas

MECO ■ PATRULHAMENTO CONCENTRADO NA LINHA DA COSTA



■ **Colegas dos jovens desaparecidos, vestidos com o traje académico, estiveram ontem no areal da praia do Meco à espera de um milagre**



■ **Nas arribas foi improvisado ontem um pequeno altar, onde as famílias e os amigos dos jovens depositaram flores e se juntam em oração**

Mau tempo trava buscas da tragédia

■ **Agitação marítima pode travar operação no mar. Buscas continuam em terra. Desespero das famílias sem fim**

● ANA BOTTO TEXTO
PEDRO SIMÕES FOTOS

O agravamento das condições do mar poderá impedir hoje as buscas marítimas pelos cinco jovens desaparecidos na praia do Moinho de Baixo, no Meco, Sesimbra. Prosseguem, porém, as buscas terrestres. Familiares e amigos continuam de olhos postos no mar e não arredam pé do areal à espera de um milagre. Ontem, no quarto dia de buscas, a operação foi direcionada para a linha de costa a Sul da praia do Moinho de Baixo, onde

os jovens desapareceram. As equipas percorreram durante todo o dia a praia dos Lagostinhos, a praia das Bicas, a praia da Foz e a zona rochosa próxima do Cabo Espichel.

As buscas começaram pelas 08h00 e envolveram cerca de 50 efetivos da Polícia Marítima, bombeiros, Proteção Civil e INEM, além dos elementos da Marinha afetos à fragata 'Bartolomeu Dias' e à lanchara 'Cisne'. Envolveu também um helicóptero da Força Aérea.

Familiares e amigos dos jovens de olhos postos no mar

A operação marítima terminou pelas 17h30, mas as buscas em terra prolongaram-se pela noite dentro. Ao final do dia de ontem, o comandante da capitania do porto de Setúbal, Lopes da Costa, admitiu a suspensão da operação: "A confirmarem-se as previsões que apontam para um agravamento das condições do mar, as buscas por via marítima serão suspensas."

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

COMPTON

FLORES E CAPAS NEGRAS ENCHEM AREAL NO MECO

● O areal da praia do Meco encheu-se ontem de capas negras, com inúmeros alunos da Universidade Lusófona, trajados a rigor, a patrulharem a praia em busca de sinais dos colegas desaparecidos. Sucedem-se também as homenagens no areal. Na segunda-feira foi colocado um memorial com flores e fotografias e ontem nasceu um altar com velas e também com flores.



■ **Esperança. Amigos e familiares têm atirado ao mar flores em sinal de esperança, a partir da zona da praia onde os jovens estariam sentados antes de serem arrastados.**



PRAIA DO MECO ■ CINCO ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DESAPARECIDOS NO MAR

Corpos procurados na zona de Sines

■ Mau tempo suspendeu buscas marítimas, mas patrulhamento por terra prosseguiu ontem. Autoridades acreditam que, com as fortes correntes, corpos sejam arrastados para sul

FOTOS: WIKIMEDIA, GAZETA

■ ANA BOTTO / MAGALI PINTO

As fortes correntes marítimas sentidas a sul do Cabo Espichel podem levar a que os corpos dos cinco jovens desaparecidos na madrugada de domingo, na Praia do Meco, surjam nos próximos dias nas praias da Costa Alentejana, na linha de costa até ao Porto de Sines.

A hipótese foi ontem avançada pelo comandante da capitania do porto de Setúbal, Lopes da Costa, ao quinto dia de operações, em que as buscas marítimas pelos jovens desaparecidos, alunos da Universidade Lusófona, em Lisboa, foram suspensas.

“Às 08h18 da manhã [de ontem] foi feito um balanço das operações e as buscas marítimas mantiveram-se suspensas devido às condições de agitação ma-

ritima”, disse ao **CM** o comandante Lopes da Costa. E acrescenta: “Apesar de as operações marítimas estarem suspensas devido à agitação marítima, e de não se prever um desagravamento do estado do tempo até ao fim de semana, a polícia marítima tem estado em permanência a efetuar buscas em terra”.

Apesar da forte precipitação que ontem durante o dia incidia na zona do Meco, em Sesimbra, os agentes da Polícia Marítima não suspenderam as buscas terrestres e continuaram com o policiamento ativo em toda a faixa costeira. Durante todo o

dia, elementos percorreram a pé, ou auxiliados por moto-quatro e carrinhas pick up, as zonas das praias dos Lagostinhos, a praia das Bicas e a praia da Foz.

Pelas 19h00 de ontem, os responsáveis da Proteção Civil fi-

Amigos e familiares criaram memorial às vítimas com velas



zeram um novo balanço das operações que decorrem naquela zona e as buscas marítimas continuam suspensas, mantendo-se as operações em terra.

Desde a madrugada de domingo que têm decorrido as operações de busca para encontrar os cinco desaparecidos junto à praia do Meco - Catarina, Pedro, Carina, Andreia e Joana

-, sempre sob o olhar dos familiares, no areal do Meco.

Na zona onde desapareceram continua instalada uma tenda da Proteção Civil, onde está a ser assegurado o apoio psicológico aos familiares e amigos dos jovens por psicólogas do INEM e dos Bombeiros de Sesimbra. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL **COMTECO**

🔍 PORMENORES

● **CORPO ENCONTRADO**
Tiago André Campos, de 21 anos, foi encontrado morto logo no domingo de madrugada, na praia do Meco. O funeral do estudante de Comunicação Aplicada decorreu na quarta-feira.

● **TRÊS DIAS DE LUTO**
A Universidade decretou três dias de luto em homenagem a Tiago André e também pelos estudantes que permanecem desaparecidos no mar.

● **POPULARES AJUDAM**
Desde a manhã de domingo que muitos moradores da zona do Meco têm ajudado as autoridades nas buscas pelos jovens desaparecidos, tentando procurar nas zonas rochosas das praias.

ALERTA | ONDAS DE 5 METROS

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera prevê para hoje ondas de 4 a 5 metros na Costa Ocidental. A sul do Cabo Raso estão previstas ondas de 3,5 a 4,5 metros



CONVÍVIO | ALUNOS FALTARAM

Mais alunos, representantes de outros cursos, deveriam ter estado no fim de semana no encontro da Comissão Oficial das Praxes Académicas, mas tiveram de faltar

LAÇOS PRETOS | HOMENAGEM

Vários alunos da Universidade Lusófona ainda mantêm o laço preto no Facebook, em homenagem aos jovens que foram arrastados por uma onda, na praia do Meco



Painel com flores manteve-se na praia apesar da forte precipitação que ontem se sentiu na zona do Meco



Desde domingo que a Polícia Marítima patrulha em permanência as praias até ao Cabo Espichel

RAMOS DE FLORES E FAIXAS PRETAS NO MEMORIAL

Familiares e amigos, que criaram na segunda-feira um memorial em homenagem aos seis jovens arrastados por uma onda, na praia do Meco, exatamente no local da tragédia, deixam ali todos os dias flores e faixas negras. Recorde-se que o memorial foi criado no local onde os sete jovens estavam sentados na madrugada de domingo – seis foram arrastados e um sobreviveu.

PRAIA COM ACESSO ISOLADO

A praia do Moinho de Baixo, no Meco, em Sesimbra, continua com o acesso isolado para permitir a entrada das autoridades na área, de forma a que as operações de busca possam decorrer sem problemas.

VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

DESAPARECIDOS

Jovens foram arrastados por onda na praia do Meco, em Sesimbra



PEDRO TITO NEGRÃO

24 ANOS
Lisboa



CATARINA SOARES

22 ANOS
Barreiro



ANDREIA REVÉZ

21 ANOS
Loulé



CARINA SANCHEZ

23 ANOS
Fernão Ferro



JOANA BARROSO

22 ANOS
Sant. Cacém

ALUNOS HOMENAGEIAM

Os alunos do curso de Serviço Social, da Universidade Lusófona, colegas de Joana Barroso, uma das jovens desaparecidas na praia do Meco, colocaram uma lona na praia em memória à vítima de 22 anos.

Sobrevivente refugia-se

O jovem João Miguel Gouveia, o estudante da Universidade Lusófona que conseguiu escapar com vida ao arrastão de uma onda na madrugada de domingo, na praia do Meco, vive em Lisboa mas refugiou-se da tragédia, com a família, na casa de um familiar na Parede, Cascais.

O estudante João Miguel, 23 anos, frequenta um curso na Universidade Lusófona. Um familiar de um dos jovens desaparecidos disse ontem ao **Correio da Manhã** que João Miguel ainda não conseguiu falar com os pais dos jovens desaparecidos a explicar o sucedido na madrugada de domingo na praia do Meco.

“Que eu saiba o rapaz que sobreviveu não falou com os pais dos jovens que continuam desaparecidos. Sei que ele falou com a Polícia Marítima, mas também



Amigos e colegas da Universidade Lusófona no areal no Meco

deve estar em estado de choque com o sucedido com os amigos”.

Ao contrário dos outros dias, ontem foram menos os familiares e amigos que estiveram na praia a acompanhar as buscas.

O pai de uma das jovens desaparecidas, Catarina Soares, esteve ainda durante a manhã de ontem a acompanhar as buscas da Polícia Marítima na linha de costa até ao Cabo Espichel. ■

Ganhe até €100.000



DIA 26 DEZEMBRO ANDA A RODA

1 em cada 3 frações é premiada!*

A VENDA EM TODOS OS TERMINAIS ATÉ ÀS 11H30 DO DIA DA EXTRAÇÃO

* Media
Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.
Apostar na Lotaria Popular faz parte de apoiar Boas Causas

lotaria popular

Vidas

DIANA FERREIRA EM POSE SEXY

O NATAL DE ALEXANDRA LENCASTRE

ADVOGADAS SEXY COM MARCAS DE LUXO PÁGS. 41 A 45

CORREIO da manhã

www.cmjornal.pt

Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

5 DESAPARECIDOS

Pais vigiam praias à espera de corpos

PÁGS. 24 E 25

PASSOS INSISTE NO CORTE DE PENSÕES

REFORMAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM RISCO



- **Veto do Tribunal Constitucional não trava Executivo**
- **Plano B discutido em Conselho de Ministros 5.ª feira**
- **Governo reduz complementos salariais no Estado**
- **Extras custam 700 milhões de euros por ano** PÁGS. 8 E 9

lotaria clássica

LOTARIA DO NATAL

€12.000.000*

A ESPERANÇA É A ESTRELA DESTE NATAL.

Anda a Roda no dia 24 de dezembro de 2013.

* Prémio total nas dez séries. Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

FC PORTO 4 | O OLHANENSE

Dragão goleia algarvios em boa exibição

■ Jackson marca 12.º golo mas Carlos Eduardo brilha

PÁGS. 6 E 7



V. SETÚBAL 0 BENFICA 2

RODRIGO E LIMA FORAM OS MARCADORES DE SERVIÇO

Jesus ganha na tática

■ Alterações no onze da águia decisivas para ganhar os três pontos

PÁGS. 4 E 5

BARREIRO

Pedófilo com cadastro viola filha e vizinha

PÁG. 15

GUIMARÃES

Ataque fulminante mata jovem em jogo de futsal

■ Pedro Ferreira, de 21 anos, com morte semelhante à de Fehér

PÁG. 12

Sport

FILHO DE PINTO DA COSTA NA SUCESSÃO PORTISTA

EM LISBOA

Homens casados são clientes de prostitutas

PÁG. 21

PRAIA DO MECO ■ CINCO ESTUDANTES CONTINUAM DESAPARECIDOS

Pais patrulham pra

■ Diminuição de meios e suspensão das buscas leva pais a vigiar praia. Autoridades dão mais atenc

● ZAHRA JIVÁ/
/MANUELA GUERREIRO TEXTOS
RUI MINDERICO FOTOS

Os familiares dos cinco jovens que continuam desaparecidos na praia do Meco, em Sesimbra, iniciaram uma vigilância pelos próprios meios, depois das buscas marítimas e aéreas terem sido suspensas anteontem. Reuniram-se pela manhã, agarraram em binóculos e andaram pela praia do Meco à procura dos filhos. Joana Barroso, Cátarina Soares, Carina Sanchez, Pedro Negrão e Andreia Revéz continuam desaparecidos desde a madrugada de domingo, após terem sido arrastados por uma onda na praia do Meco.

Durante toda a manhã, muitos pais, com gorros, luvas e agasalhos para escaparem do frio, espreitaram por binóculos à procura de sinais dos jovens desaparecidos. O patrulhamento das praias pelas famílias deve-se à diminuição de meios e à suspensão de algumas buscas, devido a condições adversas.

“Os meios estão a ser progressivamente adequados à situação e ao tempo decorrido. Há uma fase mais intensa nas primeiras horas e dias e, à medida que o tempo vai decorrendo, passamos a uma situação de mais patrulhamento e atenção à linha da costa, na expectativa de que o mar devolva os corpos”, explica o comandante Lopes da Costa, da Capitania de Setúbal.

Para apoiar as buscas maríti-

“Meios são adequados ao tempo decorrido”

Lopes da Costa

mas, apesar das fortes correntes, esteve ontem disponível, segundo o comandante, “uma corveta da marinha, mais afastada da costa?”

Os pais permanecem unidos na procura dos jovens, sempre com esperança de os encontrar. Os estudantes desapareceram faz amanhã uma semana. Desde então, os pais mantêm-se no areal de olhos postos no mar. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO DA MANHÃ



Buscas marítimas foram novamente suspensas



Pais, de binóculos, procuraram os jovens na praia do Meco

Solidariedade entre famílias

Apesar da tragédia ter atingido estas famílias, nasceu um sentimento de solidariedade partilhado por todos e que os leva a apoiarem-se mutuamente. A cumplicidade foi ontem visível quando um dos familiares tentou obrigar um outro a alimentar-se: “Tens de comer, nem que seja uma sandes e um sumo. Vais ter de comer!” É assim há uma semana. Na praia do Meco, cuidam uns dos outros. ■



A esperança de encontrar os jovens não desvanece



PASSATEMPOS XL
passatemplos.xl.pt

CORREIO

LIGUE JÁ



760 201 517
De 130 em 130 chamadas
10 malas "cabin size"



760 201 538
De 160 em 160 chamadas
10 malas porão



760 201 506
De 200 em 200 chamadas
10 purificadores



760 201 519
De 25 em 25 chamadas
76 caixas com 6 garrafas



760 201 503
De 40 em 40 chamadas
30 coffret's

Para mais informações, ou reclamação de prémios, ligue 210 494 412 (dias úteis entre as 9h30-13h e as 14h30-18h). O promotor reserva o direito de alterar o número da intervalo de chamadas premiadas para um número de intervalo inferior. As imagens dos prémios são meramente ilustrativas. Cada chamada premiada tem direito a um prémio da categoria assinalada. Este passatempo também está disponível em passatemplos.xl.pt

Írias

ão à linha da costa

VÍTIMAS DA TRAGÉDIA

DESAPARECIDOS

Jovens foram arrastados por onda na praia do Meco, em Sesimbra



PEDRO TITO NEGRÃO
24 ANOS
Lisboa



CATARINA SOARES
22 ANOS
Barreiro



ANDREIA REVEZ
21 ANOS
Loulé



CARINA SANCHEZ
23 ANOS
Fernão Ferro



JOANA BARROSO
22 ANOS
Sant. Cacém



Agueiros na praia do Meco

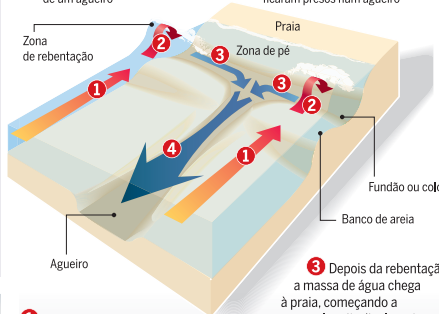
Marinha explica afogamento

Um agueiro forma-se em zonas onde a rebentação é inferior ao normal, em consequência da acumulação de areia em locais específicos. Em Portugal, este fenómeno natural ocorre, sobretudo, na costa atlântica



A Os jovens foram apanhados numa zona de ondas violentas. A corrente empurrou-os para sul, para dentro de um agueiro

B Os alunos sentiam-se seguros na zona com menos ondas. Foram surpreendidos por uma delas e ficaram presos num agueiro



- 1 Uma onda aproxima-se da praia, vinda do alto mar
- 2 A onda rebenta após passar por cima do banco de areia, mas antes divide-se em duas, deixando no meio um espaço sem espuma
- 3 Depois da rebentação, a massa de água chega à praia, começando a percorrer longitudinalmente o colo (ou fundão) gerado entre a zona de pé e o banco de areia
- 4 Sem espaço por onde escoar, a massa de água regressa, pelo meio, ao oceano, arrastando tudo à sua passagem e deixando à superfície uma leve espuma

Fonte: Elaboração própria

CORREIO DA MANHÃ



Santos Martinho explica fenómeno

Marinha alerta para fenómeno perigoso

■ Não entrar em pânico e nadar paralelamente à costa. São estas as recomendações dadas ontem pelo comandante Santos Martinho, do Instituto Hidrográfico da Marinha, a quem seja apanhado por um agueiro. Este fenómeno natural, tão comum quanto perigoso, consiste em correntes muito fortes, normalmente com dezenas de metros de largura, que podem transportar objetos e sedimentos até 500 metros de distância da praia.

Um fenómeno que, segundo Santos Martinho, pode estar na

origem do desaparecimento dos alunos. É disso exemplo a recuperação do corpo de Tiago Campos, a 400 metros da costa.

Para além do estado do mar, com "ondas de 3 a 6 metros" que rebentavam junto à areia com muita intensidade, as roupas pesadas dos universitários complicaram a situação pois, diz Santos Martinho, "os agueiros podem chegar a velocidades de dois metros por segundo, enquanto os nadadores profissionais [com roupa apropriada] não superam os 2,3 metros por segundo".



Jacinta Gonçalves tenta que os pais voltem às suas rotinas

"É difícil tirar os pais da praia"

● Jacinta Gonçalves, de 33 anos, psicóloga do INEM, acompanhou os pais nos primeiros dias desta tragédia. "Minimiza as dores das famílias saber o que aconteceu", disse ao CM, acrescentando que o importante é terem o apoio dos mais próximos. "A psicóloga garante que estão a ser acompanhados via telefone. Acrescenta que é muito difícil tirar os pais da praia."

NOVAS LOJAS QUALIDADE e PRELUNTE

ÂNGELO COSTA

ouriversarias

COMPRA E VENDE EM 2ª MÃO

Ouro Prata Joias Moedas Relógios

www.angelocosta.pt

ATELIER DE RESTAURO

Lisboa
Av. Alameda Rêta, nº 143 - 1º andar
T: 213 147 343 - F: 213 574 272
Por cima da Pastelaria Corinto

Lisboa
Avenida de Roma nº 14 A
T: 218 404 056

Lumiar
Alameda das Linhas de Torres, nº 236
T: 217 896 528 - F: 227 975 779
Centro Comercial Lumiar Loja 22

Moscavide
Av. de Moçambique, 32/214
T: 219 434 203 - F: 218 650 188
Centro Comercial Oasis, Loja 3 e 4

Odivelas
Av. D. Diogo, nº 233
T: 219 323 734 - F: 927 975 779
No lado do Pingo Uice

Setúbal
Praça da Boça, nº 87 - 1º Andar
T: 265 501 283
Em frente a C.M. de Setúbal

Almeirim
R. Maria II, nº 111 - R/C Esq.
T: 243 951 478
Ao lado dos CTT

V.F. Xira
R. Santa Fátima, nº 111 - R/C Esq.
T: 265 277 624 - F: 927 975 779
Em frente à estação dos comboios

Fátima
R. 3 Maio - Ed. Fonte Nova - Loja 32
T: 249 332 607
Junto ao Mercado

ESTA TERÇA-FEIRA
JACKPOT

€ **72.000.000**

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE
EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro
milhões

DOMINGO 22/12/2013 € 1,35 (CIVA)

PRESSÃO NAS FINANÇAS
Troika exige cortes extras no Estado
PÁG. 21

CORREIO da manhã
www.cmjournal.pt
Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

MOÇAMBIQUE
Piloto da LAM atirou avião ao solo com intenção
PÁG. 52

SEIS MORTOS EM NAUFRÁGIO COM PRAIA À VISTA

ONDA VIRA BARCO A 500 METROS DO AREAL NA COSTA DA CAPARICA

MAU TEMPO NO MAR ESTÁ NA ORIGEM DO DESASTRE

ALERTA DADO AS 19H40 PELO ÚNICO SOBREVIVENTE DA TRAGÉDIA

PÁGS. 6 A 8

PESCA DO ROBALO FATAL PARA GRUPO DO BARREIRO



NUNO CRATO PÁG. 18
POLITÉCNICOS PEDEM DEMISSÃO

ESPAÑA RECUA PÁGS. 17 E 29
MILHARES DE ESPANHOLAS ABORTAM EM PORTUGAL

Vidas de DOMINGO
Kelly no top das mais sensuais do Brasil
Namorada de Pedro Guedes PÁGS. 45 A 49

AC AUTOMÓVEIS
VALIDADE 1 ANO. ATÉ 5 PESSOAS.
2709-510 Terrugem - Sintra

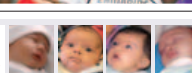
COMO SEU JORNAL
PAI NATAL
AS VIDAS DE QUEM VESTE A FARDADA

SPORTING 0 | O NACIONAL PÁGS. 4 E 5
Leões apanhados por rivais



CONFETARIA MARQUES DE POMBALE
Este Natal escolha um presente de qualidade!
Av. Liberdade, 214A - Lisboa - Tel. 21 354 23 42
www.confetariamarquespombal.com

AÇÃO CM Viva a vida



OS NOVOS ROSTOS DE 2013
CM Premeia Bebés da Esperança PÁGS. 25 A 28

PRAIA DO MECO ■ CINCO ESTUDANTES CONTINUAM DESAPARECIDOS



■ Damásio Vicente (primo de Andreia, em cima à esquerda), era um dos muitos familiares das vítimas que ontem se reuniram

“Queria vê-la uma última vez”

■ Familiares e amigos criam novo memorial e procuram respostas para o que aconteceu

● ZAHRA JIVÁ / JOÃO C. RODRIGUES

Decorreu ontem, por terra, o sétimo dia de buscas pelos corpos de Pedro Negro, Catarina Soares, Andreia Revéz, Carina Sanchez e Joana Barroso, na praia do Meco, em Sesimbra.

Apesar das buscas marítimas e aéreas terem sido suspensas há três dias, os familiares não perdem a esperança de encontrar os

cinco jovens. Deslocaram-se ontem à tarde à praia do Meco e voltaram a criar um memorial na areia, no local onde a Polícia Marítima acredita que os sete jovens estariam – recorde-se que um morreu e outro foi resgatado com vida.

Os familiares deixaram fotografias dos filhos com a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Durante algum tempo, os familiares e amigos lamentavam o sucedido e procuravam respostas. Perguntavam aos moradores

que iam passando se teriam visto os jovens. O primo de Andreia Revéz, Damásio Vicente, de 73 anos, estava inconsolável. “Ela era uma rapariga tão sossegada. Tã o simpática. Eu era a única família dela aqui em Lisboa”, explicava enquanto acendia uma vela em homenagem. “Enquanto o corpo não aparecer não podemos fazer o funeral. Precisávamos de a ver uma última vez”, acrescenta.

As buscas terrestres vão continuar no dia de hoje. ■

Buscas marítimas e aéreas continuam suspensas

DETIDAS PELA PSP DA AMADORA EM CRECHE DA CEBESA POR SUSPEITAS DE MAUS-TRATOS

Tribunal afasta educadoras das crianças

■ As duas educadoras do Centro de Bem-Estar Social da Amadora (CEBESA), que antontem foram detidas por agentes da PSP por suspeitas de maus-tratos, saíram em liberdade do tribunal, mas ficaram proibidas de manter contactos com as crianças.

As duas mulheres, de 35 e 44 anos, estão indiciadas por um total de 12 crimes de maus-tratos a crianças entre os três meses e os três anos. O caso, apurou o CM, foi denunciado em outu-



São suspeitas de 12 crimes

bro, altura em que o Ministério Público iniciou uma investigação. As duas educadoras foram presas antontem de manhã na creche da CEBESA de Vila Chã.

A denúncia partiu de duas educadoras, que entretanto foram afastadas porque os contratos não foram renovados.

Antontem realizou-se uma reunião de pais por causa da situação. A direção da CEBESA diz que “é preciso deixar a justiça funcionar”. ■ J.C.R.

MOTA SOARES

Antecipar pensão dá corte de 50%

PÁGS. 26 E 27



CORREIO da manhã

www.cmjornal.pt

Diretor Octávio Ribeiro | Dir.-Adj. Armando Esteves Pereira, Carlos Rodrigues e Eduardo Dâmaso

ENFORÇA-SE NA PRISÃO

Empresário planeou matar quatro pessoas

PÁGS. 14 E 15

MORREM DE FRIO AGARRADOS AO BARCO

SOBREVIVENTE RELATA TRAGÉDIA À FAMÍLIA

■ **Naufágio** na Caparica enluta famílias da Margem Sul

PÁGS. 4 A 7

SOBREVIVENTE

MITCHELL ALMEIDA
37 ANOS

MORTOS

CARLOS MENDES
69 ANOS

JAIME HORTELÃO
67 ANOS

ANTÓNIO MAGALHÃES
38 ANOS

JOÃO PILOTO
66 ANOS

MANUEL PEIXEIRO
70 ANOS



Marinha encontra corpo de estudante morta no Meco PÁG. 10

LOTARIA DO NATAL

€12.000.000*

A ESPERANÇA É A ESTRELA DESTE NATAL.

Anda a Roda no dia 24 de dezembro de 2013.

lotaria clássica

* Prémio total nas dez séries. Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

Vidas

Liliana Santos sensual em produção

■ **Atriz** assume que gosta muito de ser fotografada: Verde PÁGS. 45 A 49

■ **Teresa Guilherme** cancela Natal em Cabo Verde

HERMÍNIO SANTOS FECHOU COCKPIT

Piloto da LAM deprimido mata 33 pessoas

■ **Divórcio e suicídio de um filho** na origem da depressão PÁGS. 8 E 9

INOVADORES

Remédios sofrem corte PÁG. 20

PRÉDIOS

Leilões do Estado desertos PÁG. 24

REGRESSO AO SNS

Médicos reformados não voltam PÁG. 19

Gaitán cobiceado por grandes da Europa

■ **Benfica** quer 30 milhões pelo craque, disputado por PSG e M. United PÁG. 32

MARCELO E COSTA RIVAIS NO DUELO PARA BELÉM

■ **Sondagem** aponta Rui Rio e António Guterres em segundo lugar PÁG. 28

William ganha admiração em Alvalade

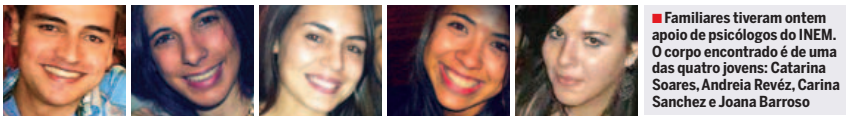
■ **Colegas** elogiam jogador PÁG. 29



ESTRADAS | 59 DETIDOS

A GNR fiscalizou anteontem 6251 condutores e 59 foram detidos. 45 deles por condução sob efeito de álcool, 12 por falta de carta de condução e dois por outros motivos

TRAGÉDIA ■ MARINHA ENCONTRA CORPO DE RAPARIGAA 3,5 KM A SUL DO MECO



■ Familiares tiveram ontem apoio de psicólogos do INEM. O corpo encontrado é de uma das quatro jovens: Catarina Soares, Andreia Revéz, Carina Sanchez e Joana Barroso

PESO E MEDIDA

LUÍS PIRES DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASS. SIND. FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Celebrar o Natal

Nesta época em que se celebra a fé e a esperança e a altura certa de redefinir as prioridades na nossa vida. Para os crentes, Deus está no centro da sua vida e consequentemente dos valores da família, da amizade, da comunidade, do trabalho, valores estes também partilhados pelos não crentes. E 2013 foi um dos anos mais solidários entre a população portuguesa, em que as pessoas individuais, as associações religiosas e civis tiveram um papel fulcral para que os mais necessitados

Votos para que os intervenientes do destino da ASAE tenham bom senso, inteligência e humildade

não tivessem succumbido nesta crise. Contudo, o advento só faz sentido se a esperança se consumir. É nossa responsabilidade de participar nessa consumação, melhorar a sociedade tornando-a mais justa, logo, feliz. Para isso, o Estado tem de fazer o seu papel. No caso da ASAE, tem de voltar a lembrar-se do que deve representar para o cidadão e para as empresas. Desejo nesta quadra o que desejei há um ano. Votos para que os intervenientes do destino da ASAE sejam prendados com bom senso, inteligência para ouvir e humildade para decidir, já que muito há para fazer. Muito mesmo.

Segundo cadáver resgatado do mar

■ Tarefa dolorosa para famílias das quatro raparigas desaparecidas, que foram chamadas a identificar o corpo e receberam apoio psicológico do INEM

■ BERNARDO ESTEVES

O corpo de uma das quatro raparigas desaparecidas no dia 15 na praia do Meço, Sesimbra, foi encontrado ontem pela Marinha a 3,5 km a sul do local da tragédia.

As famílias das estudantes foram chamadas à morgue do Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, para identificar o cadáver - uma tarefa dolorosa para a qual os familiares

das vítimas não estavam preparados, tendo de receber apoio dos psicólogos do INEM - mas o estado de decomposição em que o corpo se encontrava não o per-

mitiu e deverá obrigar a que a identificação seja realizada através da comparação do ADN.

O cadáver foi encontrado pelas 10h40, no mar, 1200 metros em frente à Praia da Pipa, durante as buscas efetuadas pela

Corveta 'Jacinto Cândido'.

Expectativa de que mais corpos deem à costa por estes dias

É o segundo corpo resgatado pelas autoridades depois de, no dia da tragédia, ter sido encontrado o cadáver de Tiago Campos. Dos sete estudantes da Universidade Lusófona

apanhados pelo mar, salvou-se João Miguel Gouveia, que alertou as autoridades. Continuam desaparecidos um rapaz (Pedro Negro) e três raparigas.

➕ PORMENORES

● **MORTES POR ONDAS**
Nos últimos sete anos morreram, pelo menos, 40 pessoas arrastadas por ondas em Portugal. O ano de 2013 é o mais mortífero desde 2007, com um total de 12 mortos.

● **ALERTA PARA AGUEIROS**
O Instituto Hidrográfico lança, em 2014, um sistema de informação sobre os locais com risco de formação de agueiros. Muitas destas correntes surgem aleatoriamente, consoante as mudanças que a agitação marítima causa no fundo.

A Marinha tem agora a expectativa de que mais corpos possam ser resgatados nos próximos dias, mas avisa que as buscas podem demorar. "Estamos a entrar numa fase essencialmente de patrulhamento da costa, na expectativa de que os corpos possam chegar à terra", disse ao **CM** o Comandante da Capitania de Setúbal, Lopes da Costa.

Segundo este responsável, as buscas vão incidir sobre a mesma área até agora patrulhada. "Os cálculos de deriva do Instituto Hidrográfico indicam que a zona de maior probabilidade continua a ser entre o Meço e o Cabo Espichel", explicou Lopes da Costa. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL **comigo**



publico.pt
P

CGD obrigada a vender durante 25 anos seguros que vão ser privatizados

Prazo para chineses e americanos apresentarem uma proposta final para a privatização do negócio de seguros da CGD termina hoje. Contrato prevê acordo de exclusividade durante um quarto de século **Economia, 16**

TRAGÉDIA NO MECO CINCO JOVENS AINDA DESAPARECIDOS

Portugal, 8



Vistos gold em Portugal ainda não criaram emprego

No total, já beneficiaram dos vistos gold cidadãos de 24 países, com a China a liderar com 295 autorizações **p12**



Peter O'Toole, a segunda morte de Lawrence da Arábia

O actor morreu em Londres aos 81 anos, poucos meses depois de se ter retirado da representação **p48**

Agostinho Branquinho ganhou concurso de promoção do Foral lançado por Relvas

A campanha de comunicação, no valor de quase 450 mil euros, foi adjudicada em 2002 a uma empresa de publicidade detida pelo secretário de Estado **Destaque, 2 a 5**

FC Porto e Benfica não deixam fugir o Sporting

Os dois mais directos perseguidores do líder venceram e continuam a dois pontos dos "leões" **p40**

ESTA TERÇA-FEIRA
JACKPOT

€ **51.000.000**

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ES TU?

euro milhões



Cinco dos sete jovens arrastados pelo mar no Meco estavam desaparecidos

Um elemento do grupo conseguiu salvar-se. Até ontem à noite apenas o corpo de um dos seis jovens que desapareceram no mar foi encontrado. Familiares passaram a noite no local

Acidente Catarina Gomes

Foram infrutíferas, ao longo de todo o dia de ontem, as buscas para encontrar os cinco jovens desaparecidos no mar, na Praia do Meco, em Sesimbra. Do grupo de quatro rapazes e três raparigas que foi arrastado pelas ondas, só um conseguiu regressar ao areal, e dar o alerta. Um corpo foi encontrado ainda de madrugada, pelas 6h. Dos outros, nada se sabia.

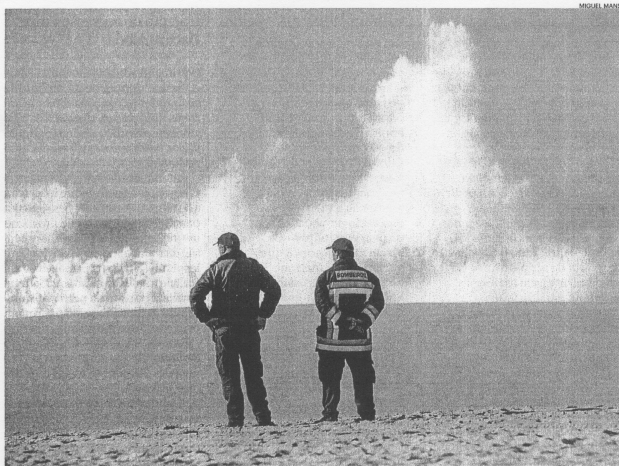
Os jovens, na maioria estudantes da Universidade Lusófona de Lisboa, com idades entre os 21 e 25 anos, estavam alojados numa casa alugada na aldeia de Alfarim, que fica a uns dois quilómetros de distância. "Sabemos que o mar na praia do Meco é perigoso, que muitas vezes temos bandeira amarela e bandeira vermelha, mas é a primeira vez que há um acidente deste género", disse Augusto Pólvora, presidente da Câmara de Sesimbra.

As buscas continuaram durante a noite, com patrulhas que continuaram em terra a percorrer uma zona de costa de cerca de cinco quilómetros, explicou Francisco Luís, vereador da proteção civil da Câmara de Sesimbra. Próximo do areal, foram criadas condições para que os familiares que quisessem continuar à espera no local pudessem ali ficar durante a noite "com algum conforto".

Francisco Luís diz que, além da tenda que esteve montada todo o dia para acolher os familiares e os psicólogos que lhes estiveram a dar apoio, foi levada para o local uma segunda tenda, bem como alimentação e material para camas improvisadas. "Não podemos obrigar as pessoas a sair daqui" disse. Ao início da noite, ainda não tinha sido encontrado mais nenhum jovem.

Quem não soubesse o que tinha ocorrido de madrugada naquela praia ficaria surpreendido com o cenário. Um helicóptero da Força Aérea dá voltas no ar, duas lanchas, uma da Polícia Marítima e outra do Instituto de Socorros a Náufragos, e um navio da Marinha desenharam linhas paralelas à costa.

Havia homens fardados, da Polícia Marítima e dos bombeiros, espalhados ao longo do areal, cerca de 50.



O mar alteroso apanhou o os estudantes desprevenidos. Os familiares passaram o dia na praia

Próximo dos restaurantes de praia, o INEM instalou uma tenda branca onde foram chegando os familiares dos jovens. Ao início da tarde, apenas a família de um dos jovens não tinha ainda sido encontrada pelas autoridades. As outras ali esperaram, separados por uma tira de plástico para os manter resguardados, que lhes viessem trazer notícias dos familiares. Naquele recanto improvisado, alguns choravam, abraçavam-se. A maioria não tirava os olhos do mar.

O único jovem que sobreviveu foi levado para o Hospital Garcia de Orta, em Almada, mas ainda durante a manhã teve alta e foi ele quem deu a maior parte das pistas que conduziram às famílias, explicou o comandante Carlos Manuel Lopes da Costa, capitão do Porto de Setúbal, da Autoridade Marítima Nacional,

50

homens procuraram ontem, por terra, sinais dos cinco jovens universitários que continuavam desaparecidos

que está à frente das operações de resgate.

As 6h, as equipas resgataram o corpo de outro elemento do grupo. O cadáver estava a 400 metros do local onde os sete foram apanhados pelas ondas. "A ondulação estava e mantém-se forte na zona de rebentação", disse o comandante. As ondas tinham ontem de manhã cerca de quatro metros de altura. "Temos sempre esperança de encontrar alguém vivo", disse Carlos Manuel Lopes da Costa.

Tendo em conta o tempo que já se passou desde o acidente e as correntes marítimas do mar naquela região, o mais provável é que os jovens tenham sido levados para sul. Por isso, na água as buscas estavam a ser feitas numa área que se estendia ontem entre "uma milha a norte do acidente e duas a três milhas a sul" disse o comandante. Hoje os trabalhos no mar são retomados logo pelas 7h30 e o perímetro alargado em mais duas milhas para sul, abrangendo agora uma zona entre a lagoa de Albufeira e a praia dos Lagosteiros, já próxima do cabo Espichel.



publico.pt
P

BCE dá como certo que Portugal terá novo programa após o resgate

Enquanto o Governo não põe de lado uma 'saída limpa' do resgate, tal como a Irlanda, o presidente do Banco Central Europeu adverte que terá de haver um qualquer programa. Não diz é qual **Destaque, 2/3 e Editorial**

Associações de militares vão a Belém apelar a Cavaco para que não promulgue o OE

Documento é entregue amanhã. Em causa está a extinção do fundo de pensões dos militares das Forças Armadas **p7**



Tribunal de Beja diz que prova de avaliação de professores não é ilegal e contraria Fenprof

É a segunda decisão favorável a Nuno Crato. Ameaças de boicote às provas de amanhã estão a preocupar directores **p12**

Rottweiler fere criança de dois anos com gravidade, obrigando a cirurgia de várias horas

Os responsáveis pelo cão poderão vir a ser condenados pelo crime de ofensas à integridade física por negligência **p13**



Doente com cancro processa IPO por recusa de medicamentos inovadores

Com um cancro em estado avançado, diz ter sido "arquivado na galeria dos 'sem remédio'" "Por favor, decida já", pede ao ministro da Saúde **Portugal, 10**

NATAL v+
v+
INVESTIR NO FUTURO DÁ UM PRESENTE

CONSTITUA O DEPÓSITO NATAL v+ OU DOMICÍLIO O SEU ORDENADO OU PENSÃO NO BANIF E GANHE UM PRESENTE



PUBLICIDADE
BANIF
FOCADO EM ti

A informação apresentada não representa qualquer das condições de comércio, disponíveis na Ficha de Informação Normalizada em destaque disponível no Agénio banif em banif.pt ou ligue 808 209 200

ESTRUC03-1546



Só a rebentação das ondas no Meco quebra o silêncio da espera

Acidente
Maria João Lopes

Buscas continuaram ontem na Praia de Moinho de Baixo, mas nenhum dos cinco jovens desaparecidos foi encontrado

Quando, no domingo, as famílias começaram a ser chamadas para ir à Praia de Moinho de Baixo, no Meco, saber que nessa madrugada o mar tinha levado seis jovens, ouviram-se gritos, choros, e revolta, houve familiares a desmaiar. Ontem, o desespero não era menor e continuava a haver muitas lágrimas e abraços no areal, mas o que mais se ouvia era um silêncio pesado que só a rebentação furiosa das ondas quebrava.

Os familiares, com rostos cansados, fechados, de olhar vago, não arredaram pé e continuaram à espera durante todo o dia. Porém, além do rapaz que sobreviveu e do corpo que foi encontrado na manhã de domingo, continuavam desaparecidos cinco estudantes da Universidade Lusófona de Lisboa. As buscas marítimas foram suspensas ao cair do sol, mantendo-se apenas as equipas em terra.

Entre o grupo de sete jovens, com idades entre os 21 e os 25 anos, que foi até esta praia na madrugada de domingo, continuavam desaparecidos quatro raparigas e um rapaz.

Na praia de Moinho de Baixo, no Meco, muitas perguntas continuam sem resposta. O que terá levado sete jovens trajados a ir à uma da manhã até à praia, numa noite de Inverno e de maré-cheia, depois de um jantar numa casa que teriam arrendado para passar o fim-de-semana em Aiana de Cima, junto a Alfárim? Não se aperceberam do perigo? Não terão visto o tamanho das ondas na escuridão da noite nem ouviram o barulho da rebentação?



As buscas marítimas foram suspensas ao final da tarde

Fernando Costa, proprietário de um restaurante na zona, terá sido a última pessoa a ver o grupo na madrugada de domingo. "Estava na esplanada a fumar um cigarro e vi-os passar. Achei estranho estarem todos vestidos de igual, trajados. Vi-os a descer a estrada em direção à praia. Iam sossegados. Só estranhei ir para a praia com este frio. Nesta altura não é costume"

Argentino Veríssimo, 85 anos, conhece bem aquele mar. Foi pescador e saiu muitas vezes no barco *Galinho da Manhã* para enfrentar as ondas. Diz que o mar merece sempre respeito, mesmo quando parece calmo. "Tem de se respeitar as barbas brancas, a espuma do mar. A mocidade gosta de ver o mar, de estar ali a brincar e a conversar, mas se vier uma onda cavaleira não têm tempo de fugir nem nada. Nem dão por ela", assegura Argentino, garantindo que no fim-de-semana o mar estava "três vezes mais bravo". Tanto este antigo pescador como o comandante do Porto de Setúbal não têm memória de tragédia semelhante na praia de Moinho de Baixo, no Meco.

Apesar de já ter conversado com

o jovem que conseguiu sobreviver e pedir ajuda, o comandante do Porto de Setúbal, Lopes da Costa, defende que não é a altura apropriada para se fazer a reconstituição exacta daquela madrugada, porque essa descrição dos acontecimentos não é fundamental para a estratégia das buscas. Também não confirmou se os jovens estariam ou não em praxe naquela altura. "Quando falei com o jovem, concentrei-me em saber os contactos das famílias, o que não foi fácil. Não é altura para estar a apurar essas causas, agora estamos concentrados nas buscas" defende o comandante, deixando esse apuramento para mais tarde.

Três dias de luto

Na segunda-feira, no terreno, além de psicólogos que continuavam a apoiar as famílias, havia cerca de 50 operacionais a trabalhar no processo de buscas. Ao todo, os meios que já cotabaram incluem Autoridade Marítima, Protecção Civil, bombeiros, INEM, GNR, e Força Aérea. Os meios aéreos chegaram a ser suspensos, mas na tarde de segunda-feira um helicóptero voltou a sobrevoar a zona.

Decidiu-se também alargar a zona de buscas marítimas, em extensão, até bem perto do cabo Espichel, entre a lagoa de Albufeira e a praia dos Lagosteiros, e em profundidade – distância em relação à costa –, passando de três para cinco milhas náuticas. A estratégia tem passado por suspender as buscas marítimas durante a noite, consideradas pouco eficazes sem luz, e manter durante esse período apenas as terrestres. Na terça-feira, quando o sol nascer, os meios marítimos voltarão ao terreno e a estratégia será ponderada em função das condições meteorológicas.

No areal, os bombeiros e os pescadores garantiram que no fim-de-semana as ondas estariam ainda maiores. Mas mesmo na tarde de segunda-feira o barulho da rebentação era forte e as ondas gigantes. Alguns curiosos que se aproximavam espantavam-se com o som furioso do mar e exclamavam como poderiam os jovens não ter sentido medo nem medido o perigo. O comandante Lopes da Costa garante que naquela praia as ondas podem atingir, na zona de rebentação, quatro a cinco metros.

"Estamos a empenhar tudo o que podemos, temos de aguardar. Mas à medida que o tempo passa, a situação fica mais complicada, não fica mais fácil" admitia o comandante do Porto de Setúbal. A equipa de psicólogos não prestava declarações aos jornalistas, estando apenas concentrada em apoiar os familiares que se mantinham entre o areal e as tendas montadas na zona. À espera, de olhos postos no mar. Entre o silêncio, as lágrimas e os abraços prolongados de conhecidos que iam chegando à praia.

A Universidade Lusófona também decidiu decretar três dias de luto e disponibilizar alguns docentes que leccionam na área da Psicologia para darem apoio aos familiares dos alunos que foram vítimas das ondas na Praia de Moinho de Baixo, no Meco.

Audiência dos diários generalistas cai para 28%

Comunicação social
Ana Rute Silva

A audiência média dos jornais diários generalistas caiu de 29,1% entre 15 de Setembro a 15 de Dezembro em 2012 para 28% no mesmo período deste ano. O PÚBLICO e o jornal *i* foram os únicos jornais a conseguir chegar a uma fatia maior da população. O PÚBLICO alcançou 5,7% de audiência (5,2% no mesmo período do ano passado) e o *i* 1,7% (1,6% em 2012).

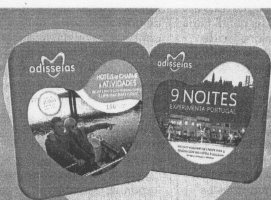
De acordo com o relatório *Bareme Imprensa*, da Marktest, na análise homóloga anual o *Correio de Manhã*, que lidera a circulação paga dos diários generalistas em Portugal, desceu de 15,3% para 15,1%. O mesmo sucedeu com o *Journal de Notícias*, que passou de 12,7% para 12,5%. Já o *Diário de Notícias* desceu de 4,9% para 4,5%.

Em comparação com os meses de Março, Abril e Maio – os que são disponibilizados pelo *Bareme* –, o *CM*, o *JN* e o *i* conquistam mais leitores. Já o PÚBLICO mantém a audiência nos 5,7%, tal como o *DN*, que atinge os 4,5% nos dois períodos.

A informação económica diária regista uma queda: de 5% para 4,4%, com o *Journal de Negócios* a protagonizar a maior descida (de 3,1% para 2,8%). O *Diário Económico* desce de 3,1% para 2,9%. Entre os jornais semanais, e em termos anuais, o *Expresso* diminuiu a circulação paga de 7,5% para 7,4% entre 15 de Setembro e 15 de Dezembro. O semanário *Sol* aumentou de 2,4% para 2,6%.

Nos desportivos também se regista uma queda em comparação com 2012. O *Record* passa de 10,8% para 10%. A *Bola* derrapa de 10,3% para 9,9%. Face aos meses de Março a Maio, ambos conseguem conquistar maior número de leitores. O *Jogo* é o único desportivo a conseguir aumentar audiência em termos anuais, de 6,4% para 6,5%.

Presentes
de Sonho



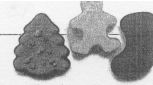
Hotéis de Charme
e Actividades
+ 9 Noites

749,8€
89,9€

-40%

odisseias

www.odisseias.com



publico.pt
P

Suspense até ao último minuto na prova de avaliação de professores

A 12 horas de a prova começar, a mais representativa federação de sindicatos de docentes disse que a decisão de um tribunal poderia obrigar ministério a suspender a prova. MEC não confirma **Portugal, 2/3**

DROGA
CANNABIS ULTRAPASSA
HEROÍNA NOS NOVOS TRATAMENTOS
POR TOXICODEPENDÊNCIA
Portugal, 10/11



Ninguém sabe de que "novo programa" fala Mario Draghi

PS e BE acusam Governo de esconder negociação sobre fim do resgate, PSD rejeita. A decisão cabe a Portugal, diz agora o presidente do BCE **p8**

ENTREVISTA
TIAGO "SACA" PIRES
"PAI DO SURF
PORTUGUÊS? ISSO
FAZ-ME SENTIR
VELHO. TALVEZ
SEJA O PADRINHO"

Desporto, 42



Japão está de volta ao militar e responde a China e Coreia do Norte

Tóquio aprovou nova "estratégia de segurança nacional" e novo aumento das despesas militares **p26**



Inquérito aos swaps
iliba ministra das Finanças e atira culpas ao PS

Ex-secretário de Estado do PS Carlos Costa Pina é acusado de "não acautelar o interesse público" **p18/19**

Carvalho da Silva promove movimento 3D para as europeias

De entre os promotores, não há PS nem PCP. Bloco não fecha a porta a uma convergência **p4**

Assuntos de segurança tratados na Economia indignam deputados

Em debate na Assembleia da República está o regime de salvaguarda dos activos estratégicos do país **p7**



Petição em defesa da escola pública

Professores
Bárbara Wong

Preocupados com métricas como o cheque-ensino ou o financiamento das escolas privadas, um grupo de professoras da Universidade Nova de Lisboa escreveu uma Carta Aberta em Defesa da Escola e, com ela, fez uma petição na qual exige que os especialistas na área sejam ouvidos e participem no debate que antecede as reformas preconizadas pelo actual Executivo. O documento será entregue no Ministério da Educação e Ciência, em Lisboa, na sexta-feira.

A petição já foi assinada por cerca de três centenas de professores e investigadores da área do Ensino e da Educação. Entre eles estão nomes como o de Ana Benavente, ex-secretária de Estado da Educação de Marçal Grilo; António Nóvoa, anterior reitor da Universidade de Lisboa; António Teodoro, ex-secretário-geral da Fenprof; Licínio Lima, da Universidade do Minho; Joana Brocardo, da Escola Superior de Educação de Setúbal; João Teixeira Lopes, da Universidade do Porto; Maria do Céu Roldão, da Universidade Católica; Pedro Abrantes, da Universidade Aberta; Sérgio Niza, do Movimento da Escola Moderna e outros.

Os professores, do ensino básico, secundário, de várias escolas superiores de educação e universidades, lamentam que se tenha posto em causa a "escola para todos". Esta tem sido "alvo de redefinições vigorosas e dramáticas. Considere-se o advento do cheque-ensino, a transferência do financiamento público da educação para o sector privado, o padrão crescente da selectividade e da segregação, e a nova retórica da *accountability* e a crescente estandardização das escolas" enumera-se na petição.

As autoras consideram que estas "redefinições" revelam uma "tendência de desresponsabilização do Estado pela qualidade do funcionamento da escola pública a par do apoio à privatização da prestação do serviço educativo é apresentada como única solução para os problemas com que se debate actualmente a escola". E lembram que a escola não pode ser pensada numa "lógica dicotómica, empresarial ou de consumo" mas como um "espaço de igualdade e pluralidade".

A petição acusa o ministério de estar a "desistir de dar resposta" a problemas prioritários como o abandono e o insucesso escolar, ou a autonomia das escolas e dos professores.



TAP ainda não tem planos para retomar as ligações aéreas entre Lisboa e Bissau

Ministro do Interior da Guiné-Bissau pôs também lugar à disposição

Voo da TAP
Ana Henriques

Terá sido Suka N'Tchama a dar a ordem para o embarque forçado dos sírios. Ministro diz que só quer facilitar investigação

Depois de, na passada semana, o ministro dos Negócios Estrangeiros guineense ter colocado o seu lugar à disposição, ontem foi a vez de o titular da pasta da Administração Interna, Suka N'Tchama, fazer o mesmo, na sequência do incidente com o voo da TAP com passageiros sírios ocorrido a 10 de Dezembro.

A tripulação da TAP foi obrigada pelas autoridades guineenses a transportar para Lisboa 74 passageiros sírios com passaportes falsos, o que levou a companhia aérea a suspender os voos entre os dois países.

Como o PÚBLICO noticiou no sábado, terá sido Suka N'Tchama a dar a ordem para o embarque forçado. O Governo guineense abriu um inquérito ao sucedido, estando a divulgação das suas conclusões prevista para hoje.

Mas enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros havia alegado, para fundamentar o seu pedido de demissão, que a passagem dos cidadãos sírios pela Guiné e o seu embarque nunca poderiam ter ocorrido

sem a cumplicidade das autoridades da Guiné, já o seu colega da Administração Interna explicou que colocou o seu lugar à disposição apenas para facilitar a investigação sobre o embarque ilegal.

Entretanto, o empresário de 51 anos suspeito de recrutar os imigrantes ilegais sírios foi, também ontem, ouvido pelo Ministério Público guineense, continuando detido para não perturbar as investigações, uma vez que a Polícia Judiciária suspeita do envolvimento de outras pessoas.

Sem ligações aéreas

A operar a única ligação directa entre a Guiné-Bissau e a Europa, a TAP diz não ter planos para retomar o serviço para Bissau. "O voo está cancelado. Não temos nenhuma indicação de reabertura. Se mais tarde voltarmos a decidir voar para lá será uma nova decisão" afirmou o presidente da transportadora aérea, Fernando Pinto, admitindo que a decisão tem "um custo pesado para a empresa" até porque a TAP teve de garantir voos alternativos para quem já tinha comprado bilhete. Não adiantou, porém, qual o prejuízo. Apenas disse que, quando a companhia anunciou a suspensão dos voos, na semana passada, existiam "um pouco mais" de mil reservas. A preocupação da companhia, neste momento, é garantir que "as pessoas estejam nos seus desti-

nos antes das festas natalícias". Os passageiros que tinham adquirido bilhetes estão a ser transportados em voos especiais com aviões fretados à Senegal Airlines, que deverão realizar-se "até ao final do ano" referiu ainda Fernando Pinto, revelando mais um pormenor do incidente do passado dia 10 no aeroporto de Bissau: "A TAP recebeu a informação de que, se não descolasse com aqueles passageiros, a aeronave seria retida *sine die*".

O episódio mereceu o repúdio de várias individualidades portuguesas, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, referido nesta segunda-feira que se tratava de um acto próximo do terrorismo. Uma comparação que não caiu bem em Bissau, a julgar pela reacção do ministro que tem as funções de porta-voz do Governo de transição guineense, Fernando Vaz: "Também nos chamavam terroristas quando lutávamos pela independência da Guiné. O ministro deve ter uma mentalidade do tempo colonial" criticou. "E também deve ser de cabeça dura: não aprendeu nada com o episódio de Angola" acrescentou o mesmo governante, numa referência à polémica que se seguiu ao pedido de desculpas de Rui Machete ao Governo angolano por causa das investigações feitas pelas autoridades portuguesas aos negócios de altos dignitários daquele país em território nacional. **com Lusa**

Corpos de cinco jovens ainda não apareceram

Acidente no Meco
Mariana Oliveira,
Romana Borja-Santos

Operação de busca mantém-se em terra durante a noite, mas as marítimas foram suspensas

Até ao início da noite de ontem as operações de busca não permitiram encontrar nenhum dos cinco jovens desaparecidos que foram arrastados por uma onda na praia do Meco, no concelho de Sesimbra, na madrugada de domingo. As buscas marítimas continuaram a cargo de uma fragata da Marinha e de três lanchas, mas até ao pôr-do-sol, quando as operações no mar foram suspensas, não foi encontrado qualquer corpo.

As buscas em terra continuaram e deveriam manter-se durante toda a noite. As operações foram dificultadas ontem pelo agravamento gradual da agitação marítima e pela visibilidade reduzida que se fez sentir durante alguns períodos do dia, explicou ao PÚBLICO o capitão do Porto de Setúbal, comandante Lopes da Costa.

A estratégia passou por concentrar os meios marítimos junto à costa, a sul da praia do Meco, já que os cálculos do Instituto Geográfico apontam para que os corpos se tenham dirigido para aquela zona. As buscas no mar serão retomadas ao nascer do sol de hoje, não estando, nesta fase, prevista a intervenção de meios aéreos. "Nesta altura, com as buscas concentradas junto à costa estes meios não se mostram muito eficazes" justifica o comandante Lopes da Costa.

Ao todo, no grupo estavam sete jovens, com idades entre os 21 e os 25 anos, todos estudantes da Universidade Lusófona. Um deles conseguiu sair do mar e foi quem deu o alerta às autoridades. O rapaz, que ficou em estado de choque, foi transportado para o Hospital Garcia da Horta, em Almada, mas, como não apresentava ferimentos físicos, teve alta na manhã de domingo.

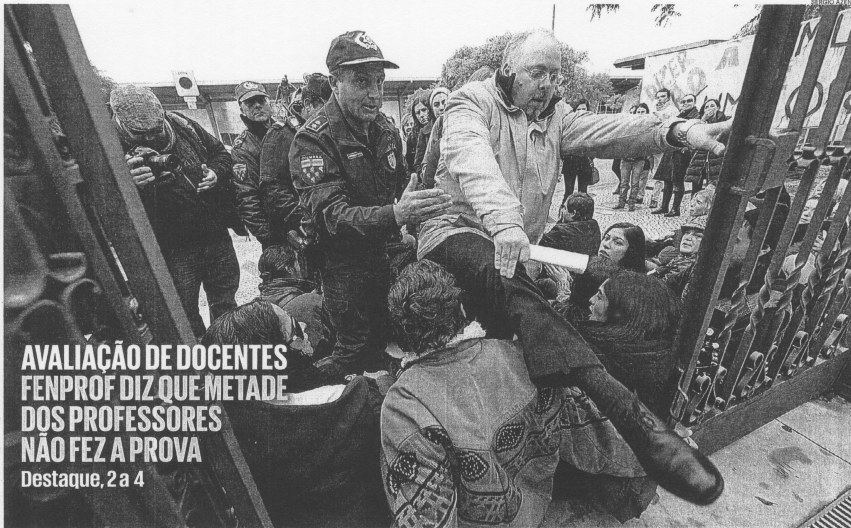
O corpo de um outro colega foi encontrado já sem vida nessa manhã, estando ainda desaparecidos quatro raparigas e um rapaz.

Familiares dos jovens voltaram ontem à praia do Meco, onde as autoridades têm mantido algumas tendas e equipamentos para que possam acompanhar as operações com algum conforto.

publico.pt
P


Governo já tem quatro planos para reagir ao TC no chumbo das pensões

Executivo está a estudar quatro cenários para responder a um eventual chumbo do Tribunal Constitucional à lei da convergência das pensões. Decisão dos juizes deverá ser conhecida hoje **Portugal, 9**



AVALIAÇÃO DE DOCENTES FENPROF DIZ QUE METADE DOS PROFESSORES NÃO FEZ A PROVA
Destaque, 2 a 4

RONNIE BIGGS MORREU O LENDÁRIO ASSALTANTE DO COMBOIO-CORREIO
Mundo, 30



HOJE 1 CONVITE DUPLO GRÁTIS



O PASSADO
DE ASHGAR FARHADI
NOS CINEMAS 25 DEZEMBRO
VER CUPÃO NA CONTRACAPA

Técnicos superiores só saem do Estado com parecer prévio

INA terá de dizer que técnicos não fazem falta noutro serviço público **p20**

PS consegue fazer passar exigências no acordo do IRC

Houve cedências dos dois lados, mas principal exigência do PS passou **p10**

Alemanha volta a travar união bancária na Europa

Berlim continua a rejeitar reforma que está a ser discutida em Bruxelas **p6 a 8**

UE ameaça Itália por causa das imagens de Lampedusa

Humilhação de imigrantes na ilha italiana causou indignação geral **p28**

ESTA SEXTA-FEIRA JACKPOT

€ 63.000.000

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro milhões





publico.pt

Chumbo unânime

Presidente do Tribunal Constitucional considerou "uma medida avulsa" o regime de convergência das pensões, que os juizes chumbaram por unanimidade por violar o princípio da confiança **Destaque, 2 a 4 e Editorial**

Hélder Rosalino sai e deixa por resolver buraco nas pensões

Secretário de Estado alegou razões pessoais para justificar a saída, que foi anunciada poucas horas antes da decisão do TC **p10/11**

Só três dos cursos criticados por Crato foram chumbados

Agência para o superior só chumbou três licenciaturas das escolas superiores de educação questionadas por Nuno Crato **p14**

Parlamento Europeu declara guerra ao acordo bancário

Presidente do Parlamento Europeu diz que acordo bancário é "o maior erro" feito até hoje no combate à crise da dívida **p6 a 9**

ipSilon

A IMAGINAÇÃO DE ALBERTO MANGUEL É UMA VERTIGEM
ENTREVISTA

Contos de Natal: o amor não será pronunciado morto

O PÚBLICO inicia hoje a publicação de uma série de cinco contos de Natal escritos a partir de histórias reais **p30/31**

ESTA SEXTA-FEIRA JACKPOT

€ 63.000.000

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO É TU?

euro milhões





Quatro raparigas e um rapaz continuam desaparecidos

Estado do mar impede buscas de cinco jovens desaparecidos no Meco nos próximos dias

Acidentes Romana Borja-Santos

Operações estão a ser feitas só em terra e mesmo assim interrompidas pela chuva intensa e falta de visibilidade

A agitação marítima levou à interrupção da busca dos corpos dos cinco jovens que foram levados por uma onda na praia do Meco, no concelho de Sesimbra, na madrugada de sábado para domingo. E o aviso laranja do Instituto Português do Mar e da Atmosfera aponta para que a situação se mantenha nos próximos dias. Resta a procura junto à costa.

O capitão do Porto de Setúbal, Lopes da Costa, explicou ao PÚBLICO que as buscas marítimas já não foram retomadas na manhã de ontem pelo facto de as condições do mar não o permitirem "e não é previsível que se efectuem nos próximos dias".

Aliás, mesmo em terra a forte chuva está a fazer com que as equipas tenham o trabalho dificultado e que o tenham de fazer de forma interrompida. "Durante a noite o patrulhamento foi feito com moto 4, mas cerca das 5h30 a chuva era torrencial e não havia visibilidade" acrescentou o comandante Lopes da Costa, explicando que por agora vão fazendo as buscas em terra sempre que o tempo o permita.

Neste momento, a estratégia continua a ser a iniciada na terça-feira, ou seja, concentrar os esforços junto à costa — não só por não ser possível entrar no mar —, mas por os cálculos do Instituto Geográfico apontarem para que os corpos das quatro raparigas e do rapaz se tenham dirigido

para sul e que exista 80% de probabilidade de virem parar a terra. As buscas que inicialmente abrangiam uma área de três mil milhas têm agora cerca de cinco mil, entre a Praia do Meco e a Praia das Bicas. O comandante admite que estes casos variam muito e que os corpos tanto aparecem nas primeiras horas como podem demorar semanas ou mesmo meses.

Questionado sobre se o jovem que sobreviveu já deu mais alguma informação importante para as operações, Lopes da Costa disse que qualquer eventual processo será posterior e que os dados em nada alteram muito as buscas. O jovem apenas disse que estavam todos calçados e trajados, o que, diz o comandante, é um dado importante mas não determinante.

Ao todo, no grupo estavam sete jovens, com idades entre os 21 e os 25 anos, todos estudantes da Universidade Lusófona. Um deles conseguiu sair do mar e foi quem deu o alerta às autoridades. O corpo de um outro foi encontrado já sem vida no domingo de manhã.

Na Praia do Moinho de Baixo, no Meco, muitas perguntas continuam sem resposta. O que terá levado sete jovens trajados a ir à uma da manhã até à praia, numa noite de Inverno e de maré cheia, depois de um jantar numa casa que teriam arrendado para passar o fim-de-semana em Aiana de Cima, junto a Alfarim? Não se aperceberam do perigo? Não terão visto o tamanho das ondas na escuridão da noite nem ouviram o barulho da rebentação?

As famílias e amigos dos jovens têm estado também todos os dias no local, onde as autoridades têm mantido algumas tendas e equipamentos para que possam acompanhar as operações.

ERC: fusão de redacções na RTP feita contra a lei

Televisão Maria Lopes

A fusão das redacções da rádio e da televisão, decidida em Abril pela administração da RTP, foi feita à margem da lei por, ao contrário do que determina o Estatuto do Jornalista, não terem sido consultados os jornalistas ou o conselho de redacção. Esta é a opinião da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a quem o conselho de redacção da TV pública pediu, a 10 de Maio, que se pronunciasse sobre o processo de remodelação da estrutura editorial da RTP, em que está incluída a fusão das redacções.

Na deliberação da ERC de dia 11 de Dezembro, a que o PÚBLICO teve acesso, o conselho regulador conta que, apesar de ter questionado a administração, esta ignorou a questão da participação dos jornalistas no processo. A ERC diz que, a confirmar-se a omissão da audiência formal do conselho de redacção — que de facto não existiu —, não foi cumprido o direito de participação dos jornalistas como a lei prevê.

A administração da RTP recusa que tenha havido uma "fusão" de redacções, embora admita que a chefia das editoriais comuns é partilhada pelos directores adjuntos das direcções de informação da rádio e da TV.

A equipa de Alberto da Ponte argumentou que tem em curso a aplicação de um novo modelo de organização da RTP, para a transformar numa empresa ágil e com uma crescente excelência como operador de serviço público. Essa reorganização, precisou, assenta na uniformização de funções, na simplificação da estrutura organizativa para a tornar mais ágil e na redução da estrutura directiva e dos cargos dirigentes.

Sobre a alegada autonomia editorial da programação e informação a ERC diz também que "é possível identificar riscos, ou mesmo algumas penumbras, no confronto entre o modelo de reorganização adoptado pela RTP na área informativa e a "plena autonomia editorial" que a lei determina para os serviços públicos de rádio e TV, mas não existem "aspectos críticos que possam merecer reprovação liminar". Confiando nas garantias dadas pela administração, o regulador diz que é preciso esperar pelos resultados — maior qualidade e independência, diversidade e rigor — para avaliar o novo modelo.

O PÚBLICO tentou obter, sem sucesso, um comentário da RTP.

QUEM DISSE QUE A TELEVISÃO É TODA IGUAL?



Hoje 23h05

"O QUE FICA DO QUE PASSA"

com Luís Gouveia Monteiro, Clara Ferreira Alves e Rui Ramos



Sábado 22h30

"BASEADO NUMA HISTÓRIA VERÍDICA"

com Aurélio Gomes



Domingo 00h00

"ALTOS & BAIXOS"

TEMPORADA 2 com Joana Marques e Daniel Leitão



Segunda 22h00

"CAMADA DE NERVOS"



Segunda 23h05

"SEM MODERAÇÃO"

com Daniel Oliveira, Francisco Mendes da Silva, João Galamba e José Eduardo Martins



Terça 23h05

"A GOSTELETA DE ADÃO"

com Ana Marki e Vasco Palmeirim



Quarta 23h05

"SACANAS SEM LEI"

com Leonor Pinhão, José e João Nuno Coelho



Quinta 23h05

"NAS NUUVENS"

com Nuno Artur Silva



Segunda a Sexta 22h30

"INFERNO"

com Inês Lopes Gonçalves, Pedro Vieira e Guilherme Fonseca



CANAL Q, JÁ ESPREITOU?

no canal 15 da sua televisão

www.canalq.pt www.facebook.pt/canalq

publico.pt
P

Nova tentativa de cortar pensões terá de ser mais gradual e incluir privados

Constitutionalistas dizem que será difícil ao Governo apresentar no curto prazo uma reforma de pensões que seja aceitável para o TC. Passos afasta aumento de impostos, mas admite redução das pensões **Destaque, 2 a 4**

LOTARIA DO NATAL

€12.000.000*

Anda a Roda no dia 24 de dezembro de 2013.

A ESPERANÇA É A ESTRELA DESTA NATAL.

lotaria clássica

* Prémio total nas dez séries. Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

Casal com parceiro transexual pode fazer inseminação artificial

Conselho autorizou pedido inédito para tratamento em clínica de Lisboa **p10**

Fugas

O PERU VISTO DO DIREITO E DO AVESSE

REPORTAGEM

Infarmed só recusou para cancro seis fármacos inovadores

Autoridade do medicamento aprovou a esmagadora maioria dos pedidos **p8**

FRANCISCO LEONARDO

LIGA BENFICA E PORTO NÃO SE ATRASAM E PRESSIONAM SPORTING

Desporto, 46 a 48

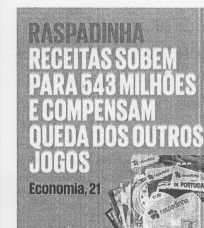


Estado gasta por ano com suplementos salariais 700 milhões

Administração Interna, Saúde e Defesa são os ministérios que mais gastam **p21**

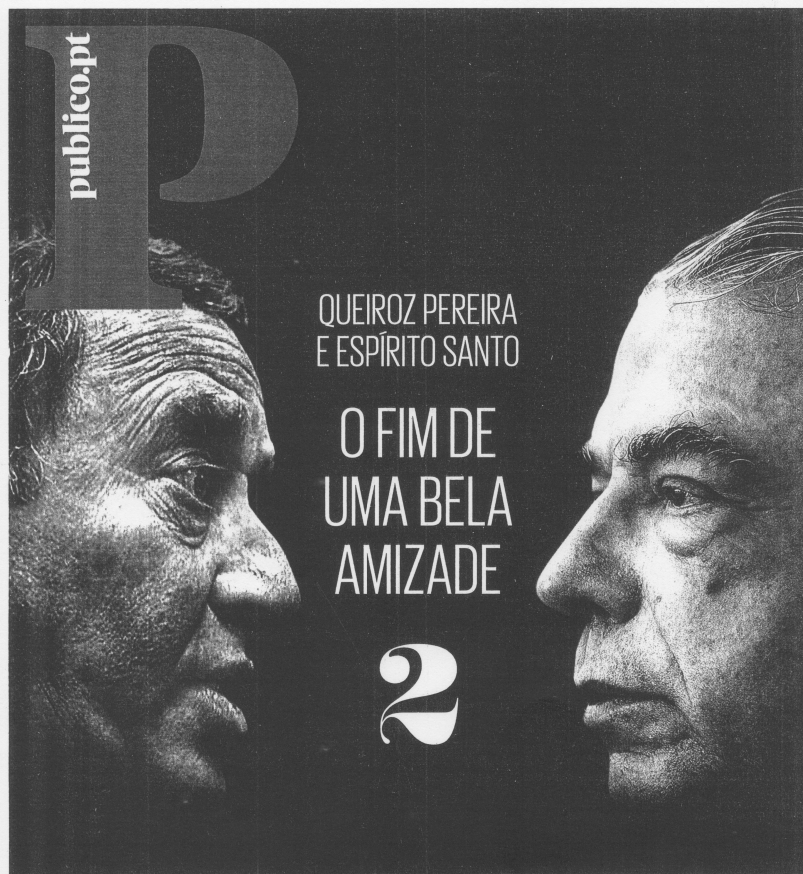
RASPADINHA RECEITAS SOBEM PARA 543 MILHÕES E COMPENSAM QUEDA DOS OUTROS JOGOS

Economia, 21



Prazo do perdão fiscal prolongado até dia 30 de Dezembro

O Governo decidiu alargar o prazo para as empresas e particulares **p20**

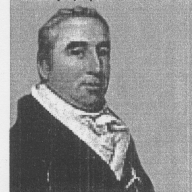


Que se lixe a troika reprovado como rótulo de vinho do Douro

Eurico Figueiredo queria que um dos seus vinhos se chamasse *Que se lixe a troika*. Mas o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto acha que o nome prejudica o "prestígio da denominação de origem" e o seu "carácter distintivo" **Portugal, 24**

HISTÓRIA O PRECEDENTE AMERICANO QUE AJUDA A PENSAR PORTUGAL HOJE

Destaque, 14/15



40 mortes em seis anos por causa das ondas que matam

O perigo está sempre presente, mas muitos não o vêem ou apenas ignoram que ele está ali mesmo à sua frente **p4 a 8**

Afinal, há uma lista dos que Bergoglio salvou da ditadura

O novo Papa nunca falou sobre os 100 argentinos, ou talvez mais, que ajudou a esconder durante a ditadura militar. Mas um jornalista italiano encontrou-os **p10 a 12**



Política não pode ser feita por "um só partido"

Augusto Santos Silva diz que era preciso que "a cavalaria fosse buscar António Vitorino a casa e, sob ameaça de prisão, o levasse para o MNE" **p16 a 19**

MORTES NO MECO

As ondas que matam

Desde 2007, pelo menos 40 pessoas morreram apanhadas por ondas junto à costa portuguesa. São ondas normais, dizem os especialistas, que avisam para um maior perigo no Outono e Inverno

Ricardo Garcia e
Camilo Soldado

O perigo está sempre presente. Muitos não o vêem ou apenas ignoram que ele está ali à sua frente. É por isso que pelo menos 40 pessoas morreram arrastadas por ondas em Portugal desde 2007 (ver texto nestas páginas).

Nos relatos de acidentes como o que há uma semana vitimou seis estudantes numa praia do Meco, perto de Lisboa, há um padrão comum: uma onda veio do nada, derrubou-os e levou-os para sempre.

Segundo especialistas ouvidos pelo PÚBLICO, não há motivo de surpresa na existência de tais ondas de poder letal. A razão é simples: elas existem sempre, são um dado adquirido, sobretudo fora do Verão.

Das 40 mortes provocadas por acidentes do género, 70% ocorreram no Outono e no Inverno. E faz sentido que assim seja. As praias em Portugal ficam nessa altura mais perigosas por um conjunto de razões, algumas das quais ninguém vê literalmente. Uma delas está a dezenas, centenas ou milhares de quilómetros da costa: o vento que varre o Atlântico com força, durante as sucessivas vagas de mau tempo entre Outubro e Março. E o vento é a origem das ondas.

Outra está debaixo de água: o perfil do fundo do mar junto à orla, que se transfigura neste período. No Verão a inclinação é reduzida, ou seja, o banhista vai mais longe até ficar sem pé. As ondas começam a quebrar mais longe e vão dissipando a sua energia.

Já no Inverno, o mar escava a praia e transporta a areia para dentro da água, formando fundões e barras. As ondas têm tendência para quebrarem de forma mais violenta mesmo junto ao areal (ver infografia nestas páginas).

"As praias são mais perigosas no Inverno", assegura o comandante



Simulações do Instituto Hidrográfico sugerem que, à meia-noite do dia 14, o Meco estava com ondas de três metros de altura

Santos Martinho, chefe da Divisão de Oceanografia do Instituto Hidrográfico.

Há praias que têm este perfil de Inverno praticamente ao longo de todo o ano. O Meco é uma delas. A explicação mais plausível é a de que os sete estudantes da universidade Lusófona dos quais apenas um escapou com vida foram apanhados por aquilo a que se chama uma onda "colapsante". São típicas de praias com um fundo muito inclinado, na qual a rebentação ocorre praticamente sobre a orla, com a onda literalmente a tombar sobre a areia, provocando uma grande quantidade de espuma.

A cadência natural da agitação marítima dá facilmente uma falsa sensação de segurança a quem está à beira da água. As ondas vêm em conjuntos e, dentro destes, há sempre algumas de maior dimensão. Não será sempre uma em sete como diz a tradição popular. "Mas há sempre uma frequência", assegura José Paulo Pinto, investigador também do Instituto Hidrográfico. Tanto maior será a ilusão quanto maior for o período das ondas, ou seja, o intervalo entre cada uma pois levará mais tempo até que surja uma maior. "Naquele dia o período era grande" recorda o comandante Santos Martinho.

As simulações do Instituto Hidrográfico sugerem que à meia-noite de sábado, dia 14, pouco antes do acidente ocorrer, as ondas no Meco estavam com um intervalo de 15 segundos e com uma altura significativa de cerca de três metros. Como este último indicador é uma média das ondas mais altas, na prática poderão ter ocorrido ondas de quatro, cinco ou, no limite, até seis metros.

Sob tais condições ondas muito grandes mesmo em cima do areal a única posição segura é permanecer numa zona seca, e jamais com os pés dentro da água. "Uma onda destas não vai buscar uma pessoa ao meio da praia" afirma Paulo Pinto.

Mas neste tipo de acidentes, por mais que o comportamento da natureza seja previsível, há um sempre um factor humano. "As pessoas não têm consciência dos processos naturais. Não sabem ler os sinais que o mar está a colocar", alerta a geógrafa Maria José Roxo, do Departamento Regional de Geografia e Planeamento da Universidade Nova de Lisboa.

Mortes por arrastamento de ondas são um desastre natural, diz a investigadora. "As pessoas colocam-se em situação de risco, mas o agente é natural" afirma.

A mesma opinião tem José Luís Zêzere, do Instituto de Geo-

grafia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. "Numa série mais longa, os acidentes [como o do Meco] acabam por se enquadrar num padrão de temporal oceânico" afirma. "E isto pode ser estudado, há seguramente trabalho a fazer aí".

Há muito também por fazer noutros domínios. Existe pouca informação pública sobre a segurança das praias no Inverno. As campanhas de prevenção de acidentes ocorrem sobretudo no Verão, por razões óbvias. Nessa altura, uma das mensagens que se procuram transmitir é sobre os riscos dos agueiros, que são tão ou mais perigosos no Inverno.

Na linguagem técnica, os agueiros são conhecidos como correntes de retorno: a água corre de volta para o mar, concentrada em pontos da praia onde há um canal mais fundo ou uma abertura numa barra. As

correntes podem atingir velocidades de um a dois metros por segundo. Pode parecer pouco - equivalem a 3,6 a 7,2 quilómetros por hora - mas não é. "A um metro por segundo, com água pelo joelho, ninguém se mantém em pé" garante o investigador António Pires Silva, do Centro de Estudos de Hidrossistemas, do Instituto Superior Técnico.

No Inverno, mesmo sem os agueiros, a rebentação pode bastar para um resultado trágico. Pires Silva explica que a energia concentrada numa onda não só é enorme, como aumenta exponencialmente, em função da sua altura. Facilmente uma pessoa é derrubada. O vórtice que é formado depois de rebentação pode puxar o corpo para o fundo, envolvendo-o no turbilhão. Se não houver hipótese rápida de retornar à superfície e recuperar o controlo, a morte por afogamento é certa e rápida, uma questão de

poucos minutos, cinco no máximo.

"A morte raramente tem a ver com a força da onda sobre o corpo. O que acontece é que as pessoas são derrubadas, arrastadas", explica Alexandre Tadeia, presidente da Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores. "Nesta altura do ano, as pessoas devem-se afastar do mar" avisa.

Muitos acidentes são de outra ordem, e envolvem ondas que galgam rochas, molhes, paredões ou passeios junto ao mar. Doze das 40 mortes desde 2007 são de pescadores, alguns deles desportivos, que apanham marisco ou pescam à linha sobre as rochas.

Mais uma vez, não há nada de extraordinário nas ondas grandes que surpreendem quem está junto ao mar. "São ondas normais" afirma o comandante Santos Martinho, do Instituto Hidrográfico. Mesmo no caso do Meco, não há razão para

“
A morte raramente tem a ver com a força da onda sobre o corpo. As pessoas são derrubadas, arrastadas”

Alexandre Tadeia
Presidente da Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores

supor que se tenha tratado de algo anómalo. "A questão é que não houve nenhum tipo de onda especial" diz Alexandre Tadeia.

"É normal estarmos dentro de água, a surfar ou fotografar, e de repente aparecem ondas claramente maiores do que o esperado", corrobora Ricardo Bravo, fotógrafo de surf.

Pires Silva, do Instituto Superior Técnico, relembra que, com vento predominante de noroeste e com o enorme Atlântico à nossa frente, o mar será sempre bravo em Portugal. "O vento a soprar durante horas transfere para o mar uma quantidade inimaginável de energia" afirma.

Talvez por isso, a esmagadora maioria dos acidentes com vítimas que foram arrastadas por ondas tenha ocorrido na face atlântica do país. "Os portugueses deviam estar preparados para isto", diz o investigador. "O mar é perigoso"

PORTO PALÁCIO
CONGRESS HOTEL & SPA
★★★★★

RÉVEILLON
SUPER DISCO PARTY
2013/2014


RÉVEILLON SALA PORTO: 190€ por pessoa
Animação: Trio Mini Club Band /DJ Rui Magalhães

JANTAR VIP LOUNGE: 90€ por pessoa
ALMOÇO DE ANO NOVO RESTAURANTE MADRUGA: 45€ por pessoa

DESDE 295€ POR PESSOA, EM QUARTO DUPLO EXECUTIVO

Programa de Fim de Ano inclui:
Estadia de uma noite | Jantar de Réveillon na Sala Porto
Brunch de Ano Novo no Restaurante Madruga
Estacionamento (1 lugar) | Late Check-out

Faça já a sua reserva:
Tel. +351 22 608 66 00
ou geral@portopalaciohotel.pt

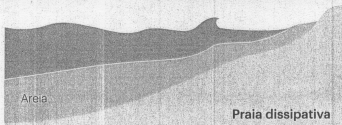
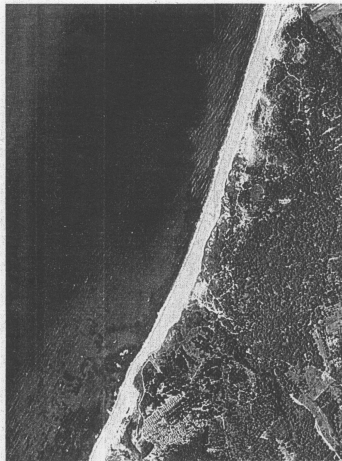

THE LEADING HOTELS OF THE WORLD

MORTES NO MECO

Os perigos que vêm com o Inverno

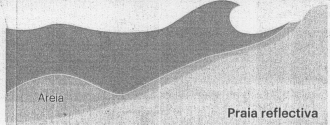
No Inverno, as praias tornam-se mais perigosas. É quando há mais mortes de pessoas, apanhadas por grandes ondas junto à orla. As fotos abaixo mostram a praia do Meço no Verão, mais calma e com mais areia, e no Inverno, com ondas maiores e agueiros

Verão



No Verão, tipicamente, a areia forma um plano menos inclinado, mais regular. Com menos mau tempo, as ondas são menores e tendem a quebrar mais longe da praia

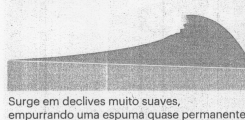
Inverno



No Inverno, o mar movimentava a areia, formando fundões e barras. As ondas tendem a ser maiores e a quebrar mais junto ao areal

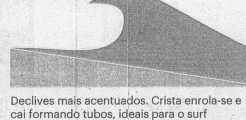
Há quatro tipos principais de ondas

Progressiva



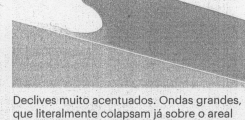
Surge em declives muito suaves, empurrando uma espuma quase permanente

Mergulhante



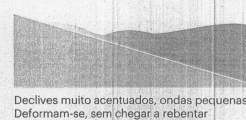
Declives mais acentuados. Crista enrola-se e cai formando tubos, ideais para o surf

Colapsante



Declives muito acentuados. Ondas grandes, que literalmente colapsam já sobre o areal

Oscilante



Declives muito acentuados, ondas pequenas. Deformam-se, sem chegar a rebentar

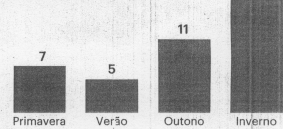
Fonte: Instituto Hidrográfico; dados dos acidentes recolhidos através de análise de notícias

Célia Rodrigues

Vítimas mortais de acidentes com ondas 2007-2013



Mortes por estação do ano



g d s n q o e a t n d n o r n n q t i s r o p c

MORTES NO MECO

Instituto Hidrográfico prepara sistema de alerta para o próximo Verão

Informação sobre risco de formação de agueiros nas praias deverá estar disponível nos próximos meses

Ricardo Garcia

O Instituto Hidrográfico pretende lançar ainda este ano um sistema de informação sobre o risco de formação de agueiros em dos maiores perigos nas praias portuguesas.

Segundo o Instituto de Socorros a Náufragos, a esmagadora maioria das pessoas que morrem nas zonas balneares costeiras no Verão é empurrada para longe do areal por estas correntes de retorno, que são comuns em qualquer praia. No Inverno, também as correntes são um grande factor de risco, somado ao perigo das agitação marítima mais forte e das ondas junto à praia. Nalguns casos, os agueiros formam-se em locais mais ou menos determinados. Mas em grande parte surgem aleatoriamente, conforme as modificações que a própria agitação marítima realiza nos fundos.

Com base em informação estatística e dados de modelação da agitação marítima, a ideia do Instituto Hidrográfico (IH) é poder alertar para momentos e locais onde haja risco de formação dos agueiros. "É um produto que tentamos ter activo nos próximos meses, com certeza antes da próxima época balnear" afirma o comandante Santos Martinho, chefe da Divisão de Oceanografia do instituto.

O IH já tem disponíveis alguns produtos de informação sobre a agitação marítima, incluindo dados específicos sobre as condições de mar, des-

tinada a surfistas.

Nos Estados Unidos, as autoridades marítimas, sobretudo na costa Oeste, divulgam, junto com a informação sobre as condições de mar para o surf, alertas sobre a possibilidade de ocorrência de ondas perigosas juntos à praia, como as do Mecó.

Casos de pessoas que morrem arrastadas por tais ondas são comuns na Califórnia, por exemplo, muitas vezes envolvendo donos de cães que tentam salvar os seus animais. "Se o seu cão for arrastado, dê-lhe a oportunidade de nadar de volta" aconselha a Guarda Costeira norte-americana, num aviso dedicado a estes casos em particular. Os cães nadam melhor do que os humanos. Sete pessoas morreram no Norte da Califórnia entre 2008 e 2012 tentando resgatar os seus animais. Só um cão morreu.

Os conselhos para evitar o risco de ser apanhado por uma onda inesperada no Inverno são universais. "Nunca virar as costas ao mar" e "não frequentar a praia durante a noite" são dois dos avisos recomendados pelo comandante Nuno Leitão, do Instituto de Socorro a Náufragos. Não se aproximar da área onde as vagas chegam e muito menos tomar banho de mar nessa época são outros.

Publicitar conselhos em folhetos, placas ou sites na Internet, no entanto, pode não ser suficiente. A educação sobre os riscos das praias "tem de ser implantada nas escolas", diz Alexandre Tadeia, presidente da Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores. "É fundamental"

Sete anos, 40 mortes

2013

Acontece todos os anos, mas a onda que vitimou os seis estudantes no Mecó constitui o caso onde os números ganham maior expressão. Antes do Mecó, já se contavam cinco fatalidades neste ano. Em Maio, um casal idoso de franceses foi arrastado por uma onda que invadiu a praia da Nazaré, onde os turistas passeavam. Apenas um mês antes o mesmo aconteceu com outro turista, desta vez belga, numa arribas em Peniche. Já no início do ano, a 29 de Janeiro, quatro portuguesas foram surpreendidas por uma onda que invadiu o paredão, em São João do Estoril. Três conseguiram escapar com vida.

2012

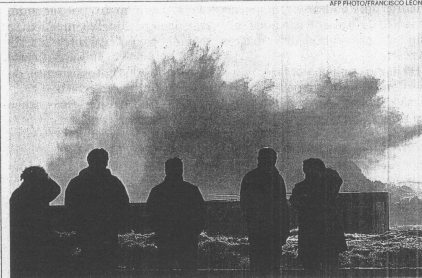
A 16 de Dezembro, outra onda arrancou às rochas da Carrapateira, Aljezur, um homem que pescava a dois metros acima do nível do mar. Em Setembro, um turista alemão foi surpreendido por uma onda na praia da Nazaré quando já, poucos dias antes, a 21 de Agosto, avô e neta de nacionalidade inglesa tinham sido arrastados na praia do Salgado, escassos quilómetros a sul da Nazaré. Em Matosinhos, uma avó tentou resgatar a neta puxada por uma onda quando passeava na praia e acabou também por não resistir à força do mar.

2011

O mês de Setembro viu repetir-se a tragédia de Fevereiro, quando outro pescador foi surpreendido por uma onda no molhe norte da Barra do Douro, no Porto. Na praia de Lavadores, em Gaia, também em Fevereiro, dois jovens acabaram por ser colhidos por uma onda, por volta das oito da manhã. No mesmo mês, um pescador desapareceu na baía do Tagarete, na ilha de Santa Maria, Açores, e o mesmo aconteceu com duas jovens na praia da Laje, Madeira.

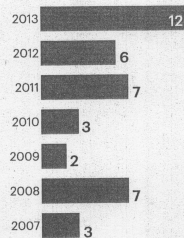
2010

A 10 de Novembro, um passeio no paredão da praia da Vagueira



AFP PHOTO/FRANCESCO LEONZI

Mortes por ondas



Fonte: PÚBLICO

leveu um emigrante à morte, quando foi surpreendido por uma onda, não tendo depois resistido à força das águas. Ainda durante a época balnear, um jovem foi molhar os pés em Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim, quando uma onda o arrastou. Já em Fevereiro se tinha registado uma fatalidade em Peniche, quando um jovem biólogo marinho foi apanhado pela violência de uma onda, num dia em que o mar estava agitado.

2009

A morte de uma criança levada por uma onda na praia da Quebrada, Matosinhos, terá sido talvez a mais mediática das situações, devido ao grau de parentesco com um conhecido jogador de futebol. A

15 de Março, uma onda vitimou uma criança que brincava na praia com outras três, que se conseguiram salvar. No final de 2012, um pescador desportivo foi também surpreendido por uma onda que o arrastou da praia do Tamariz, no Estoril.

2008

Foi um ano negro em Sagres. No mês de Fevereiro, três pessoas foram levadas pela força do mar em duas situações diferentes. Com 12 dias de diferença, um pescador desportivo e dois turistas alemães foram puxados das encostas rochosas pelo impeto do mar. Em Albufeira, dois meses mais tarde, uma turista holandesa viria a ter a mesma sorte, tendo sido surpreendida por uma onda, quando se encontrava nas escadas da praia do Inatel. Em Dezembro, na zona oeste do Funchal, uma criança desapareceu levada pelo mar enquanto pescava com o pai numa área rochosa.

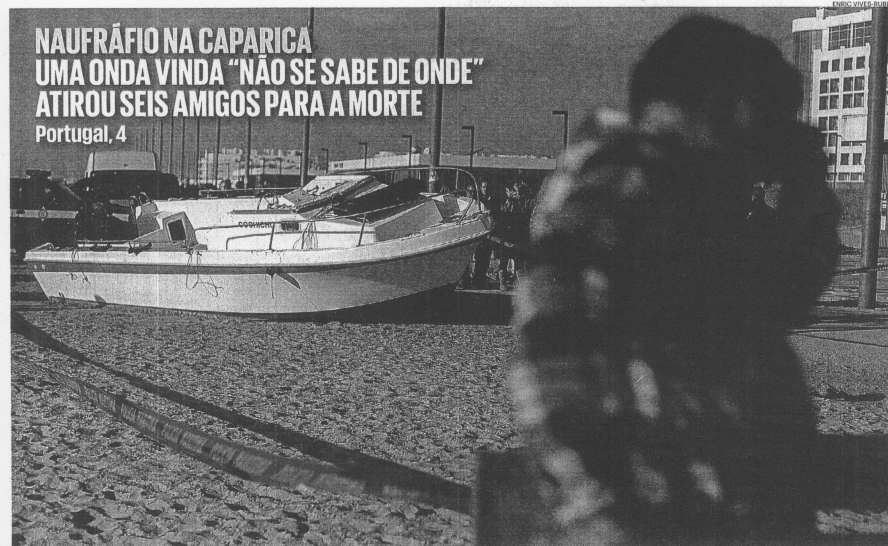
2007

Na Praia das Maças, em Sintra, a 13 de Fevereiro, o mar fez as vítimas mais recorrentes. Três pescadores desportivos, instalados nas rochas, são surpreendidos por uma onda maior que os atinge e os arrasta para o oceano. Dois dos pescadores acabaram por ser resgatados pelos bombeiros, mas o terceiro acabou por desaparecer.

publico.pt
P

Falta formação "básica" sobre fogos às chefias de bombeiros, diz relatório

Documento que Administração Interna pediu sobre acidentes com vítimas mortais nos incêndios do Verão aponta "anarquia" no uso do contrafogo, ordens desrespeitadas e equipamento deficiente **Portugal, 8/9**



**NAUFRÁFIO NA CAPARICA
UMA ONDA VINDA "NÃO SE SABE DE ONDE"
ATIROU SEIS AMIGOS PARA A MORTE**
Portugal, 4

**CONTO DE NATAL
TUDO É COBERTO
DE PÃO NO
REGRESSO A CASA**
Especial, 24/25

**ENTREVISTA A
DIRECTORA DA FNAC
"MERCADOS
TRADICIONAIS DA
FNAC CAÍRAM 20%
EM QUATRO ANOS"**

Economia,
18/19



**Os Maias de João
Botelho mostram um
"Portugal imutável"**

João Botelho faz do romance de Eça uma mistura de ópera e de reflexão **p28/29**



**Polícia levantou este
ano 60 autos por
protestos na AR**

Autos da PSP passaram de um para 60, no espaço de um ano **p6**

**Governo não sabe
quanto paga às EP
em suplementos**

Finanças sabem que pagam mais de 400 milhões, mas não o total certo **p16**

**Crise está a
transformar negócio
dos lares de idosos**

Cada vez mais filhos vão buscar pais aos lares ou não pagam as mensalidades **p2/3**

ESTA TERÇA-FEIRA JACKPOT

€72.000.000

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ES TU?

euro milhões

Ano XXIV | n.º 8657 | 1,10€ | Directora: Bárbara Reis | Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Miguel Gaspar, Pedro Sousa Carvalho | Directora executiva Online: Simone Duarte | Directora de Arte: Sónia Matos

